DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 003 | Edição 007 | Janeiro a Julho 2015



A Pacificação do Complexo da Maré

O Estado-Maior do Exército e a Doutrina

A Inteligência nas Operações de Paz

Planejamento e Integração nas Operações Aeromóveis

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
General de Exército Sergio **Westphalen** Etchegoyen

3º SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO/ CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Brigada Eduardo Antonio **Fernandes**

ASSISTENTE DO CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Coronel **Paulo Ricardo** Pinto da Silva

CONSELHO EDITORIAL
General de Brigada Eduardo Antonio **Fernandes**
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel Antonio José Torres de Melo **Santiago**

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
Coronel José **Herculano** Azambuja Junior

REDAÇÃO E REVISÃO
Capitão **Risalva** Bernardino Neves

PROJETO GRÁFICO
1º Tenente **Karla** Roberta Holanda Gomes Moreira
1º Tenente Osmar **Leão** Rodrigues
2º Tenente **Katucha** Teixeira de Sousa
2º Tenente **Fabio** de Melo **Rocha** Santos
Soldado Igor Henrique Kukulka de **Mendonça**
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
Gráfica e Editora Meridional Ltda
Quadra11, Lt 07 St Central Gama - DF
CEP 72405-110
Tel. (61) 3484-1001/3484-1002
edmeridional@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)

PERIODICIDADE
Semestral

TIRAGEM
2.000 exemplares
(Circulação dirigida no país e no exterior)

ADMINISTRADOR DO PORTAL DO C DOUT EX E VERSÃO ELETRÔNICA
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
www.cdoutex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco A – 1º andar
CEP 70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415.5239 / (61) 3415.5888 (RITEX 860)
carneiroha@hotmail.com ou
portal.cdoutex@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

GUERRA IRREGULAR: A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA COMO FORÇA DE PACIFICAÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ
Gen Bda Escoto 6

A INTELIGÊNCIA MILITAR COMO FUNÇÃO DE COMBATE NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ
Cel Paulo Martins 26

O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E A DOUTRINA
Cel Arakaki 36

PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO NAS OPERAÇÕES AEROMÓVEIS
Maj Taylor 48

UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL
Brig Delano 58

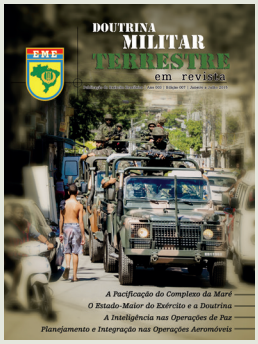


Foto de Capa: Arquivo CCOMSEx
Descrição: Montagem sobre o uso da tecnologia no comando e controle das operações militares.

A OBSERVAÇÃO AÉREA EM PROL DAS OPERAÇÕES MILITARES NAS FRONTEIRAS DA REGIÃO AMAZÔNICA
Cap Arthur
62

A LIMPEZA DE VIAS CONTRA A AMEAÇA DOS ARTEFATOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS
Ten Cel Pimentel
72



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do C Dout Ex, do EME e do Comando do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

MENSAGEM

O vertiginoso avanço da tecnologia da informação revolucionou o combate moderno, promoveu a evolução das técnicas, dos equipamentos e, principalmente, dos sistemas utilizados pelos Exércitos para comandar e controlar as operações militares.

Nesse contexto, a doutrina do Exército Brasileiro evolui e incorpora conceitos próprios dos conflitos contemporâneos, como espaço de batalha não linear e multidimensional, operações em ambiente multinacional, conjunto e/ou interagências, integradas, sincronizadas, simultâneas ou sucessivas no amplo espectro.

Essa nova realidade dos conflitos armados exige que o ambiente no teatro de operações seja caracterizado por extensa rede de sensores e de fluxo de dados seguros, centrada no comandante, permitindo-lhe obter a consciência situacional, exercer o comando e controle (C^2) das operações com oportunidade e obter a iniciativa das ações em curso.

Tal capacidade é proporcionada pelas atividades, tarefas e sistemas da função de combate C^2, responsável pela integração das demais funções de combate: Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção.

Ciente dessa realidade e de suas necessidades para aumentar a eficiência, eficácia e efetividade da função de combate C^2, o Exército Brasileiro, no bojo do seu Processo de Transformação, implementou ou implementa diversas ações, como as mencionadas a seguir.

Ativação do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx), que tem por missão atuar em proveito da Força Terrestre (FTer), por intermédio dos vetores Comunicações e Guerra Eletrônica, pelo desempenho de atividades nas vertentes operacional, ensino e logística, bem como gerenciar a Inteligência do Sinal.

Criação da Companhia de Comando e Controle para apoiar a instalação e manutenção dos sistemas de comunicações da Força Terrestre Componente, em operações conjuntas, operar sistemas de comunicações por satélite do Ministério da Defesa, além de dar suporte ao desenvolvimento de projetos de C^2 de interesse do Exército e realizar a experimentação de novos sistemas e equipamentos.

Transformação da 1ª Companhia de Guerra Eletrônica em 1º Batalhão de Guerra Eletrônica, subordinado ao CComGEx e vinculado ao COTER para fins de preparo e emprego, cabendo-lhe participar de operações militares em todo o território nacional, desenvolver doutrina e manter a operacionalidade da Guerra Eletrônica na FTer.

Transformação da 1ª Companhia de Comunicações de Selva em 1º Batalhão de Comunicações de Selva.

Criação do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica, em Campo Grande - MS, subordinado ao Comando Militar do Oeste.

Criação do 7º Pelotão de Comunicações, em Natal - RN, subordinado à 7ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Aquisição, pelo CComGEx, de uma família de equipamentos de comunicações com modernas tecnologias de transmissão e segurança para mobiliar todos os escalões da FTer, do grupo de combate à grande unidade, conferindo ao Exército padronização e melhores preços.

Paralelamente às aquisições, foram celebrados contratos de manutenção, com tempo de garantia de três anos, que demandarão montagem de oficinas no Brasil para suporte pós-garantia e realização de cursos de manutenção desses meios na Escola de Comunicações.

Implantação do Projeto Estratégico SISFRON, que permitirá crescimento exponencial na capacidade de dissuasão da Força, possibilitando estabelecer um sistema de monitoramento

contínuo de áreas de interesse do território nacional, particularmente na faixa de fronteira, tendo por base uma avançada infraestrutura de comunicações, apoiada na segurança da informação, com ênfase na defesa cibernética.

Implantação do Projeto Estratégico Defesa Cibernética, que propiciará ao Exército, às demais Forças e à própria Nação a capacidade de se comunicar em rede com mais segurança, já tendo como produtos o Centro de Defesa Cibernética e o Simulador de Operações Cibernéticas, este último desenvolvido em conjunto com a empresa brasileira DECATRON.

Implantação de modernos centros de C^2 nos Comandos Militares de Área para apoiar as operações por eles conduzidas.

Criação de novos cursos nas áreas de comunicações, guerra eletrônica e cibernética, conduzidos pela Escola de Comunicações e pelo Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

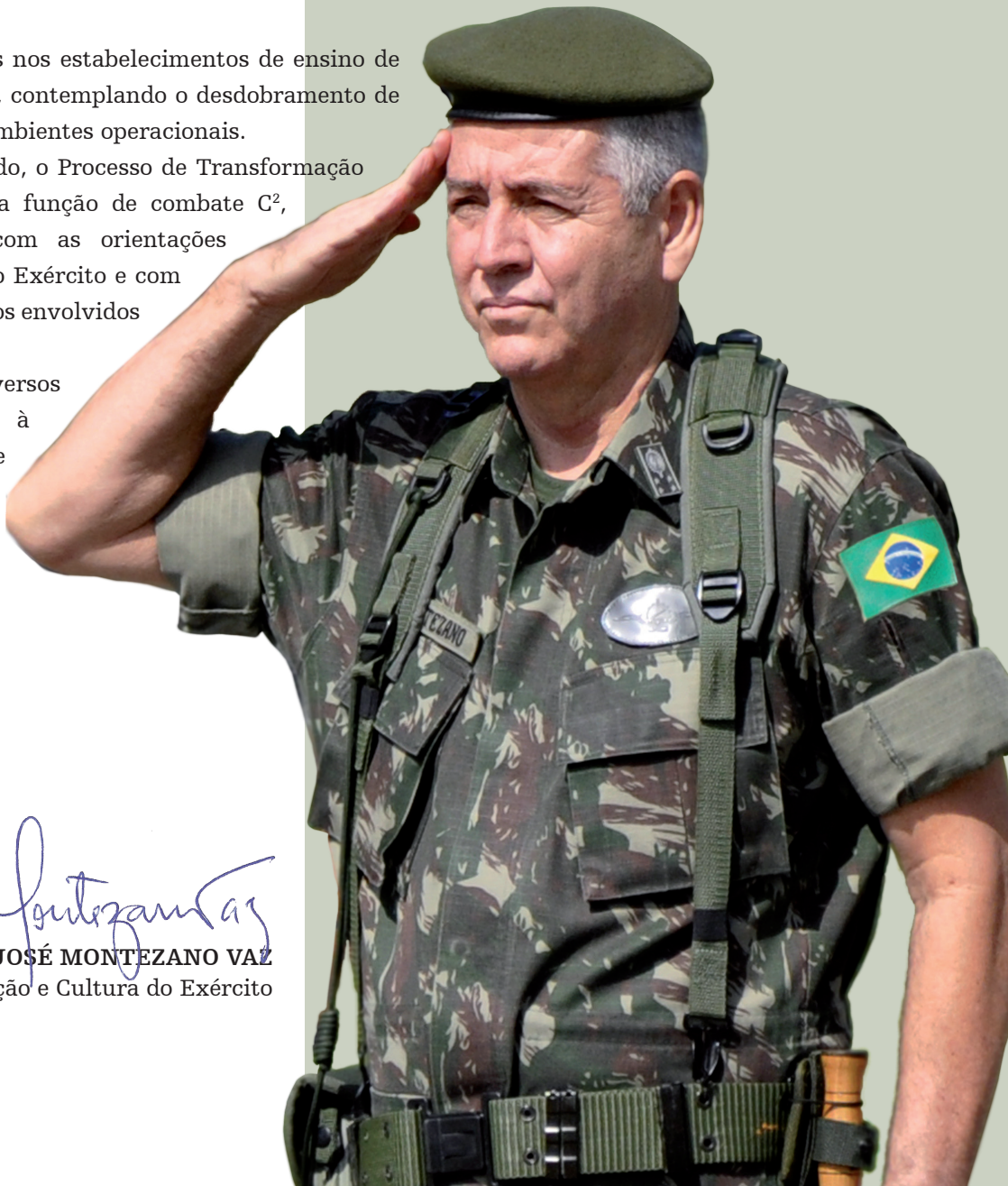
Inserção nos currículos das escolas da disciplina Tecnologia da Informação e Comunicações.

Realização de exercícios nos estabelecimentos de ensino de formação e aperfeiçoamento, contemplando o desdobramento de sistemas de C^2 em diversos ambientes operacionais.

Como pode ser observado, o Processo de Transformação do Exército, em proveito da função de combate C^2, desenvolve-se de acordo com as orientações oriundas do Estado-Maior do Exército e com a ativa participação dos órgãos envolvidos na sua execução.

Esta edição contém diversos assuntos relacionados à atividade de C^2 e outros de igual importância para a evolução da doutrina militar terrestre.

Boa leitura!



General de Exército UELITON JOSÉ MONTEZANO VAZ
Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

GUERRA IRREGULAR: A BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA COMO FORÇA DE PACIFICAÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ

General de Brigada Roberto Escoto

O General de Brigada Combatente Escoto é o 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército. Foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 1982. Possui o Curso de Forças Especiais e o Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). No exterior, foi assessor de paraquedismo e de operações especiais no Paraguai, observador militar no Equador e no Peru, oficial de operações da Brigada de Força de Paz no Haiti, Chefe da Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW) e oficial do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas em Nova Iorque. Como Tenente-coronel, comandou o 6º Batalhão de Infantaria Leve e, como General, a Brigada de Infantaria Paraquedista, base da Força de Pacificação MARÉ (escoto@uol.com.br).



"Although differences between gangs and insurgents regarding motives and modes of operations exist, this linkage infers that third generation gangs (3G2) are mutated forms of urban insurgency."

Max G. Manwaring (*Ph.D. in Political Science*), *U.S. Army War College* [1]

A Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) e a 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel (12ª Bda Inf L Amv) são as brigadas de infantaria do Exército Brasileiro (EB) que, além de integrarem as Forças de Atuação Estratégicas (FAE), também constituem as Forças de Ação Rápida Estratégicas (FAR-E), pois possuem a capacidade de pronta resposta e de projeção de força em qualquer parte do território nacional e no entorno estratégico do país. É por estas mesmas razões que, nos melhores exércitos do mundo, tropas paraquedistas e aeromóveis são as primeiras a serem empregadas como forças expedicionárias.

Nos conflitos irregulares assimétricos do século XXI, o emprego de forças de operações especiais (FOpEsp) e de forças convencionais (F Convl) paraquedistas e aeromóveis aptas a intervir, com rapidez e eficácia, como forças de contingência em situações de crise e de conflito, tem sido cada vez mais frequente. A *82nd Airborne Division*, a 101*st Airborne Division* e a 173*rd Airborne Brigade*, dos EUA, e a 16*th Air Assault Brigade*, do Reino Unido, tiveram papel preponderante nas operações de combate a grupos de violência extremista no Afeganistão e no Iraque, assim como a 11*e Brigade Parachutiste*, da França, no Afeganistão e no Mali.

A violência extremista é o resultado de crenças e ações de indivíduos ou grupos que empregam a violência para a consecução de objetivos de natureza política, ideológica, social, étnica ou religiosa. Inclui a insurgência, a subversão, o terrorismo e outras formas de violência comum [2]. As forças irregulares constituem o braço armado desses grupos que recorrem à guerra irregular para alcançar seus objetivos.

O mesmo aconteceu no Brasil quando o Exército foi empregado no combate à violência extremista nos anos 60 e 70 e nas situações de crise na segurança pública em diversos Estados da federação, provocadas por inexistência, insuficiência ou indisponibilidade dos órgãos de segurança pública estaduais. Historicamente, a Bda Inf Pqdt tem sido a primeira tropa a ser empregada para cumprir estas missões constitucionais.

Em 1994 e 1995, a Bda Inf Pqdt, reforçada por batalhões de infantaria do EB e da Força Aérea Brasileira (FAB), foi empregada na Operação Rio, devido ao aumento da violência nos morros e sua extensão para outros bairros da cidade, que criou um clima de insegurança implantado pelos narcotraficantes e as diversas gangues frequentadoras de bailes

funk, consumidoras de drogas e promotoras de arrastões.

De novembro de 2010 a fevereiro de 2011, diante de mais uma crise de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, que sediaria uma sucessão de grandes eventos de repercussão internacional, a Bda Inf Pqdt foi a primeira grande unidade (GU) a ser empregada na Operação Arcanjo, nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, numa Operação de Pacificação (Op Pac) demasiadamente longa que duraria 583 dias.

Em abril de 2014, após diversos ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que causaram inúmeras mortes de policiais militares e danos às suas instalações, material e viaturas, uma vez mais a tropa paraquedista foi a primeira a ser empregada na difícil missão de pacificar o maior complexo de favelas do RJ, com quinze comunidades e uma população de cerca de 140.000 habitantes, equivalente a uma cidade brasileira de médio porte, aterrorizada pela ação violenta de três facções criminosas rivais que utilizam táticas, técnicas e procedimentos de grupos de violência extremista – o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e as milícias.

Após diversos ataques às UPPs, inúmeras mortes de policiais militares e danos às suas instalações, material e viaturas, a Bda Inf Pqdt foi a primeira a ser empregada na missão de pacificar o maior complexo de favelas do RJ, com uma população de cerca de 140.000 hab.

A raiz histórica disso é a origem do CV, que descende da Falange Vermelha, criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, como uma organização criminosa formada por presos comuns e presos políticos. No início dos anos 80, os primeiros presos foragidos da Ilha Grande começaram a pôr em prática os ensinamentos do Minimanual do Guerrilheiro Urbano de Carlos Marighella, adquiridos ao longo dos anos de convivência com os terroristas, organizando e praticando numerosos assaltos a bancos, empresas e joalherias.

Ainda no início da década de 90, o CV influenciou a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, cujo envolvimento com o grupo terrorista *Hezbollah* desde 2006, na região da tríplice fronteira Brasil–Argentina–Paraguai, tem ficado cada dia mais evidente após novas investigações da Polícia Federal [3].

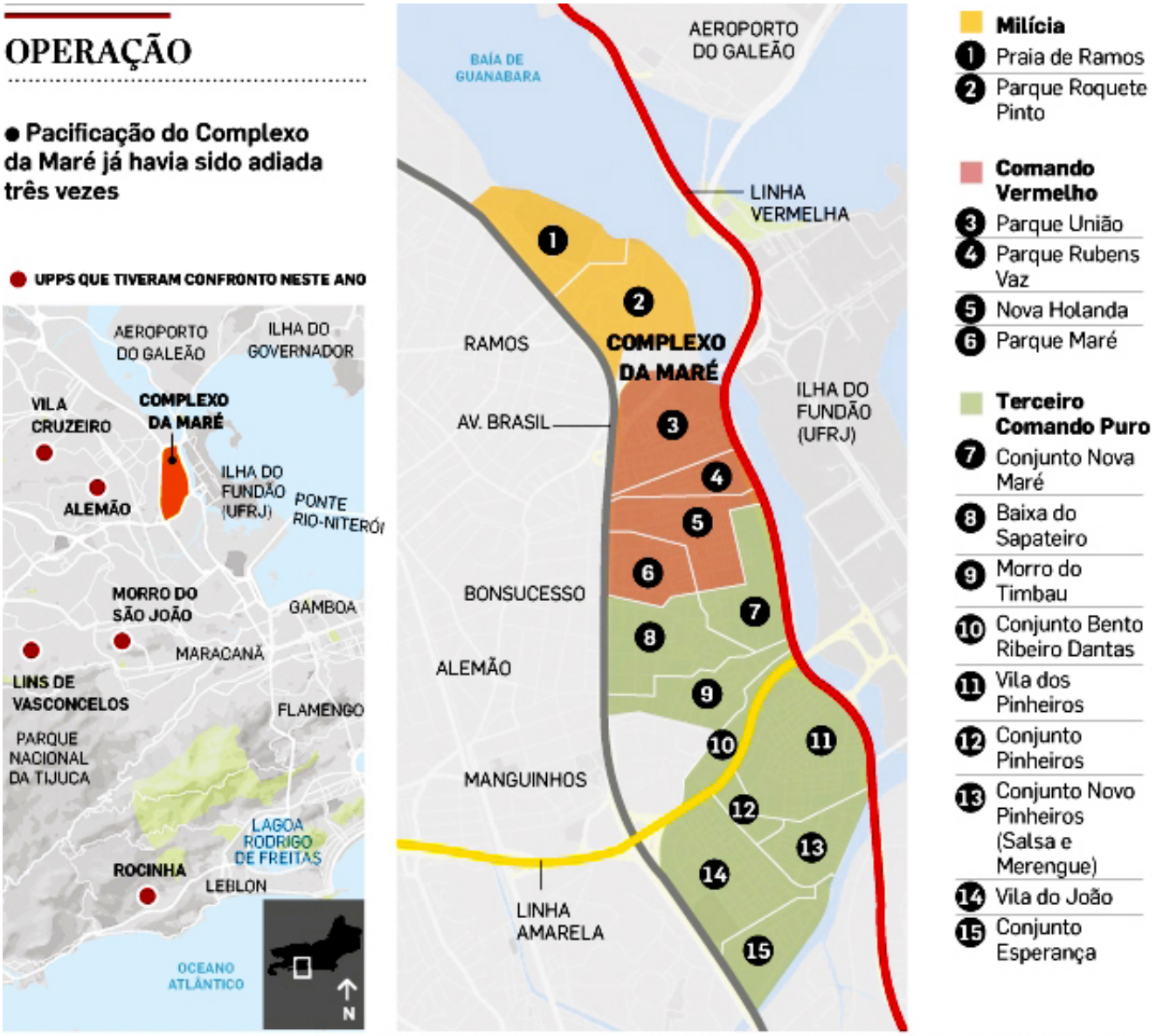
Outro forte indício da associação do crime organizado e do narcotráfico com grupos de violência extremista é que, em abril de 2001, o traficante Luiz Fernando da Costa, mais conhecido como Fernandinho Beira-Mar, líder do CV, foi preso na Colômbia onde, segundo investigações, negociava a troca de armas por cocaína com guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) [4].

Este artigo analisa as fases de planejamento, preparo e emprego da Bda Inf Pqdt na pacificação do Complexo da Maré e apresenta as principais lições aprendidas e os resultados da operação. Examina, ainda, seus reflexos para a organização, o adestramento, o equipamento e a doutrina de emprego das brigadas de infantaria do EB, destacando a importância do preparo para operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural.

PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO

A pacificação do Complexo da Maré foi planejada e executada como uma operação no amplo espectro, dentro de um ambiente operacional bastante complexo, instável e incerto. O planejamento deu ênfase às operações de inteligência, às operações especiais, às operações de informação, às operações interagências e às operações contra forças irregulares em ambiente urbano.

A alta porcentagem de efetivo profissional da tropa paraquedista (cerca de 80%) permitiu constituir três Forças-Tarefa Batalhão de Infantaria Paraquedista (FT BIPqdt) somente



Mapa do Complexo da Maré.

com cabos e soldados do núcleo-base (NB), sem interromper a formação paraquedista de cerca de 1.200 recrutas incorporados em 2014. Sua elevada capacidade de pronta resposta possibilitou que num período de apenas duas semanas após o seu acionamento (de 21 Mar a 04 Abr), a Bda Inf Pqdt estivesse totalmente pronta para o desencadeamento da operação, após a realização de reconhecimentos terrestres e aéreos, planejamentos detalhados, aprestamento e transmissão de ordens.

A Força de Pacificação Maré (F Pac MARÉ) foi constituída por um Estado-Maior Conjunto; 03 Forças-Tarefa Batalhão de Infantaria Paraquedista (FT BIPqdt) [FT AFONSOS, FT SANTOS DUMONT e FT VELAME]; o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais MARÉ (GptOpFuzNav-MARÉ); 01 Esquadrão de Cavalaria Mecanizado do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Esqd C Mec/15º RC Mec) ; 01 Força-Tarefa de Operações Especiais (FTOpEsp); a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista (1ª Cia E Cmb Pqdt); a 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista (20ª Cia Com Pqdt); 01 Destacamento Logístico do 20º Batalhão Logístico Paraquedista (Dst Log/20º BLog Pqdt); Elementos (Elm) de Inteligência (Intlg), Comunicação Social (Com Soc), Guerra Eletrônica (GE), Aviação (Av) e Assessoria Jurídica (Ass Jur)/CML; tropas da F Pac [Cia Cmdo Bda Inf Pqdt (+ 36º Pel PE Pqdt, 01 Pel/BPE e 01 Pel/BG)]; e o 1º Esqd Cav Pqdt e 01 PelFuzNavMec (hipotecado) em Reserva. Além disso, a F Pac recebeu 01 Cia

da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) sob controle operacional [5]. O efetivo total empregado foi de 2.576 militares e policiais militares, dos quais 1.439 da Bda Inf Pqdt (56% do efetivo da F Pac).

A missão da F Pac MARÉ foi, a partir de 050000Abr14 (00:00 horas do dia 5 de abril de 2014), realizar a interdição e o investimento a pé, motorizado e mecanizado sobre toda Área de Operações Maré (A Op MARÉ); substituir as tropas da PMERJ que estavam operando na área; e conduzir operações para pacificar A Op MARÉ, em conjunto com os Órgãos de Segurança e Ordem Pública (OSOP) e outras agências civis (governamentais e não governamentais). Para isso, proteger a população; impedir e reprimir as ações das facções criminosas; prender seus integrantes; e apreender armamento, munição, drogas e outros materiais ilícitos [6].

A intenção do Comandante da Brigada (Cmt Bda) era explorar ao máximo a inteligência, as operações especiais, as operações de informação; a ofensiva, a surpresa e a massa; estabelecer pontos fortes; realizar operações de saturação de patrulhamento a pé, motorizado e mecanizado; vasculhamento; busca e apreensão; e conquistar o apoio da população da área – centro de gravidade da operação – num esforço integrado, coordenado e sincronizado de operações interagências. Tudo com a finalidade de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções criminosas e estabelecer e manter um ambiente seguro e estável para a população da área [7].

O estado final desejado (EFD) era a conquista do apoio ativo da população e a desarticulação das facções criminosas no interior da A Op. Isto contribuiria para assegurar um ambiente seguro e estável (objetivo estratégico) e para criar as condições adequadas para a instalação de UPPs na A Op MARÉ (objetivo político).

A escolha do apoio da população como centro de gravidade significa que a F Pac enfatizou as operações centradas na população (*population-centric operations*), nas quais há preponderância do estudo e aproveitamento do terreno humano sobre o terreno físico. Dentre os fatores da decisão, as considerações civis tiveram altíssima prioridade. Além disso, as operações de inteligência não se limitaram ao levantamento de informações sobre as forças oponentes, como ocorre em conflitos convencionais entre atores estatais. A inteligência também priorizou a coleta e a busca de informações sobre a população – centro de gravidade dos conflitos irregulares assimétricos do século XXI. De acordo com o Gen Stanley McChrystal, Comandante da *International Security Assistance Force (ISAF)* no Afeganistão, de 2009 a 2010, "*protecting the people is the mission. The conflict will be won by persuading the population, not by destroying the enemy*" [8].

PREPARO DA TROPA

Há que se destacar que os primeiros cursos operacionais do EB – Precursor Paraquedista, Operações Especiais (OE) e Ações de Comandos



Área de Operações Maré.

– nasceram na Bda Inf Pqdt nas décadas de 50 e 60. Além disso, em 1964, foi criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e, em 1967, o Departamento de Instrução Especial (DIEsp) da AMAN, atualmente Seção de Instrução Especial (SIEsp), ambos com a participação de oficiais paraquedistas como instrutores. Diante disso, a Bda Inf Pqdt pode ser considerada pioneira da instrução especial do Exército Brasileiro, particularmente das táticas, técnicas e procedimentos (TTP) das operações contraguerrilha que foram difundidas para o restante da F Ter.

O novo manual de Operações de Pacificação do Exército (EB20-MC-10.217) estabelece três fases para o emprego da F Ter nas Op Pac: a intervenção, a estabilização e a normalização (*clear, hold and build phases*)[9]. A fase de intervenção tem foco principal nas ações coercitivas, em ambiente urbano ou rural. Na fase de estabilização existe um equilíbrio de ações coercitivas e construtivas, enquanto que na fase de normalização predominam as ações construtivas para o desenvolvimento de um ambiente favorável à retomada do controle do Estado sobre a área de pacificação [10].

Para conduzir ações coercitivas com a aplicação do poder de combate terrestre, normalmente em ações conjuntas para neutralizar as forças oponentes, é imperioso que a F Pac esteja apta a planejar e executar Operações contra Forças Irregulares (Op C F Irreg) em ambiente urbano e rural.

As Op C F Irreg incluem: operações de interdição de apoio externo; operações de controle da população e dos recursos locais; operações tipo polícia; operações de recuperação das infraestruturas básicas e de assistência humanitária; e operações de combate – contraguerrilha, antiterrorismo (ações defensivas de caráter preventivo) e contraterrorismo (ações ofensivas de caráter repressivo realizadas exclusivamente por FOpEsp).

Um erro grave e muito comum é considerar que o preparo da tropa para as operações de garantia de lei e da ordem (Op GLO) seria suficiente para enfrentar e derrotar facções criminosas que operam como F Irreg. Doutrinariamente, no entanto, as Op GLO não incluem as operações de combate, que são específicas das Op C F Irreg [11]. É bastante válida a máxima de "quem pode mais pode menos". A tropa adestrada para Op C F Irreg está apta a executar Op GLO; mas aquela que se adestra apenas para Op GLO não está apta a executar Op C F Irreg.

Para conduzir ações coercitivas com a aplicação do poder de combate terrestre, normalmente em ações conjuntas para neutralizar as forças oponentes, é imperioso que a F Pac esteja apta a planejar e executar operações contra forças irregulares em ambiente urbano e rural.

Destaca-se que o Manual de Operações de Pacificação, acertadamente, incluiu as ações de combate das F Convl e as ações diretas das FOpEsp entre as demais capacidades coercitivas que as F Pac devem possuir para neutralizar as forças oponentes [12]. O manual também define que as Op Pac ocorrem, normalmente, em um quadro caracterizado pela ruptura da lei e da ordem, em Op C F Irreg (nacionais ou estrangeiras), em calamidades de grandes proporções na natureza, dentre outras [13].

Na atualidade, somente o Comando de Operações Especiais (COpEsp) tem como objetivo de adestramento (OA), previsto no Programa de Instrução Militar aprovado pelo Comando de Operações Terrestres (PIM/COTER), realizar Op C F Irreg. Na opinião

do autor, a partir do surgimento das Op GLO, ao final da década de 90, deixou-se de dar prioridade ao preparo das brigadas de infantaria para esse tipo de operação extremamente importante nos conflitos irregulares assimétricos deste século. A constatação disso é que, em 2002, quando da aprovação das Instruções Provisórias IP 85-1 – Op GLO, foram revogados o Manual de Campanha C 31-16 – Op C F Irreg em Ambiente Rural, as IP 31-15 – O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilha e as IP 31-17 – Operações Urbanas de Defesa Interna.

Não se pode ignorar o fato de que grupos de violência extremista associados a organizações criminosas, tais como as FARC, o Sendero Luminoso, o Exército do Povo Paraguaio (EPP) e o *Hezbollah* atuam em países fronteiriços e constituem uma ameaça à paz e à segurança nacional por meio da violação de nossas fronteiras para o contrabando e o tráfico de armas, drogas e pessoas ou, na pior das hipóteses, por meio da execução de ações terroristas no interior de nosso território. A conjuntura atual impõe o preparo das Brigadas de Infantaria para Op C F Irreg.

Como a Bda Inf Pqdt foi o primeiro contingente a ser empregado no Complexo da Maré, não houve tempo de preparação específica da tropa para a operação. No entanto, isso foi superado pelo fato de que parte do efetivo já havia participado da Op Arcanjo, nos Complexos do Alemão e da Penha, e porque as operações no amplo espectro, especialmente as Op C F Irreg, com maior foco na contraguerrilha e no antiterrorismo, têm recebido grande ênfase no adestramento da tropa paraquedista. Nos anos de 2012, 2013 e 2014, a Operação Saci, tradicional exercício do Programa de Adestramento Avançado (PAA) da Bda, foi planejada e executada com tropa no terreno, dentro de um quadro de conflito irregular assimétrico extrarregional, no qual a Bda fazia parte da força militar de uma coalizão multinacional e iniciava seu desdobramento por meio de uma incursão aeroterrestre na A Op.

EMPREGO DA TROPA

Comando e Controle

A instalação prévia das antenas repetidoras do Sistema Tetra e a utilização das instalações do CPOR/RJ como base de operações da F Pac (BOpFPac), onde já havia link microondas do 2º CTA, facilitaram o funcionamento de um adequado sistema de comando, controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4IVR), que foi vital para o êxito das operações.

As equipes do 2º CTA contribuíram com a 20ª Cia Com Pqdt na montagem da rede local de dados da BOpFPac, proporcionando conexão de alta velocidade (20 MB) e telefonia VoIP. O pessoal do BEsCom contribuiu na configuração das redes rádio troncalizadas. Foram usados 260 rádios troncalizados e 200 não troncalizados para mobiliar as redes de comando da F Pac e as redes internas das unidades (U) e subunidades (SU) subordinadas, proporcionando comunicações seguras com criptografia. Foi instalado um link de dados entre o COp/CML e a BOpFPac, o qual foi posteriormente estendido também para as BOp das FT BIPqdt e do GptOpFuzNav [14].

A utilização do sistema Olho da Águia, da Av Ex, possibilitou monitorar em tempo real, na BOpFPac, diversas operações executadas pela tropa, garantindo consciência situacional e facilitando a tomada de decisões do Cmdo F Pac. A capacidade de gerar imagens termais das aeronaves HS-1 Seahawk, da Marinha, e HA-1 Esquilo, do Exército, permitiu identificar nitidamente indivíduos armados de fuzil e pistola em deslocamento noturno no interior da A Op.

Um meio de comunicação que se mostrou bastante eficiente foi o uso do aplicativo *whatsapp* para *smartphones*, que possibilitava comunicação em tempo real entre as BOp e as tropas desdobradas na A Op. Esse recurso também permitiu a comunicação com informantes, inclusive com o envio de imagens.



Imagens termais identificando fuzil e pistolas.

Outra ferramenta prática que contribuiu para a consciência situacional foi o Sistema Pacificador, que transmitia à BOpFPac os diversos incidentes ocorridos com a tropa.

Inteligência

Um acurado e eficaz Sistema de Inteligência é condição imprescindível para o êxito das Op Pac. Para isso, foi estabelecida uma central de inteligência, chefiada pelo D/2 e constituída pelo pessoal da 2ª Seção da Bda Inf Pqdt e reforçada por elementos de inteligência e contrainteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Foi fundamental a realização de reuniões periódicas do Cmdo F Pac com representantes dos órgãos de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RJ, da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar, a fim de estabelecer laços pessoais de confiança mútua e canais técnicos para o compartilhamento, análise e difusão de informações.

O planejamento e a condução das operações da F Pac MARÉ foram bastante facilitados, tendo em vista o levantamento estratégico de área (LEA) elaborado e atualizado em anos anteriores diante da hipótese de emprego da Bda Inf Pqdt naquela A Op. Entretanto, a falta de um estudo prévio do terreno humano, em virtude da cultura do combate convencional da inteligência focada no inimigo (*enemy-centric intelligence*), teve que ser compensada, após o início das operações, pelas operações de reconhecimento especial

da FTOpEsp e pelo trabalho do Destacamento de Operações de Apoio à Informação (DOAI), da Célula de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e das Seções de Inteligência da F Pac, das FT e do GptOpFuzNav. Avulta de importância a necessidade de contar com Equipes de Terreno Humano, integradas por especialistas civis e subordinadas à célula de Op Info.

Em 2011, após o início da Op Pac dos complexos de favelas do Alemão e da Penha, o CIE incluiu na preparação dos contingentes as orientações para a constituição e o funcionamento de Células de Inteligência de Subunidade (*Company-Level Intelligence Cells*) [15], explorando lições aprendidas do Exército e dos Fuzileiros Navais dos EUA na guerra do Afeganistão [16].

Aproveitando a experiência brasileira em Op Pac, a Bda Inf Pqdt determinou o emprego dessas células em todas as subunidades (SU) operacionais da F Pac Maré, pois são as pequenas frações que, imersas no terreno humano, têm melhores condições para a obtenção de dados.

À célula de inteligência, constituída pelo subcomandante da subunidade (SCmt SU) e os sargentos da seção de comando, cabia coordenar os esforços de coleta de dados por parte dos pelotões e grupos de combate, realizando *briefings* na partida e no retorno das patrulhas à base da SU, ficando em condições de apresentar regularmente ao Cmt SU e ao oficial de inteligência (S/2) uma atualização sucinta do cenário de inteligência no seu subsetor [17].

Diferentemente das operações de combate convencional, nas Op Pac não existe uma dependência muito grande das agências de inteligência dos escalões superiores da Força Terrestre (F Ter). A F Pac recebia cerca de 90% da inteligência válida dos escalões subordinados, dos dados obtidos pelas células de inteligência das subunidades e dos relatórios de patrulhas. Outra fonte importante eram os informantes, que se comunicavam por contatos pessoais, pelo *whatsapp* ou pelo disque-pacificação implantado pela F Pac.

A inteligência de imagens (*IMINT*) foi obtida por meio de imagens satelitais, cedidas pela 5ª Divisão de Levantamento ou levantadas com a ferramenta *Google Earth*, por meio da vigilância por helicópteros e por um sistema de aeronave remotamente pilotada (SARP) do GptOpFuzNav, o CARCARÁ II, de fabricação nacional. A inteligência de sinais (*SIGINT*) foi obtida por meio da interceptação de sinais pela célula de guerra eletrônica (GE) da F Pac e pelas patrulhas que apreendiam equipamentos rádio dos "olheiros" e monitoravam as comunicações das facções, permitindo o levantamento de valiosas informações, tais como: suas posições, rotinas, intenções, formas de atuação e sinais de alerta sobre a aproximação da tropa.

Embora a *IMINT* e a *SIGINT* tenham sido muito importantes, nada substitui a inteligência humana (*HUMINT*) obtida no contato diário com a população local. Para isso, foi preciso que a população do Complexo da Maré se sentisse segura o bastante para fornecer informações, sem medo de represálias do tráfico ou das milícias. O ponto chave para isso consistia em tratar a população local com dignidade e respeito, dentro dos preceitos da lei e dos direitos humanos, com a finalidade de atenuar as reações negativas resultantes das operações de vasculhamento (ação exploratória) e de busca e apreensão (ação direcionada).

Manobra

Nas Op C F Irreg, um dos objetivos principais consiste em proporcionar segurança à população para separá-la das forças oponentes e assegurar um ambiente livre da violência e do terror. As pessoas não são o meio de conquistar o objetivo – elas são o objetivo.

Esse tipo de operação emprega grandes efetivos de tropa. Embora as necessidades variem de acordo com o ambiente operacional

e as circunstâncias, uma regra empírica, fundamentada na média de militares desdobrados no primeiro ano de oito operações robustas de imposição da paz [18], diz que, para ser bem-sucedida, a operação precisa de treze integrantes das forças de segurança (forças armadas, polícia e outras instituições semelhantes) para cada 1.000 habitantes [19]. O manual de operações de contrainsurgência do Exército dos EUA, também baseado em dados históricos, estabelece o efetivo de 20 a 25 combatentes para cada 1.000 hab [20]. A F Pac Maré empregou 18 militares para cada 1.000 hab – um efetivo compatível para a natureza da missão.

A operação iniciou com a interdição de todas as vias de acesso no perímetro da A Op pela instalação de pontos de bloqueio; seguida do investimento com o restante da tropa percorrendo, a pé e com viaturas, todas as ruas, becos e vielas; a substituição dos efetivos da PMERJ e a efetiva ocupação da A Op pela F Pac.

A fim de explorar a surpresa, a ofensiva e a dissuasão – características peculiares das tropas paraquedistas –, estava planejada uma ação preliminar noturna com a infiltração aeroterrestre, por salto livre operacional (SLOP), de uma equipe precursora no interior



Patrulhamento a pé.

da Vila Olímpica da Maré, mas não houve condições para sua execução.

Uma força militar não pode ser obrigada a deslocar-se diariamente para a área sob sua proteção – ao contrário, ela deve viver inserida na população a quem deve defender. Para isso, a situação ideal seria o desdobramento das BOpCiaFuz dentro dos seus subsetores. Devido à dificuldade de obterem-se instalações apropriadas cujos proprietários não tivessem medo de represálias, a F Pac conseguiu desdobrar apenas uma Cia Fuz dentro do seu subsetor. No entanto, a existência de quartéis do EB e da FAB no interior e nas proximidades da A Op facilitaram a ocupação de bases com segurança e relativo conforto para a tropa.



Revista de pessoas e veículos.

A partir da ocupação de seus setores de responsabilidade, cada peça de manobra desencadeou um intenso patrulhamento diurno e noturno a pé, motorizado e mecanizado; a instalação de pontos fortes em locais estratégicos e de Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) para a revista de pessoas e veículos. A alteração constante dos itinerários e horários das patrulhas e a combinação com outras ações táticas visavam a evitar o estabelecimento de rotinas e a obter a iniciativa e a surpresa.

No limite E da A Op, a 1ª Cia E Cmb Pqdt e a FTOpEsp, utilizando botes pneumáticos, mantiveram permanente vigilância e patrulhamento marítimo do Canal do Cunha, que dá acesso à Baía da Guanabara, com a finalidade de reprimir a entrada de armas e drogas.

A presença constante e a atitude dissuasória da tropa nas ruas, com predominância do patrulhamento a pé, além de reduzir a liberdade de ação das facções, contribuíram para a conquista do apoio da população e, consequentemente, para a obtenção de informes. Para atenuar a desconfiança e o descontentamento inicial da população local com a presença da tropa foram realizadas várias Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Em diversas operações de vasculhamento foram utilizados cães farejadores paraquedistas ou do Batalhão de Ações com Cães (BAC) da PMERJ, a fim de localizar cachês de armamento e de drogas. Cães de ataque também foram empregados para obter efeito dissuasório em operações de controle de distúrbios.

O emprego do 1º Esqd C Pqdt, reserva da F Pac, no patrulhamento de toda a A Op, manteve a reserva apta a atuar em todos os setores com adequado conhecimento dos terrenos físico e humano e alta capacidade de pronta resposta. A utilização de motocicletas *trail*, guarnecidas por motorista e atirador equipados com câmeras táticas tipo *Go Pro*,

pelas FT BI Pqdt, Esquadrão de Cavalaria Paraquedista (Esqd C Pqdt), Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esqd C Mec) e Pelotão de Polícia do Exército (Pel PE), aumentou significativamente a mobilidade e a capacidade de reconhecimento num ambiente urbano com predominância de becos e vielas.

Baseado no êxito das ações do Destacamento de Operações Especiais em Missões de Paz (DOPaz) do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Brasileiro (BRABAT) no Haiti, pela primeira vez, empregou-se uma FTOpEsp constituindo uma F Pac, o que somente confirmou o adequado preparo técnico-profissional e o efeito multiplicador de força desses especialistas em guerra irregular. Isto representa uma grande evolução para a F Ter, pois no passado havia resistências ao emprego de FOpEsp em operações de paz e de pacificação. Comandada pelo próprio Cmt 1º BFEsp e integrada por operadores de forças especiais, comandos, caçadores, especialistas em operações de apoio a informação (OAI) e precursores paraquedistas, a FTOpEsp realizou ações diretas e indiretas para cumprir sua missão.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, a Operação SACI, tradicional exercício do Programa de Adestramento Avançado da Brigada Paraquedista, foi planejada e executada com tropa no terreno, dentro de um quadro de conflito irregular assimétrico extrarregional.

Um exemplo de ação direta muito bem-sucedida foi a operação interagências de busca e apreensão para a captura de um dos mais procurados líderes de facção. Obtida sua localização precisa por meio de um informante, a F Pac, numa ação rápida e cirúrgica, empregou o Esqd C Mec para cercar a área de prédios do Conjunto Esperança, enquanto uma equipe tática da FTOpEsp, reforçada por policiais federais do Comando de Operações Táticas (COT), invadiu o apartamento e efetuou a prisão de dois criminosos armados, sem causar danos colaterais às duas menores que os acompanhavam. À semelhança do emprego heterodoxo do *Team Tank* – um Esqd CC M1 Abrams que apoiou as ações de FOpEsp norte-americanas no Oeste do Iraque em 2003 [21]–, o apoio do Esqd C Mec à FTOpEsp demonstrou a perfeita integração, coordenação e sincronização que devem existir entre F Convl e FOpEsp.

Há que ser ressaltada a importância das ações indiretas – típicas dos operadores de FEsp – na conquista do apoio ativo da população. Entre essas ações, destaca-se o assessoramento do Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp) e do DOAI ao Cmdo F Pac e aos comandantes de setor na ligação com as diversas agências civis e na realização de reuniões de comando de área. Os líderes locais sabem quem está no comando e se sentiriam desprestigiados se um comandante habitualmente mandasse subordinados conversarem com eles. Pelo contato pessoal, os comandantes puderam compreender melhor os costumes, as tendências, as aspirações e o comportamento da população e, assim, prever suas ações. Frequentemente, esses contatos também forneciam valiosos informes.

Outra ação indireta muito eficaz foi a atuação do DOAI na disseminação de mensagens por alto-falantes (AF) e panfletos. Durante a missão, a viatura leve AF teve que ser substituída por uma viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP) porque estava sendo alvo frequente de disparos das facções.

Segundo Mark Moyar (Ph.D. em História), da *Joint Special Operations University (JSOU), "in achieving stability, Village Stability*



Operations (VSO) demonstrated convincingly the value of the indirect approach as a necessary complement to direct action" [22].

Um dos grandes desafios são as operações interagências, que embora exijam unidade de esforços não podem prescindir da unidade de comando dentro da A Op, onde as forças de segurança estão subordinadas a uma única autoridade militar – o Cmt F Pac. Em Op Pac, estruturas de comando compartilhado com os OSOP não contribuiriam para a ação unificada e comprometeriam o cumprimento da missão. Para facilitar a integração e a coordenação das ações, o Centro de Coordenação de Operações (CCOp) da F Pac deveria contar com a presença permanente de representantes (oficiais de ligação - O Lig) das diversas agências civis envolvidas – federais, estaduais e municipais.

Outra inovação da F Pac Maré foi o emprego de uma célula de Op Info que integrou, coordenou e sincronizou as atividades das capacidades relacionadas à informação (CRI): Intlg, Com Soc, OAI e GE; e dos recursos relacionados às Op Info: FTOpEsp e célula de CIMIC. Para isso, o Of Op Info elaborou uma matriz de sincronização de Op Info e realizava briefings periódicos com os representantes das diversas células e seções do estado-maior.

O terreno informacional é tão importante quanto os terrenos físico e humano. A percepção que a população tem da realidade é de suma importância. Controlar a "narrativa" é não apenas comunicar bem, mas comunicar primeiro [23]. Diante disso, os comandantes devem ser proativos e não podem ser restringidos no seu contato com a mídia, cuja presença constante e capacidade de difusão imediata influenciam marcantemente as operações militares contemporâneas. Na



A presença constante e capacidade de difusão imediata da mídia.

visão do Cel Mansoor, Cmt Bda *Ready First* no Iraque, "solicitar aprovação para toda e qualquer mensagem, fazendo-a percorrer a cadeia de comando para cima e para baixo é receita certa para o fracasso" [24]. O Cmt F Pac, o Of Op Info e o Of Com Soc participavam semanalmente num programa de uma rádio comunitária local, no qual interagiam ao vivo com os ouvintes, respondendo a perguntas e informando sobre as atividades da F Pac, a fim de conquistar a confiança e o apoio da população local e da opinião pública. A conquista dos corações e mentes é absolutamente fundamental nas Op Pac.

Mobilidade, contramobilidade e proteção

O emprego centralizado da 1ª Cia E Cmb Pqdt, com seus meios orgânicos, permitiu a execução dos trabalhos de engenharia em todos os setores, de acordo com as prioridades do Cmdo F Pac.

Houve boa coordenação com os elementos de manobra, sendo frequente a execução de operações em conjunto com tropas de diversas naturezas – Fuz Pqdt, C Pqdt, C Mec e FuzNav. Destacam-se o emprego de atiradores de metralhadora do 1º Esqd C Pqdt em botes pneumáticos protegidos por coletes balísticos, aumentando o poder de combate e a segurança da tropa embarcada, e a realização de reconhecimentos especializados com motocicletas e VBTP, explorando diferentes possibilidades e formas de emprego dos Elm Eng.

Embora a defesa dos canteiros de trabalho realizada pelos próprios Elm Eng seja doutrinariamente encarada como uma exceção nas operações convencionais, em Op C F Irreg tropas de apoio ao combate e apoio logístico devem ser aptas a prover sua própria segurança, pois o campo de batalha é assimétrico e não linear. O cumprimento dessa missão de combate pelas frações orgânicas da 1ª Cia E Cmb Pqdt facilitou o desenvolvimento dos trabalhos, pois agilizou o desdobramento e atuação dos grupos de



Patrulhamento em botes pneumáticos protegidos por coletes balísticos.

engenharia (GE), que não dependiam da segurança dos elementos de manobra.

Os trabalhos de mobilidade e contramobilidade para melhoria e desobstrução de vias; construção de pontes para viaturas leves e blindadas; demolição de barricadas e posições de tiro das facções criminosas; construção de obstáculos para motocicletas em passarelas de pedestres; e os trabalhos de controle de danos não somente contribuíram para o êxito das operações, mas também para a conquista do apoio da população pelos benefícios que trouxeram aos habitantes locais.

Logística

A estrutura logística desdobrada na área de operações contou com dois escalões – um avançado e outro recuado. O escalão avançado foi constituído por módulos funcionais integrando um Dst Log da F Pac mobiliado pelo 20º BLog Pqdt e seus reforços. O escalão recuado foi composto por outras instalações logísticas não orgânicas que apoiaram a F Pac, tais como a Base de Apoio Logístico do Exército (BaApLogEx), por meio do 1º Depósito de Suprimento (1º DSup), e do Depósito Central de Munição (DCMun), o Hospital Central do Exército (HCE) e o Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ).

Para o estabelecimento das diversas bases, além das instalações fixas existentes foram disponibilizadas barracas canadenses para alojamentos e containeres do Estabelecimento Central de Transportes (ECT) para reservas de armamento. Foram contratados serviços de locação de banheiros químicos e containeres com chuveiros e serviços para reformas nas instalações de um pavilhão de uma editora, base de uma Cia Fuz da FT SANTOS DUMONT, e do antigo aquartelamento do 24º BIB, base da FT VELAME.

A utilização de um container lavanderia do 20º BLog Pqdt atendeu bem à demanda da tropa, com custos significativamente menores do que se houvesse a contratação dos serviços de uma lavanderia.

A F Pac empregou 256 viaturas, das quais 209 do EB e 47 dos Fuzileiros Navais, dentre as quais 06 VBTP URUTU, 10 VBTP PIRANHA e 35 motocicletas. Das viaturas do EB, 157 pertenciam à Bda Inf Pqdt e 52 foram recebidas da 9ª Bda Inf Mtz (GUEs), ratificando que operações dessa natureza requerem uma quantidade bem maior do que a necessária para o emprego em operações aeroterrestres.

Pela primeira vez, empregou-se uma FTOpEsp constituindo uma F Pac, o que somente confirmou o altíssimo nível de preparo técnico-profissional e o efeito multiplicador de força desses especialistas em guerra irregular. Isto representa uma grande evolução para a F Ter ...

A B Adm da Bda Inf Pqdt foi responsável pela aplicação de recursos financeiros recebidos do Esc Sp para a aquisição de bens e serviços para a F Pac. A criação de um Dst Ap Adm, subordinado ao Centro de Operações do Comando Militar do Leste (COp/CML), agilizou a continuidade do apoio administrativo aos contingentes posteriores, cujos Cmdo Bda eram de fora da sede do Rio de Janeiro.

RESULTADOS DA OPERAÇÃO

Em Op C F Irreg, os resultados não são medidos pela quantidade de insurgentes mortos ou capturados. O mesmo se aplica às Op Pac, nas quais a quantidade de prisões e apreensões de armas, drogas e veículos roubados são apenas indicadores das ações realizadas.

No período de 5 de abril a 30 de maio, foram realizadas as seguintes ações:

- Prisão por crime comum: 106
- Prisão por crime militar: 24
- Apreensão de menores de idade: 48
- Apreensão de armas: 15
- Apreensão de drogas: 84
- Recuperação de automóveis roubados: 43
- Recuperação de motocicletas roubadas: 32

O resultado mais importante na pacificação do Complexo da Maré é alcançar o estado final desejado – a conquista do apoio ativo da população e a desarticulação das facções criminosas – e os objetivos estratégico e político da operação – assegurar um ambiente seguro e estável e criar as condições adequadas para a instalação de UPPs.

Após dois meses de atuação da F Pac Maré e diante da comparação com a situação no início da operação, é possível afirmar que o EFD foi parcialmente atingido e o ambiente tornou-se relativamente seguro e estável. Em consequência disso, já havia condições mínimas de segurança para a instalação de UPPs.

REFLEXOS DA OPERAÇÃO

Organização

Além de suas unidades (U) e subunidades (SU) orgânicas, a estrutura modular de uma brigada de infantaria empregada como F Pac deve incluir infantaria e/ou cavalaria embarcada em viaturas blindadas de rodas e/ou de lagartas; uma FTOpEsp com Dst de FEsp, de comandos, de caçadores, de OAI e de precursores; uma seção de inteligência ampliada, com um grupo de operações de inteligência (GOI) orgânico, com significativa capacidade analítica e estruturada especialmente em torno de fontes humanas e de sinais; uma Cia PE, pois o efetivo de um Pel PE é insuficiente para a natureza da missão; um Dst Ap Adm com uma seção de aquisições, licitações e contratos (SALC) reforçada; uma Cia ou Btl de Polícia Militar sob controle operacional (Ct Op); células de especialistas em assuntos civis, de operações de informação, de comunicação social, de cooperação civil-militar, de assessoria jurídica, de guerra eletrônica e de guerra cibernética; equipes de especialistas civis no terreno humano específico da missão; e meios de inteligência, vigilância e reconhecimento, particularmente helicópteros equipados com sistema Olho da Águia, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP), câmeras táticas para o combatente individual e sensores terrestres, todos com capacidade de detecção e visão noturna.

Adestramento

Em 2012, a Bda Inf Pqdt enviou uma proposta ao COTER e ao EME para a construção, utilizando containeres marítimos, nos fundos do aquartelamento do 8º GAC Pqdt, de uma área de treinamento para operações em terreno urbano com dez quarteirões; ruas, becos e vielas de diferentes larguras e edificações de até três andares, que permitiria o adestramento simultâneo de toda uma FT SU em exercícios táticos com elevado grau de realismo. A proximidade do Campo dos Afonsos viabilizaria ainda a realização de incursões aeroterrestres ou aeromóveis precedendo o investimento sobre a localidade. Essa área destinada à modalidade de simulação viva, com o uso do próprio armamento e equipamentos sensoriados, também serviria para o adestramento das demais tropas do CML, particularmente de suas Bda Inf, e de tropas oriundas de outros C Mil A quando fossem adestradas pelo Centro de Avaliação de Adestramento do Exército (CAAdEx) ou pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). A proposta está alinhada com o processo de transformação do Exército, que considera imperiosa e urgente a incorporação da simulação como importante ferramenta de adestramento individual e coletivo [25], e com a visão de futuro de dotar o CAAdEx com dispositivos de simulação de engajamento tático (DSET) para avaliar Btl e todos os C Mil A para adestrar frações até o nível SU.

Em 2014, a Bda Inf Pqdt propôs ao COTER a inclusão das Op C F Irreg nos seus objetivos de adestramento (OA). Essa GU não deve ficar limitada a adestrar-se somente para o assalto aeroterrestre – uma possibilidade de emprego bem mais remota na atualidade [26]. Sugere-se que as Op C F Irreg sejam incluídas também nos OA atribuídos à 12ª Bda Inf L (Amv) e às Bda Inf Sl, a fim de fortalecer essa capacidade operativa no EB.

Uma vulnerabilidade que precisa ser superada pelos demais contingentes, que reúnem U e SU de diferentes brigadas e guarnições de fora do RJ, é a falta de familiaridade com o terreno humano e de experiência tática em ambiente operacional de favelas, a inexistência de laços táticos anteriores entre as frações e a natureza heterogênea do preparo dessas tropas. Para isso, à semelhança do preparo do BRABAT, há necessidade de centralizar e nivelar o adestramento da F Pac por um período maior do que os atuais dois meses antes do desdobramento.

Equipamento

No início da operação, foi evidenciada a falta de alguns materiais individuais básicos, em particular barracas "iglu", que são um item crítico para uma tropa de pronto emprego, uma vez que sua disponibilidade possibilita o desdobramento imediato da tropa no terreno, com a mínima infraestrutura de instalações.

O incremento do grau de precisão do atirador equipado com miras holográficas e óculos de visão noturna aliado à utilização



Patrulhando o terreno urbano da favela

de armamentos calibre 5,56 mm, como o fuzil IMBEL IA2, aumentariam o poder de combate das tropas e reduziriam os riscos de indesejáveis danos colaterais à população.

A distribuição de espingardas calibre 12 e de lançadores 38.1 mm deve atender à dotação mínima de 02 espingardas e 01 lançador por grupo de combate (GC), a fim de proporcionar flexibilidade com a utilização de armamentos e munições não letais, particularmente em operações de controle de distúrbios, que ocorriam frequentemente quando se efetuavam prisões.

O emprego de VBTP de lagartas M113 e de modernas VBTP-MR 6x6 GUARANI em acréscimo às VBTP URUTU foi uma grande evolução, mas ainda há necessidade urgente de dotar a F Pac com viaturas leves blindadas (VBMT-LR 4x4). As viaturas utilizadas não oferecem qualquer proteção blindada aos seus ocupantes. Nesse ambiente operacional de favelas há severa vulnerabilidade a atiradores de tocaia, dada a existência de muitas lajes sobre as edificações. Além disso, viaturas equipadas com *GPS* veicular facilitariam a orientação e aumentariam a consciência situacional.

A Bda Inf Pqdt e a 12ª Bda Inf L (Amv), integrantes da FAR-E, deveriam possuir uma quantidade de meios que permitisse seu emprego imediato, sem grandes necessidades de obtenção e recompletamento dos materiais de emprego militar (MEM) durante o cumprimento da missão. Uma ideia a ser estudada seria designá-las como brigadas-piloto dos Projetos PROTEGER e COBRA (Combatente Brasileiro)

Doutrina de emprego

A Doutrina Militar Terrestre (DMT) compreende o conjunto de valores, princípios, conceitos básicos, normas, métodos e processos que visa orientar a organização, o preparo e o emprego da F Ter. Ela é difundida por meio de manuais de campanha, manuais técnicos, cadernos de instrução, notas e instruções de coordenação doutrinária [27].

Constata-se que, na atualidade, na qual o conflito irregular assimétrico é a maior ameaça à paz e à segurança internacionais, há necessidade de elaboração de manuais de campanha que orientem a organização, o preparo e o emprego das Bda Inf em Op C F Irreg e que aproveitem a bem-sucedida experiência brasileira nessas operações. Destacam-se como fontes de consulta os manuais do Exército dos EUA FM 3-24 *Counterinsurgency*, FM 3-24.2 *Tactics in Counterinsurgency* e FM 3-06 *Urban Operations*, que reúnem lições aprendidas e aspectos doutrinários importantes e atuais sobre esse tipo de operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O EB está operando em ambiente urbano há mais de dez anos no Haiti e participando de mais uma Op Pac em favelas do RJ, mas ainda não tem uma área de treinamento de operações em terreno urbano com características e dimensões compatíveis para as necessidades de preparo para o combate moderno. Só existem pequenas pistas de combate em localidade que limitam bastante o adestramento de frações do nível Pel e SU. O investimento não seria muito alto para dotar a Guarnição da Vila Militar com uma estrutura adequada para o adestramento da tropa visando diferentes tipos de operações – operações de pacificação, operações de paz, operações de GLO e operações convencionais de ataque e defesa em terreno urbano.

No nosso país, hoje, a participação protagonista (e não mais coadjuvante) das Forças Armadas, principalmente do EB, na sempre muito bem sucedida pacificação de favelas completamente dominadas pelo narcotráfico, demonstra, inequivocamente, que esse problema deixou de ser de Segurança e Ordem Pública e passou a ser de Segurança Nacional [28].

Por outro lado, é preciso evitar a

banalização do emprego do Exército em Operações Tipo Polícia de GLO, desvirtuando-o de sua competência essencial como Força Armada – executar Operações de Combate. É a capacidade de conduzir Operações contra Forças Irregulares que diferencia o Exército das polícias e que garante o êxito das Operações de Pacificação.

Empregar a F Ter como polícia e não como Força Armada, sem o devido preparo para Op Cmb em ambiente urbano, é correr o risco de perder a credibilidade – algo inadmissível para o invicto Exército de Caxias – e de ver o Brasil transformar-se num país dominado pelo narcoterrorismo, com diversos cartéis de drogas desafiando o poder do Estado numa espiral sangrenta de terror e violência extremista.

Embora retendo a capacidade de conduzir operações de combate de alta intensidade, o Exército precisa quebrar antigos paradigmas e transformar sua cultura institucional e sua doutrina para assumir outras missões que não o combate convencional terrestre, particularmente as Op C F Irreg – preponderantes no amplo espectro dos conflitos modernos. Do contrário, a F Ter estará despreparada para enfrentar e vencer as ameaças do século XXI.

É possível questionar doutrinariamente se as facções criminosas brasileiras – que "aparentemente" não possuem motivações político-ideológicas – podem ser consideradas forças irregulares, mas é impossível negar que elas atuam com as mesmas táticas, técnicas e procedimentos de guerrilheiros e terroristas. Diante disso, quando a F Ter for empregada em Op Pac, é necessário enfrentá-las e vencê-las executando operações de combate contra F Irreg.

Atuando em ambiente operacional complexo e hostil, a tropa paraquedista cumpriu muito bem a missão recebida. Seus combatentes profissionais impuseram e mantiveram a lei e a ordem, conquistaram o apoio da população local e desarticularam facções criminosas fortemente armadas, criando um ambiente seguro e estável que permitia a livre circulação e atuação de pessoas e agências civis.

Após dois meses de operação, estava cumprida a missão constitucional de atuar, de forma "episódica e temporária", para restabelecer e garantir a lei e a ordem.

Diante dos resultados alcançados pela F Pac Maré e da comparação com a situação no início da operação, é possível afirmar que o estado final desejado foi parcialmente atingido e o ambiente tornou-se relativamente seguro e estável, havendo condições minimas de segurança para UPPs.

O êxito da operação de pacificação do Complexo da Maré, conduzida pela Bda Inf Pqdt em abril e maio de 2014, foi consequência da audácia, coragem, determinação e agressividade do Soldado Paraquedista; da iniciativa e liderança dos comandantes em todos os níveis; e da coesão e adestramento dessa tropa que, desde as bem-sucedidas operações contra a subversão e o terrorismo rural e urbano nas décadas de 60 e 70, foi consagrada como **A ELITE DO COMBATE CONTRA FORÇAS IRREGULARES!**

BRASIL ACIMA DE TUDO !

NOTAS E REFERÊNCIAS

[1] MANWARING, Max G. **Street gangs: the new urban insurgency.** Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, March 2005.

[2] PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. A**s ambiguidades estratégicas da violência extremista e do conflito irregular assimétrico do século 21**. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em Revista. 3.ed., Jul a Set 2013. p. 45.

[3] LEALI, Francisco. Conexão Líbano-Brasil: traficantes ligados ao Hezbollah se associaram à facção que atua em presídios paulistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, Domingo 09 Nov, 2014. p. 3.

[4] PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. **Irregular Warfare: Brazil's fight against criminal urban guerrillas**. Joint Special Operations University (JSOU) Report 09-8, September 2009. p. 17.

[5] BDA INF PQDT. **Ordem de Operações Maré**. Rio de Janeiro, Abr 2014.

[6] Ibid.

[7] Ibid.

[8] WEST, Bing. **The wrong war: grit, strategy and the way out of Afghanistan**. Random House, Inc., New York, 2011. p. 110.

[9] U.S. Department of the Army. Field Manual 3-24.2. **Tactics in Counterinsurgency**. Washington, D.C., 2009. p. 3-17.

[10] BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB20-MC-10.217. **Operações de Pacificação**. 1.ed., 2015. p. 2-10, 2-11 e 5-19.

[11] BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 85-1. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem.** 2.ed., 2010. p. 2-1, letra a.

[12] BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB20-MC-10.217. **Operações de Pacificação**. 1.ed., 2015. p. 2-12, fig. 2-6.

[13] Ibid. p. 2-5, par. 2.3.7.3.

[14] BDA INF PQDT. **Relatório final da operação de pacificação no Complexo da Maré**. 1º Contingente. Rio de Janeiro, Mai 2014.

[15] Denominação utilizada pelos Fuzileiros Navais norte-americanos. O Exército dos EUA usa o nome de Company Intelligence Support Teams.

[16] FLYNN, Michael T. et al. **Fixing Intel: a blueprint for making intelligence relevant in Afeghanistan**. Center for a New American Security. Jan 2010.

[17] FERREIRA, Cap Inf Alexandre da Silva. **O emprego da Célula de Inteligência da SU durante as Operações da Força de Pacificação Maré**. Trabalho premiado no concurso literário do Simpósio de Operações Aeroterrestres da Bda Inf Pqdt. 2014. p. 3.

[18] As oito operações de imposição da paz foram: Japão (1945), Somália (1992), Haiti (1994), Bósnia (1995), Eslovênia Oriental (1996), Timor Leste (1999), Kosovo (2000) e Iraque (2003).

[19] DOBBINS, James et al. **The beginner's guide to nation-building**. RAND Corporation, 2007. p. 41.

[20] U.S. Department of the Army. Field Manual 3-24. **Counterinsurgency.** Washington, D.C., 2006. p. 1-13.

[21] JONES, Robert W. **Team Tank Armor in support of Special Operations**. Veritas: Journal of Army Special Forces History, Winter 2005. p. 69-73. In: GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. Iraque: um conflito polêmico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 446.

[22] MOYAR, Mark. Joint Special Operations University (JSOU) Report 14-7. V**illage Stability Operations and the Afghan Police**. October 2014. p. 86.

[23] BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha EB20-MC-10.213. **Operações de Informação**. 1.ed., 2014. p. 2-6, par. 2.3.4.

[24] MANSOOR, Peter R. **Bagdá ao Alvorecer: a Guerra de um Comandante no Iraque**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p. 392.

[25] BRASIL. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. 3.ed., Mai 2010. p. 40.

[26] ESCOTO, Gen Bda Roberto. A **Bda Inf Pqdt e os Conflitos do Século XXI: Assalto ou Incursão Aeroterrestre?** Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em Revista. 4.ed., Out a Dez 2013. p.

80-90.
[27]BRASIL. Estado-Maior do Exército. EB10-IG-01.005. **Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina do Exército**. 3.ed., 2012.
[28] PINHEIRO, Gen Bda Alvaro de Souza. **As Ambiguidades Estratégicas da Violência Extremista e do Conflito Irregular Assimétrico do Século 21**. Estado-Maior do Exército. Doutrina Militar Terrestre em Revista. 3.ed., Jul a Set 2013. p. 46.



A INTELIGÊNCIA MILITAR COMO FUNÇÃO DE COMBATE NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

Coronel Paulo Caetano Martins de Oliveira

O Coronel de Cavalaria Paulo Martins é o comandante do 8º Batalhão Logístico, sediado em Porte Alegre - RS. Foi declarado aspirante-a-oficial em 1990. Além dos cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos, possui o Curso Intermediário de Inteligência. Sua experiência profissional na atividade inclui, além das funções de analista de inteligência e contrainteligência, o comando de grupos de inteligência no Comando Militar do Nordeste (CMNE) e no Comando Militar do Sul (CMS). Chefiou a Célula de Inteligência (G2) do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 16º Contingente Brasileiro (BRABAT2/16) da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) (pgffc90@gmail.com).



"Conheça o inimigo e a si mesmo e você obterá a vitória sem qualquer perigo; conheça o terreno e as condições da natureza e você será sempre vitorioso."

Sun Tzu

O presente trabalho aborda o emprego da seção de inteligência, denominada célula G2, do estado-maior do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 16º Contingente Brasileiro (BRABAT2/16), a qual teve a oportunidade de colher valiosos ensinamentos durante mais de sete meses de missão real em solo haitiano. Inicialmente, apresenta como foi organizada e estruturada a célula para o cumprimento da missão, enfatizando a integração dos dados obtidos pelas diferentes fontes, ainda na fase do preparo. Em seguida, destaca a importância da inteligência militar como uma das seis funções de combate, com a busca constante da interoperabilidade entre a célula G2 e as demais seções, visando a assegurar ao comandante a consciência situacional necessária para a tomada de decisões. A seguir, comenta uma inovação denominada Roda Análise de Padrões, *Pattern Analysis Wheel (PAW)* em inglês, utilizada pelo analista de imagens da célula, como importante ferramenta de apoio ao processo decisório, a qual garantiu informações confiáveis e atualizadas sobre o ambiente operacional. Apresenta, ainda, o planejamento de contingência elaborado face à incidência de desastres naturais, haja vista a passagem de dois furacões durante o emprego do BRABAT2/16. Portanto, o artigo é dedicado ao estudo no nível de execução direta da tropa, o tático. Este trabalho não encerra, por si, as lições sobre o assunto, mas permite subsidiar a aplicação da inteligência militar como função de combate indiscutível para o sucesso das operações de paz em que o Brasil se faça representar pelo seu valoroso Exército.

A INTEGRAÇÃO DE DADOS

A atividade de inteligência exerce papel fundamental no apoio às Operações de Paz, particularmente nas operações de *peacekeeping*, em que os conflitos frequentemente tomam lugar entre múltiplas facções armadas, com diferentes objetivos políticos e linhas de comando fraturadas.

Há mais de dez anos em solo haitiano, o Exército Brasileiro participa ativamente da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) destacando-se na manutenção do ambiente seguro e estável naquele país. O atual cenário do Haiti pressupõe a continuidade do apoio de inteligência como ferramenta indispensável

para a manutenção da operacionalidade do componente militar. Em que pese não haver definição formal de um inimigo declarado, os conhecimentos obtidos acerca da área de responsabilidade, *Area of Responsibility* (AOR) em inglês, tornam-se fundamentais para a proatividade na execução das missões táticas em todos os escalões.

Para executar as tarefas inerentes ao sistema de inteligência, o batalhão possui uma célula de inteligência (G2) no estado-maior. Tal seção é responsável por estabelecer e propor ao comandante as suas necessidades de inteligência, coletar dados e produzir conhecimentos, além de antecipar possíveis ações hostis contra a própria Força de Paz, contra as instalações e o patrimônio do organismo internacional e, também, contra a população civil da área da missão.

A atividade de inteligência exerce papel fundamental no apoio às Operações de Paz, particularmente nas operações de *peacekeeping*, em que os conflitos frequentemente tomam lugar entre múltiplas facções armadas, com diferentes objetivos políticos e linhas de comando fraturadas.

Desde a fase do preparo, os conhecimentos reunidos nos documentos norteadores do emprego do BRABAT para o cumprimento de sua missão devem ser constantemente atualizados, ainda no Brasil, pela célula G2. Citam-se como exemplo destes documentos: o Repertório de Conhecimentos Necessários; o Estudo de Situação de Inteligência; e o Anexo de Inteligência à Ordem de Operações emitida pelo comandante, por ocasião da ativação do batalhão. A célula G2 é chefiada por um oficial superior e constituída por oficiais adjuntos e sargentos. Seu propósito é realizar a gestão da atividade de inteligência, com encargos referentes à (ao):

- produção de conhecimentos que subsidiem, oportunamente, a tomada de decisões;
- levantamento de possíveis ameaças contra a tropa, as instalações e o material utilizado;
- identificação de vulnerabilidades e deficiências do sistema de segurança, com relação às ameaças levantadas, propondo ao comando as medidas apropriadas;
- realização do esforço na coleta de dados, a fim de manter permanentemente atualizado o estudo de situação de inteligência; e
- atualização das informações acerca das forças adversas existentes e das condições do terreno na AOR do Batalhão.

Para tal, desde a fase do preparo, ainda em solo brasileiro, adotou-se uma estrutura organizada em subcélula de inteligência, subcélula de contrainteligência e subcélula de imagens e sinais, aproveitando-se a especialização dos seus integrantes e a experiência adquirida ao longo da carreira.

De acordo com o C 100-5 (Operações), "Todos os elementos envolvidos na operação devem ser previamente habilitados e selecionados por sua aptidão específica para cada caso.". Assim, corroborando com a importância da inteligência humana, o emprego de pessoal especializado e com experiência no desempenho das funções inerentes a cada subcélula citada mostrou-se fundamental para a celeridade na obtenção dos dados, na medida em que conferiu maior grau de certeza à elaboração de cenários e ao próprio trabalho mental para levantar as possibilidades das forças adversas e suas deficiências.

Dessa maneira, tal subdivisão permitiu integrar, dentro da limitação tecnológica possível, os dados provenientes de fontes diversas (humanas, sinais e imagens), otimizando-se o que se pode chamar de novo

ciclo do conhecimento. Neste ciclo, observa-se o surgimento da fase de obtenção, em que RAMIRES (2013) enfatiza o emprego da fonte humana na realimentação do processo, ao atestar que "Aliado às plataformas de obtenção e aos diversos sensores à disposição da inteligência, o homem volta a integrar-se no processo, gerando dados qualitativos...".

As necessidades de inteligência devem englobar todos os conhecimentos indispensáveis para o preparo da unidade, ainda em território nacional, e para o emprego, na área onde cumprirá a missão. Nesse contexto, é imperioso que sejam transmitidos conhecimentos atualizados para o comando (Cmdo) da unidade, constituído pelo comandante (Cmt) e seu estado-maior (EM), e para os comandantes de subunidades (Cmt SU) acerca das expressões do poder e das forças adversas com potencial para contraporem-se às atividades da MINUSTAH.

Já em solo haitiano, como primeiras atividades foram realizados reconhecimentos aéreos em toda a AOR pelos componentes da célula, em particular pela subcélula de imagens, com sobrevoos de baixa e média alturas e reconhecimentos terrestres, diurnos e noturnos, cujo objetivo inicial foi a identificação dos itinerários de acesso para os pontos de maior interesse do batalhão. Um exemplo muito claro da importância destes reconhecimentos, foi a utilização dessas vias de acesso por patrulhas e equipes médicas, para dar suporte à população durante situações de desastres naturais.

O apoio de aeronaves de asa rotatória, por parte do componente militar chileno e argentino da MINUSTAH, mostrou-se significativo como plataforma de observação e monitoramento, com o estabelecimento de um canal de comunicações terra-ar. Desta forma, os dados eram recebidos, confirmados e transmitidos em tempo imediato, tornando possível a realimentação do processo ao comando do Batalhão.

Assim, buscou-se orientar de forma permanente as demais seções com a preocupação de se estabelecer necessidades de conhecimento inerentes às missões específicas de cada uma, de acordo com as suas peculiaridades. Pode-se exemplificar esta interoperalidade, com os trabalhos desenvolvidos com a Seção de Inteligência, denominada célula G4, se considerarmos sua necessidade de conhecer as principais vias que davam acesso aos locais das bases destacadas do batalhão e de suas tropas vizinhas; os principais pontos sensíveis que poderiam ser utilizados nos casos de desastres naturais e calamidades; e as características do terreno que pudessem influir em determinada operação logística.



Fundamental no levantamento de dados, o comandante deve considerar a célula G2 na execução das atividades

de Cooperação Civil-Militar, *Civil-Military Cooperation (CIMIC)* em inglês. Estas, por seu turno, revestem-se de meticuloso planejamento, haja vista seu papel como multiplicador de forças no restabelecimento e na manutenção da paz em determinada região da AOR. Imprescindíveis se fazem, portanto, as informações acerca dos atores com potencial para configurar ameaças, a fim de dar suporte ao conjunto de ações a serem realizadas, antes, durante e após uma atividade de CIMIC.

Nas primeiras semanas do emprego, é vital que o oficial chefe da célula G2 conheça o chefe do Centro Conjunto de Análises da Missão, *Joint Mission Analysis Centre (JMAC)* em inglês, e o chefe e componentes da Seção de Inteligência do Estado-Maior da MINUSTAH, denominada célula U2, pois são os principais contatos do setor de inteligência da MINUSTAH, além do staff do componente militar. Durante o emprego, deve-se manter ativado um canal técnico entre a célula G2 e esses indivíduos, ampliando-se o escopo de conhecimentos da AOR.

Para o acompanhamento dos principais atores presentes na AOR, também foram utilizadas as fontes abertas, valendo-se da internet, da mídia televisiva e de rádios locais. Para a obtenção destes dados coletados, foram utilizados intérpretes haitianos, os quais apresentavam diariamente um resumo das principais notícias.

O fator linguístico deve ser considerado como uma dificuldade a ser vencida, em que pese a existência de intérpretes militares, habilitados no idioma francês, mas com limitações para serem empregados em quantidade suficiente e, ainda, para compreender, em certas ocasiões, a língua mais utilizada atualmente, o crioulo haitiano, também conhecida como *créole*. Assim, torna-se necessária a presença de haitianos cadastrados para auxiliarem os intérpretes, os quais também se constituem em valiosas fontes, por residirem na própria região. Entretanto, cabe à célula G2 processar e analisar esses dados de forma criteriosa, dando-lhes a devida avaliação, antes de sua difusão.

Outra importante e valiosa fonte que deve ser utilizada pela célula G2, particularmente na fase de obtenção de dados, é o Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp), por contar com equipamentos específicos e pessoal altamente capacitado. Esse, por sua vez, possui dentre as suas atribuições doutrinárias a possibilidade de cooperar com as autoridades militares em atividades de inteligência e contrainteligência. Portanto, o DOFEsp reúne condições muito favoráveis para ser empregado com a célula G2, sendo necessário um planejamento conjunto adequado para cada tipo de missão ou de capacidade. Por outro lado, especialistas da célula G2 podem ser destacados junto ao DOFEsp, quando as necessidades excedem as possibilidades ou o grau de especialização do destacamento.

Para a execução de reconhecimentos especializados e coleta de dados, os militares da célula devem também, sempre que possível, aproveitar as patrulhas das subunidades do BRABAT, valendo-se da segurança propiciada por essas frações e pelo ocultamento das próprias funções dos integrantes da célula G2, particularmente quando sua identidade for conhecida por elementos das forças adversas.

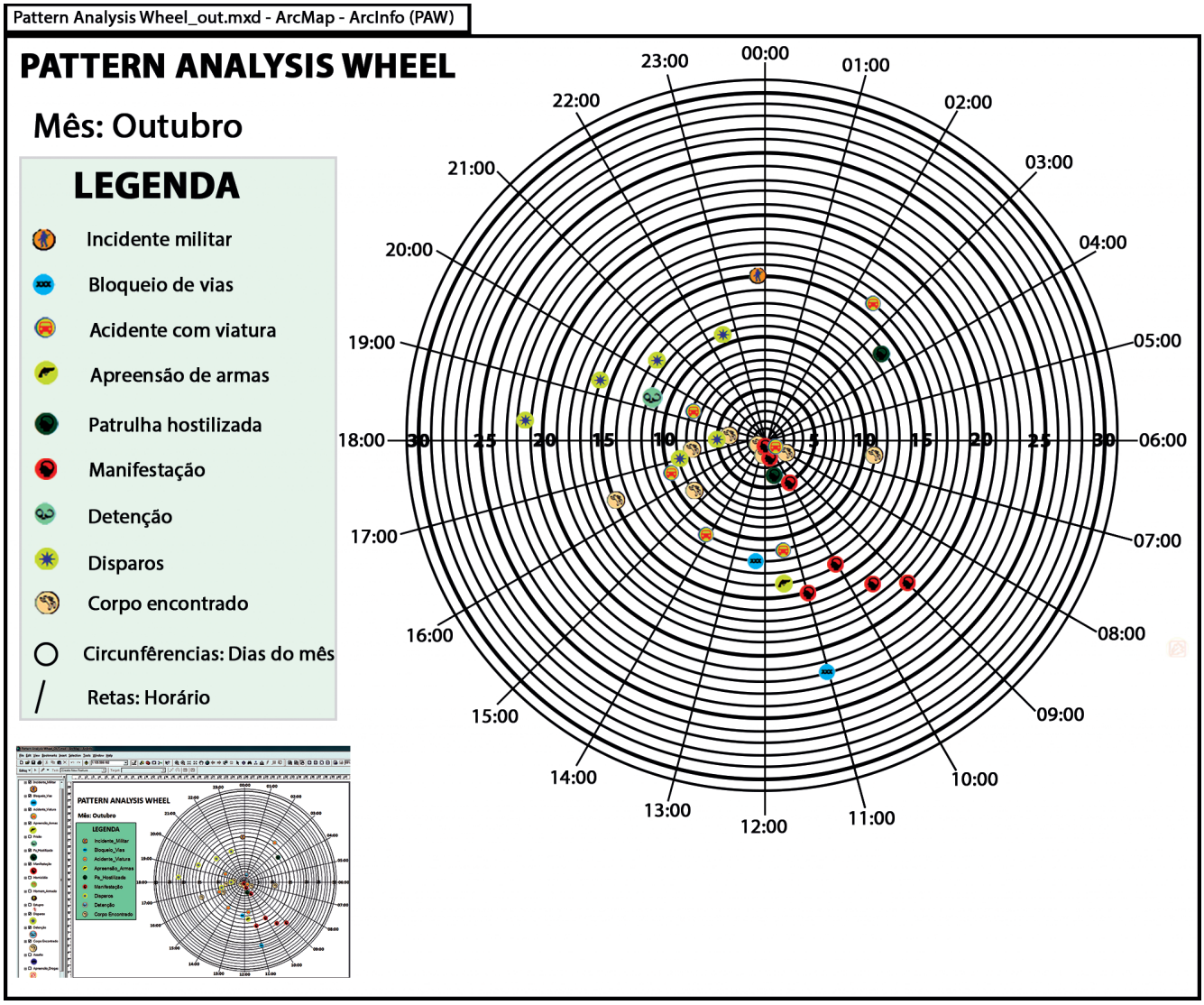
Para que tal trabalho seja eficaz, deve-se elaborar um planejamento criterioso de forma a integrar o chefe da célula G2, o chefe da célula G3 (operações) e os Cmt das respectivas SU responsáveis pela correspondente zona de ação. O planejamento tático, nesta situação, é elaborado até o nível da fração executante, com a realização de *briefings* entre os oficiais e sargentos das patrulhas e os componentes da célula G2, de modo a buscar a perfeita integração de procedimentos e sua coordenação.

FERRAMENTAS DE APOIO AO PROCESSO DECISÓRIO

De acordo com o preconizado na Nota de Conhecimentos Doutrinários Fundamentos da Atividade de Inteligência Militar Terrestre (2013), no nível tático a inteligência deve "gerar conhecimentos e produtos capazes de apoiar diretamente o processo decisório dos comandantes táticos...". Assim, foi possível produzir conhecimentos específicos e produtos sobre uma determinada área geográfica, mediante planejamento detalhado e integrado com as demais células, por meio das diferentes fontes humanas (HUMINT, sigla em inglês) de obtenção de dados, caracterizadas pelos componentes da equipe G2; pelo DOFEsp; por militares integrantes de patrulhas; e até mesmo por colaboradores locais.

Para otimizar tal planejamento, o analista de imagens da célula G2 implantou o uso de importante ferramenta informatizada de gestão, denominada PAW, a qual assegurou informações confiáveis e atualizadas para o estado-maior. Trata-se de um registro cronológico que mostra determinadas atividades de indivíduos ou de grupos, associadas com os horários em que são executadas, permitindo armazenar e exibir grandes quantidades de informação em pouco espaço. Ao registrar-se a cronologia (dia e horário) em que aconteceram as atividades ou os incidentes, obtêm-se um padrão do tipo da atividade representada.

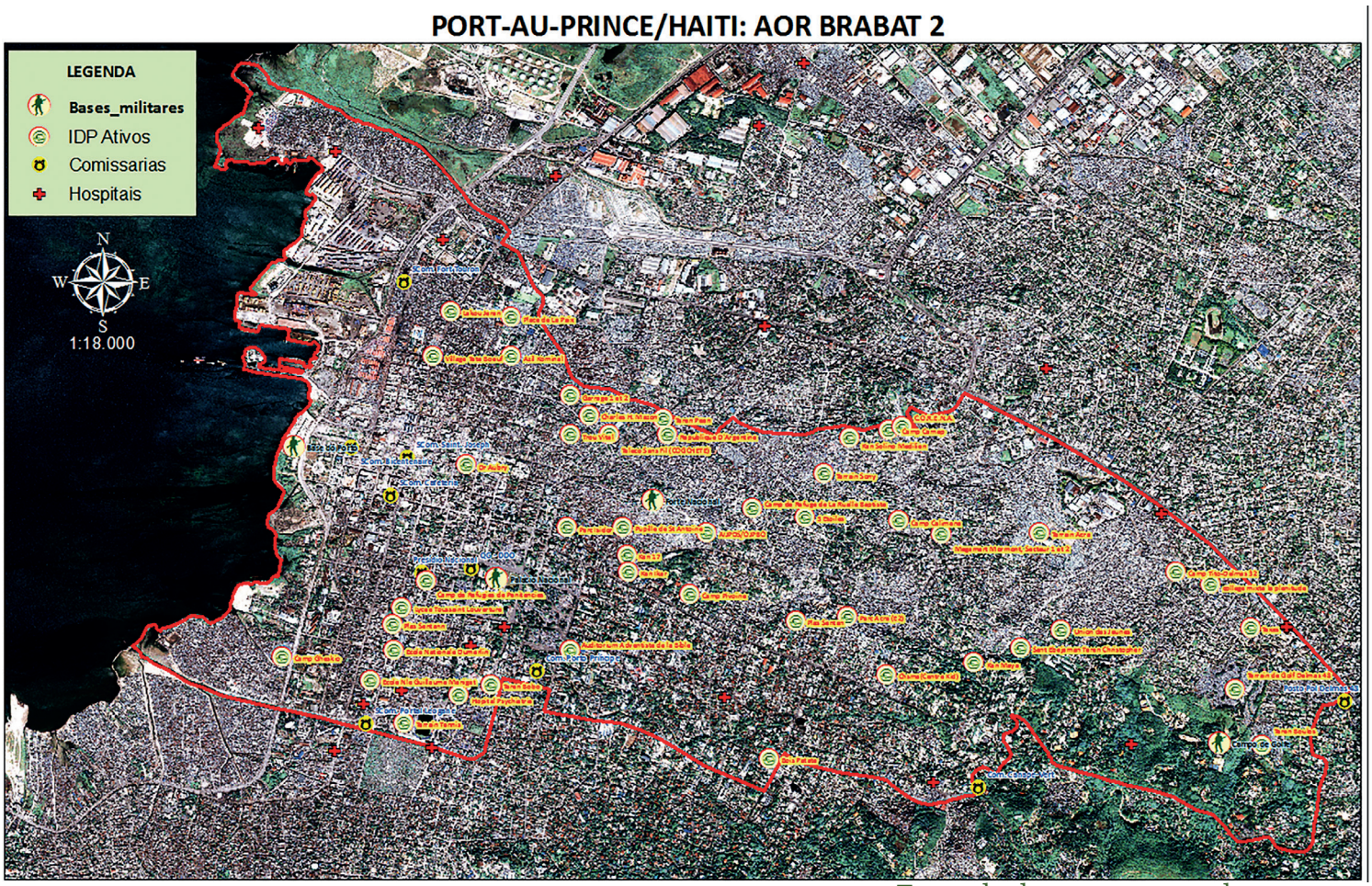
O espaço de tempo a ser representado é definido pelo analista, podendo ser semanal, mensal ou até anual. Depois de definido o espaço temporal e com a PAW preenchida, o analista tem melhores condições de gerenciar as atividades desenvolvidas na AOR.



No exemplo apresentado foi utilizado o *software ArcGis*, por facilitar a criação de várias atividades criminais em um único documento, podendo ter como produto final um grupo específico de atividades representadas, ou definir aquela em que se deseja aprofundar o estudo. Os dias de um determinado mês são representados por cada círculo concêntrico. Por seu turno, as horas equivalentes estão graficamente indicadas pelas retas.

Complementando-se a análise com o uso do mapeamento de uma AOR feito por meio do sistema de informações geográficas (ou georreferenciadas), pode-se chegar a conclusões dos locais e períodos em que determinado evento vem ocorrendo, com maior frequência ou rotineiramente, permitindo a elaboração de uma análise de risco e o planejamento integrado do estado-maior para ações com o emprego de tropa.

O principal *software* utilizado para a espacialização de dados é o ArcGis, que é composto por três aplicativos diferentes: o *ArcMap*, o *ArcCatalog* (semelhante a um *Windows Explorer* para dados espaciais) e o *ArcToolbox* (conjunto de ferramentas de conversão de dados).



Exemplo de mapeamento de eventos.

O uso dessas ferramentas de imagens, associadas ao *google earth,* permite ao analista expor ao estado-maior e ao comandante uma visão georreferenciada dos eventos no ambiente operacional. Assim, é possível obter-se a digitalização do espaço de batalha, com a integração de três ambientes na inteligência militar: o dos dados obtidos pelos diferentes sensores (patrulhas, militares da célula G2 e outras fontes); o

trabalho de análise feito pela célula G2 com a obtenção, produção, orientação e difusão; e o do comando e controle (C2), com o estudo de situação do EM e a elaboração do Processo de Integração Terreno Condições Meteorológicas Inimigo e Considerações Civis (PITCIC).

PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS

A incidência de desastres naturais é latente no Haiti e retarda, a cada ano, o desenvolvimento social e econômico do país, além de causar inúmeras mortes e dilacerar famílias. Durante o emprego, o contingente brasileiro deve estar preparado para vivenciar esta situação, como o que ocorreu por duas vezes, com o BRABAT 2/16, com a passagem dos furacões *Isaac e Sandy*.

A principal responsabilidade do componente militar da MINUSTAH é assegurar um ambiente seguro e estável nas áreas afetadas. O foco primário deve ser garantir que qualquer nível de ameaça apresentada por indivíduos e/ou grupos ilegalmente armados esteja suficientemente reduzido para permitir que o Governo Haitiano, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), organizações internacionais, organizações não governamentais (ONG) e componentes da MINUSTAH atendam à população necessitada e conduzam atividades humanitárias.

Para atender em melhores condições o cumprimento da missão, o comando do batalhão abriu um gabinete de crise específico para o acompanhamento da situação. Destarte, tornou-se vital a atualização de conhecimentos que permitissem a correta elaboração do cenário nas áreas de interesse e de influência do batalhão, visando ao seu pronto emprego na mitigação das consequências dos eventos causadores de desastres naturais.

Destarte, tornou-se vital a atualização de conhecimentos que permitissem a correta elaboração do cenário nas áreas de interesse e de influência do batalhão, visando ao seu pronto emprego na mitigação das consequências dos eventos causadores de desastres naturais.

Partindo-se de tal premissa, é necessária a elaboração de um plano detalhado contendo a avaliação de riscos dos desastres naturais, com uma síntese acerca da probabilidade de ocorrência dos eventos (tempestade, furacões, tsunamis, deslizamentos, terremotos, enchentes) e o consequente grau de impacto na população, nas infraestruturas existentes e, também, na própria tropa. Na elaboração deste plano, cabe à célula G2 as seguintes tarefas:

- integrar o gabinete de crise aberto pelo batalhão, provendo os conhecimentos de inteligência necessários;
- planejar e executar atividades de inteligência integradas com todos os órgãos disponíveis, a fim de monitorar qualquer informação que influencie a opinião do público em geral ou das autoridades haitianas sobre prontidão para um desastre natural;
-acompanhar diariamente a previsão do tempo e as avaliações de risco ou ameaça;
- verificar vulnerabilidades na infraestrutura básica no interior da AOR do batalhão (pontes, hospitais, estações de tratamento d'água, centrais de energia, etc); e
- monitorar todas as informações que possam influenciar as atividades desenvolvidas pelas frações do BRABAT, particularmente no que se refere às forças adversas.

FASES DO PLANEJAMENTO

O BRABAT, mantendo o ambiente seguro e estável em sua AOR, participa do apoio prestado pela MINUSTAH ao Governo do Haiti, atuando de forma rápida para responder às solicitações de assistência humanitária,

dentro ou fora de sua AOR, em cooperação com outros contingentes militares, organizações locais e internacionais. Este processo de apoio permite sua condução em cinco fases, que por sua vez poderão sobrepor-se: preparação ; alerta e desdobramento preventivo; desdobramento inicial; apoio e desdobramento completo; e retorno à situação anterior ao desastre.

Preparação

Compreende o planejamento detalhado e coordenação de todos os aspectos de apoio militar a operações humanitárias de responsabilidade da MINUSTAH e de seus parceiros, bem como as contingências relacionadas para enfrentar um desastre natural. Inclui também todas as ações locais a serem adotadas para proteger pessoal, bens e instalações militares dos efeitos de desastres naturais ou causados pelo homem.

Como servidões que poderão constar nesta fase, cita-se:

- reconhecer, sistematicamente, os locais e órgãos existentes na área de responsabilidade, tais como setores ligados à saúde, ONG, setores da Polícia Nacional Haitiana (PNH) e outros, emitindo parecer sobre sua adequabilidade para o caso de catástrofes naturais e propondo alternativas viáveis; e
- apoiar o planejamento de campanhas de conscientização da população local, visando à preparação para situações de emergência.

Na preparação, considera-se, ainda, a listagem dos recursos disponíveis no BRABAT que podem ser utilizados para satisfazer as necessidades humanitárias.

Alerta e Desdobramento Preventivo

Essa fase tem início com a previsão de um possível desastre natural. Inclui todas as atividades relativas ao monitoramento de tempestades e seus possíveis impactos no país, especialmente na AOR do BRABAT, ações de coordenação com a MINUSTAH, estudo sobre pré-desdobramento de pessoal e equipamento para atender às necessidades estratégicas e o aumento das atividades de prevenção. A célula G2 deve tomar por base as seguintes tarefas a serem executadas pelo batalhão:

- apoio à conscientização da população em áreas críticas, conduzida pelas agências da ONU;
- divulgação de informações à população sobre áreas de risco e apoiar as forças de segurança pública nos casos de evacuação preventiva;
- realização de ações de demonstração de força nas áreas afetadas, como dissimulação face à forças adversas que pretendam se aproveitar da crise; e
- proteção de infraestruturas básicas (pontes, hospitais, estações de tratamento d'água, centrais de energia, etc).

Desdobramento Inicial

Essa fase tem início com a ocorrência do desastre natural. Ela compreende as atividades relacionadas à avaliação dos danos nas áreas afetadas, à seleção de meios disponíveis e infraestrutura logística para gerenciar a situação, ao estabelecimento de áreas de controle sob a proteção militar e à manutenção do ambiente seguro e estável na AOR do Batalhão. Essa fase inclui a resposta rápida e necessária do componente militar, conforme as necessidades e prioridades identificadas pela MINUSTAH, em coordenação com o Governo Haitiano. Essa fase terminará quando as forças militares tiverem o controle da situação de segurança e quando as tropas militares começarem a apoiar as atividades humanitárias, se necessário.

Apoio e Desdobramento Completo

Essa fase ocorre durante as primeiras 24 horas do evento. Inclui as atividades necessárias para a provisão de apoio militar às operações humanitárias. A fase termina com a restauração da infraestrutura básica e quando as agências humanitárias não mais necessitarem do apoio do componente militar da MINUSTAH para a segurança das ações desenvolvidas. Como servidões a serem

executadas pelo BRABAT nesta fase:
- prover assistência humanitária, em colaboração com agências da ONU;
- prover segurança de pessoal e instalações;
- prover segurança de pessoal e instalações; e
- participar de operações de busca e salvamento.

Retorno à Situação Anterior ao Desastre

Consiste na transferência de responsabilidade para as agências humanitárias e no retorno à postura de emprego anterior.

CONCLUSÃO

Sob a ótica da inteligência, o presente trabalho objetivou apresentar o emprego da célula G2 do BRABAT2/16 e indicar sugestões no que se refere à atividade de inteligência militar de uma organização militar constituída, nas missões internacionais de manutenção da paz.

Por ocasião da fase do preparo, cabe uma primeira observação significativa no tocante à seleção do pessoal, a qual mostrou-se impactante para o cumprimento das tarefas da célula: todos os integrantes da célula G2 devem ser especialistas e com experiência na atividade de inteligência, o que trará reflexos altamente positivos à produção de conhecimentos necessários, oportunos e confiáveis.

Antes mesmo do deslocamento para o país de destino e do consequente emprego da tropa, deverão ser desenvolvidas atividades permanentes de acompanhamento dos eventos, visando à atualização constante do cenário, da própria situação de paz e dos atores que possam vir a representar ameaças potenciais contra a missão. Além disso, os contatos com a célula G2 da unidade sucedida deverão ser intensificados, de forma a proporcionar o alerta antecipado ante a possibilidade de concretização dessas ameaças, colher experiências e melhores práticas e transferir conhecimentos.

Outro significativo ensinamento foi a busca constante do planejamento realizado de forma conjunta com as demais células, de acordo com a peculiaridade da missão a ser cumprida. Seguindo-se a premissa de que qualquer operação militar é precedida de levantamento criterioso de conhecimentos, deve ser considerada a ativação de uma central de operações. Esta, por sua vez, constituída por representantes de cada célula com envolvimento direto ou indireto na tarefa, de modo a permitir o acompanhamento permanente das ações e a pronta resposta às ameaças que se apresentarem, será a responsável pela integração dos conhecimentos obtidos pelas diferentes fontes.

Destaca-se a necessidade de conscientização de todos os militares como sensores ativos e da sistematização da transmissão imediata de todas as informações obtidas aos militares especializados da célula G2, a fim de produzir conhecimentos para subsidiar o comandante.

As subunidades do BRABAT empregam patrulhas para obter e difundir dados, porém não possuem meios para analisá-los. Na fase de produção do conhecimento, valendo-se do produto obtido pelas fontes disponíveis, a célula G2 deve ser capaz de produzir apreciações, devendo buscar, prioritariamente, a identificação das ameaças com potencial para interferir nos interesses da missão de paz, assim como situações que possam afetar significativamente o país considerado, dentro da área de interesse do batalhão, com o correspondente nível de confiabilidade para a tomada de decisões.

Destaca-se a necessidade de conscientização de todos os militares como sensores ativos e da sistematização da transmissão imediata de todas as informações obtidas aos militares especializados da célula G2, a fim de produzir conhecimentos para subsidiar o comandante.

Além da participação ativa nesse nível, a célula de inteligência possui papel preponderante, também, no nível operacional, identificando ameaças e possibilidades das forças adversas. Nesse contexto, em face da indefinição das ameaças, conclui-se que a função de combate inteligência constitui-se no grande mecanismo de realimentação e atualização da consciência situacional do decisor, a qual será valorizada pela integração das informações no estado-maior.

Para que um comandante de contingente militar tenha efetivas condições de empregar o poder militar, decidindo em perfeita sintonia com as particularidades do cenário de amplo espectro moderno, necessitará sempre de conhecimentos permanentes, confiáveis e oportunos, os quais lhe permitirão obter a superioridade de informações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Estado-Maior. Manual de Campanha C 100-5. Operações. 3.ed. Brasília, DF. EGGCF. 1997.

_____. Nota de Coordenação Doutrinária nº 4. Fundamentos da Inteligência Militar Terrestre. Brasília, DF. 2013.

RAMIRES, Carlos Augusto . O Combatente e o Ciclo de Inteligência. Doutrina Militar Terrestre em Revista. 2.ed. Brasília, DF. 2013.

FORD, Major General Tim, - Commanding UN Peacekeeping Operations. 2008. 282 f. Peace Operations Training Institute - Williamsburg, VA 23185 USA. Disponível em: <http://www.peaceopstraining.org/poti-courses.s3.amazonaws.com/CPO_PT_B.pdf>. Acesso em: 02 nov 2012.

DORN, Walter A. Intelligence-led Peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006-07. Inteliggence and National Security. Vol.24, Nr 6, pp.805-835, December 2009. Disponível em www.walterdorn.org/pub/53 . Acesso em: 22 jul 2013.

O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E A DOUTRINA

Coronel Hugo Tameyassu Arakaki

O Coronel de Artilharia Arakaki foi declarado Aspirante-a-oficial pela AMAN em 1972. Como curiosidade, é o primeiro oficial de carreira de descendência nipônica da Arma de Mallet. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Comandou o 28º Grupo de Artilharia de Campanha (Criciúma-SC). Na 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) exerceu as funções de Formulador da Doutrina de Artilharia e Chefe da Seção de Doutrina Militar Terrestre (DMT). Mantém-se vinculado à Doutrina, prestando tarefa no Centro de Doutrina do Exército - 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (C Dout Ex - 3ª SCh/EME), desde 2004.



"Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina"

Sun Tzu

É quase unânime a percepção da importância da doutrina para a Instituição Militar. Esse sentimento vem de tempos remotos, como comprovado pelo pensamento manifestado pelo General chinês Sun Tzu, por volta de 500 anos antes de Cristo: "Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando e a disciplina". Na trajetória de formação e consolidação do Exército Brasileiro (EB), a doutrina, com seus variados contornos conceituais e influências recebidas, sempre esteve presente, permeando decisivamente todos os fatos relacionados à história da Instituição.

Ela pode ser vislumbrada nas primeiras lutas coloniais, de ocupação e defesa da terra, para repelir invasões estrangeiras. Caracterizava-se pela defesa em fortes e, posteriormente, pela emboscada, guerra de guerrilha e pela ágil concentração para o embate decisivo. E nos dois séculos seguintes do Brasil Colonial, uma doutrina portuguesa, influenciada por outros exércitos europeus, vai no bornal dos combatentes das lutas fronteiriças.

A Guerra da Tríplice Aliança evidenciou uma Doutrina Militar Brasileira inspirada por Caxias, uma concepção de guerra nitidamente ofensiva. Sabe-se que, durante essa guerra, um avanço notável ocorreu no tocante a uma doutrina de emprego integrado de armas, de disciplina de fogo e de operações conjuntas com a Marinha. Entretanto, toda a experiência adquirida perdeu-se por completo, conforme a afirmação do Marechal Castello Branco: "estagnando as Forças Armadas, pela mentalidade dos oficiais positivistas associada ao teorismo exagerado de nossa Escola Militar que enfraqueceu o espírito militar da oficialidade e criava a casta dos bacharéis de farda".

A culminação da decadência no pós-Guerra da Tríplice Aliança ficou patenteada pela infausta participação nas Campanhas de Canudos e do Contestado, evidenciando a precária situação a que ficara reduzido o EB.

A partir de então, procurou-se adaptar a doutrina às doutrinas vitoriosas nos grandes conflitos internacionais. Primeiro, foi a influência alemã, muito breve, mas significativa, trazida por oficiais brasileiros,

conhecidos como "jovens turcos", que haviam estagiado no Exército Germânico. Depois, a influência francesa, vitoriosa na Guerra de 1914-1918, transmitida pessoalmente por membros da Missão Militar Francesa. Por último, o molde norte-americano, ao término da Segunda Guerra Mundial.

A partir da década de setenta, procurou-se o desenvolvimento de uma doutrina coerente e ajustada às peculiaridades do EB. Dentro desse contexto, o Estado-Maior do Exército (EME), desde o seu primórdio, posicionou-se como o responsável pela formulação e evolução da doutrina. A par das dificuldades iniciais decorrentes da transição de mentalidade de um exército imperial para um republicano, além da dispersão das forças em um território de dimensões continentais e as decorrentes implicações nas conexões mútuas e de comando, o EME, gradativamente, impôs os seus desígnios na busca incessante para capacitar o EB, administrativa e operacionalmente, respaldando-o com uma doutrina uniforme e sintonizada com as necessidades.

A simbiose EME/Doutrina, tendo o primeiro como o órgão central, formulador, coordenador e difusor, e a segunda como portadora das concepções de atuação baseadas nas tradições e nos anseios populares para defesa dos valores pátrios, direciona e consubstancia o foco deste artigo.

O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O EME foi criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, que definia em seu art. 2º a inerente responsabilidade: "O Estado-Maior tem a seu cargo preparar o Exército para a defesa da Pátria, por isso é especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob a sua ação, no que concerne à instrução e disciplina das tropas. Parágrafo único: O Estado-Maior do



Exército tem sob suas ordens, para execução de todo o serviço, o respectivo corpo".

No início, o EME voltou-se para a sua estruturação buscando condicioná-la para as atribuições determinadas, mesmo com as dificuldades decorrentes da transformação acentuada de organização, a deficiência de pessoal preparado para implantá-la, o espírito de trabalho burocrático vigente, entre outras.

O General-de-Divisão José Caetano de Faria, ao assumir a função de Chefe do EME, em 1910, portanto quase uma década e meia após a criação, expressou que a ação desse Órgão ainda não estava bem definida, pois "... além do Órgão viver assoberbado pelas questões de serviços correntes e de caráter puramente administrativo, havia conflitos de atribuições nos regulamentos em vigor, criando dualidade de funções impossível de se conciliar com o dever de formar a unidade de doutrina que lhe cabia, preceito esse não só regulamentar, como geralmente imposto a todos os estados-maiores". Com pesar, declarava que, "embora tivesse a responsabilidade de instruir toda a tropa e zelar pela unidade de doutrina, infelizmente os trabalhos de harmonização não podiam ser iniciados devido à existência de regulamentos táticos estudados por outras repartições e aprovados, sem ser ouvido o Estado-Maior".

Na busca de um modelo de organização e procedimentos profissionais, foram selecionados oficiais para estagiarem no Exército Alemão, proeminente na época. Tais oficiais ao retornarem atuaram como irradiadores e implantadores dos conhecimentos obtidos. Os benefícios decorrentes foram significativos e perduraram até 1922.

O advento da Guerra de 1914-1918, no entanto, acarretou profundos reflexos no pensamento estratégico e tático do EB. A derrocada do Exército Alemão redirecionou o foco do EME para países que tivessem participado daquele conflito, como vencedores, para orientarem o EB quanto a material, instrução e concepções doutrinárias. Apesar da inconstância e agitação política vivenciada pelo Brasil no período em estudo, a Missão Militar Francesa, contratada em 1919, desenvolveu suas atividades com eficiência e eficácia, reorganizando o Exército, reorientando a doutrina, elaborando novos regulamentos e aperfeiçoando o ensino e a instrução das escolas militares e da tropa com a realização de exercícios na carta e no terreno, antes resumidos às dissertações teóricas. A Missão perdurou até 1940, quando muitos oficiais instruídos e orientados por ela já haviam ascendidos aos mais altos postos do Exército.

Na trajetória de formação e consolidação do Exército Brasileiro, a Doutrina Militar Terrestre, com seus variados contornos conceituais e influências recebidas, sempre esteve presente, permeando decisivamente todos os fatos relacionados à história da Instituição.

A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1942, para participar da Segunda Guerra Mundial, em solo europeu, acarretou uma mudança de influência nas concepções doutrinárias do Exército. Iniciou-se, então, uma difícil transição da influência francesa, eminentemente defensiva, para a americana, voltada para os aspectos ofensivos. O EME passou a adotar, em elevada proporção, a doutrina de emprego e a organização americana, bem como a utilização de materiais (armamentos, viaturas, equipamentos etc). Inúmeros regulamentos e manuais americanos foram

traduzidos ou adaptados e assumidos pelo EB.

No entanto, o Exército daquele país mudava constantemente os preceitos doutrinários e a organização, em um ritmo de difícil acompanhamento pelo EB, o que convenceria o EME da impossibilidade de seguir por inteiro a doutrina americana e da necessidade de identificar soluções próprias para a realidade brasileira.

A Revolução Democrática de 31 de março de 1964 acarretou profundos estudos pelo EME com vistas à implantação de uma reforma administrativa e ao reaparelhamento da Força. Para isso, o EME modificou, sempre que necessário, a sua estrutura organizacional com a finalidade de melhor atender as competências e atribuições inerentes.

Em relação à doutrina, em 1983, o EME organizou-se em 6 (seis) subchefias, sendo que a 3ª Subchefia absorvia os encargos da doutrina propriamente dita e mais a área de Ciência e Tecnologia, ficando a Estratégia sob a responsabilidade da 1ª Subchefia e o Planejamento Operacional com a 2ª Subchefia. Em 1991, a 3ª Subchefia centralizou a doutrina nos níveis político-estratégico e operacional, passando a Ciência e Tecnologia para a 4ª Subchefia, ficando o Planejamento Operacional sob a responsabilidade do recém-ativado COTER. Em 2004, criou-se o Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), subordinando-o diretamente à Vice-Chefia do EME e vinculando-o à 3ª Subchefia. Esse Centro tinha, entre outras atribuições, de realizar estudos prospectivos, que demandavam reflexos no planejamento futuro da área doutrinária. Em 2009, a Política e Estratégia ficou a cargo da recém-criada 7ª Subchefia, que absorveu, também, as atribuições do CEEEx. A 3ª Subchefia passou a responsabilizar-se somente pela



Doutrina Militar Terrestre (DMT), voltada para a Força Terrestre (F Ter), braço armado e operativo do EB. Em 2012, ativou-se o Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), coligado à 3ª Subchefia e ainda subordinado ao EME, para impulsionar a DMT.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) promulgada pelo Governo Federal, em 2008, implicou a necessidade de uma estrutura para propor e coordenar a efetivação de projetos estratégicos para o EB. Para esse fim, foi criada, em 2010, a Assessoria Especial de Gestão e Projetos (AEGP), transformada cerca de dois anos após no Escritório de Projetos do Exército (EPEx).

Outro aspecto a ser ressaltado, é a criação do Comando de Operações Terrestres (COTER), no início da década de noventa, para coordenar os aspectos relacionados ao planejamento e execução das operações da Força, desonerando o EME dessas responsabilidades.

Nesse ínterim, gradativamente, o EME consolidou-se como Órgão de Direção Geral, dedicado, quase exclusivamente, às atividades de planejamento e coordenação.

A recente configurão estrutural da DMT no contexto da F Ter, concretizada com a decisão para a sua tranferência e junção com a área operacional, simboliza uma nova etapa na busca incessante pela racionalização funcional e pela modernização de conceitos doutrinários intrinsecamente associados à capacitação operacional e operativa da Força. Tal guinada, apesar de implicar substancialmente na longeva e exitosa relação EME-DMT, tem objetivos bem definidos de aperfeiçoar a estrutura e o consequente desenvolvimento doutrinário e operacional da F Ter.

Tal movimento ocorre inserido em um quadro mundial no qual a vertiginosa evolução tecnológica impõe reflexos instantâneos nos armamentos e equipamentos, na velocidade das informações e no comportamento humano, constituindo-se em desafios militares para o século em vigência, exigindo uma reformulação de concepções doutrinárias para manter o EB apto ao cumprimento de sua missão constitucional e em condições de assumir a posição de protagonista no cenário internacional.

A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

Os desafios militares para o século em vigência exigem uma reformulação de concepções doutrinárias para manter o Exército Brasileiro apto ao cumprimento de sua missão constitucional e em condições de assumir a posição de protagonista no cenário internacional.

Pode-se afirmar que as primeiras manifestações de uma DMT no Brasil ocorreram no Período Colonial, portanto sob forte influência portuguesa, comprovadas, inicialmente, por construção e defesa de redutos e fortificações e respectivas fundações de vilas no entorno, localizados em pontos estratégicos do País, para repelir invasores, entre eles, os franceses. Seguiram-se novos movimentos de enfrentamento ao invasor, desta feita holandês, com aplicações de táticas de guerrilha, evoluindo, a partir do incremento do efetivo e da organização das forças, para o combate convencional.

O estabelecimento da Família Real Portuguesa no Brasil e a consequente elevação do País a Reino Unido, consolidou a influência definitiva da organização portuguesa no Exército Brasileiro. Essa influência, gradativamente decrescente, se estendeu durante as lutas pela consolidação da Independência e durante muitos anos do Brasil Império.

A Guerra da Tríplice Aliança,

ainda durante o Império, proporcionou consideráveis conhecimentos operacionais oriundos da criatividade e do arrojo dos chefes militares brasileiros, particularmente o Duque de Caxias, mas que foram ignorados e relegados ao esquecimento, com sérias consequências futuras no preparo da tropa decorrentes da incipiente doutrina existente.

A experiência com os "jovens turcos", a Missão Militar Francesa e a epopéia da FEB com a consequente influência da doutrina americana, são exemplos da dependência do EB das concepções externas no desenvolvimento da sua doutrina até então. No entanto, é inegável a contribuição daquelas influências na formação do espírito militar do EB. Nesse mister, o mais importante foram os conhecimentos obtidos na convivência com aquelas concepções, que possibilitaram estudos e reflexões pelos pensadores militares brasileiros e os decorrentes ajustes e inovações para o advento de uma DMT genuinamente nacional. Tal fato iniciaria a ocorrer na década de sessenta, quando foram divulgadas as primeiras conceituações relacionadas à doutrina, quais sejam, as de Doutrina de Segurança Nacional, Doutrina de Guerra, Doutrina Militar Brasileira e Doutrina de Emprego da Força Terrestre.

Por sua vez, o EME aprimorou as pesquisas, a formulação e o desenvolvimento de uma doutrina de preparo e emprego da Força Terrestre (F Ter) condizente com a realidade brasileira, beneficiando-se das experiências militares dos demais países do mundo sem lhe copiar os modelos e administrando o ciclo de vida dos materiais de emprego militar de que necessitaria e que a crescente indústria bélica do País teria condições de produzir.

O desenvolvimento de uma doutrina genuinamente brasileira foi impulsionado, entre outros: por um surto de crescimento do País que possibilitou o surgimento de



indústrias bélicas aptas ao atendimento da demanda interna; por um sentimento inovador decorrente do espírito de modernização administrativa que permeava o País; pelo término da já claudicante influência americana, consolidado pela denúncia do Acordo de Assistência Militar, em 1977, e que vigorava já há quinze anos; e pela crescente agitação interna estimulada pela denominada "Guerra Fria", que exigia novas concepções operacionais.

Assim, para combater a crescente agitação e as guerrilhas provocadas pelos movimentos revolucionários, os primeiros estudos foram realizados e as concepções doutrinárias adotadas com base nas guerras insurrecionais travadas pelos franceses na Indochina (contraguerrilha rural) e na Argélia (contraguerrilha urbana). Foi um período pródigo em ensinamentos doutrinários, inicialmente fundamentadas em concepções estrangeiras e sedimentadas ao longo das operações por meio de concepções próprias, inovadoras e eficazes.

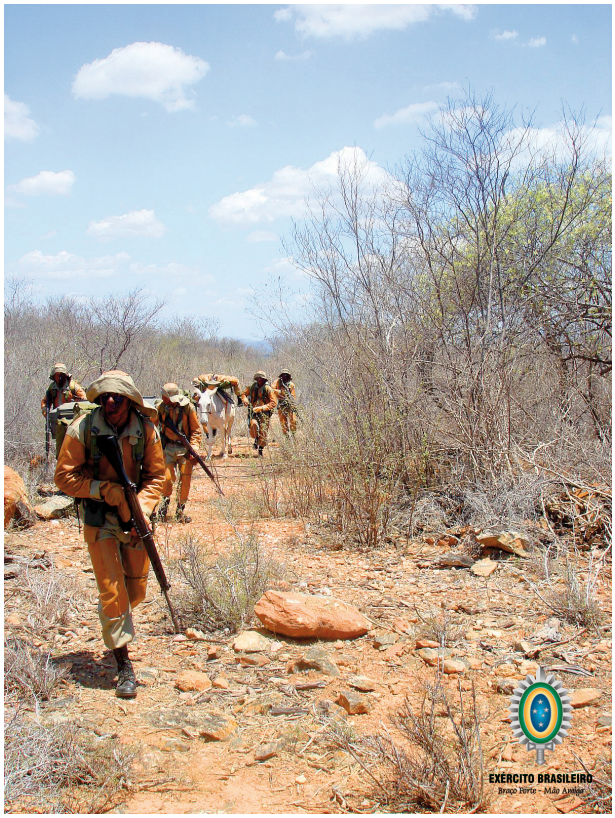
Deve ser destacada nesse interlúdio a significante reorganização da Força realizada em 1972, com a introdução das Brigadas como Grandes Unidades para atuar, de início, independentemente, por contar com os elementos de combate e os apoios necessários. Tal reestruturação substituiu aquela oriunda, ainda, da Segunda Guerra Mundial.

Tal preocupação com uma doutrina autóctone culminou com o lançamento pelo EME, em 1978, das Bases para a Reformulação da Doutrina Militar Brasileira, que apresentava uma nova metodologia de planejamento, possibilitando uma aceleração no desenvolvimento doutrinário.

Em 1985, é implantado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) contendo a visão e os métodos de planejamento para o EB, no nível político-estratégico, com previsão de atualização a cada dois anos. Em 1987, o EME produz as IG 20-13 Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre (SIDOBE), marco importante por sistematizar os procedimentos para o desenvolvimento da DMT, corroborando o EME como Órgão Central do Sistema.

Em 1992, entra em vigor a Coletânea DMT, o "Doutrinão", que consolidava em um volume as informações atualizadas e aperfeiçoadas do SIPLEx e do SIDOBE, abrangendo as concepções relativas à doutrina nos respectivos níveis e a metodologia para a sua organização e desenvolvimento.

Tempos depois, decidiu-se retomar a normatização dos assuntos doutrinários



por níveis. Assim, em 1995, foi elaborada a Diretriz para o Sistema de Doutrina de Preparo e Emprego da Força Terrestre, substituída 4 (quatro) anos após pelas IG 20-13 Instruções Gerais para a Organização e Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

O SIPLEX retornou em 1996. Com atualizações periódicas desde então, o SIPLEx, agora Sistemática de Planejamento

Estratégico do Exército, persiste como documento matriz para orientar todas as decisões relacionadas ao EB e à F Ter.

Em relação às concepções doutrinárias, constitui-se em ponto de inflexão a adoção das Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre, consubstanciadas nas IP 100-1 "Doutrina DELTA", de 1996, para o combate convencional; as IP 100-2 "Doutrina ALFA", de 1997, para a Defesa Interna; e as IP 100-3 "Doutrina GAMA", também de 1997, voltada para a área estratégica da Amazônia, e suas variantes "C" (convencional, de curta duração) e "R" (não convencional, de longa duração). Essas publicações constituíram-se em pólos de disseminação de novas táticas, técnicas e procedimentos, exigindo esforço, criatividade e ousadia de todos os órgãos do EB para a adequação aos preceitos modernizantes.

O advento do Ministério da Defesa, em 1999, e o seu paulatino e seguro crescimento no desencadeamento das suas atribuições, é um fator preponderante na hierarquia das formulações doutrinárias e ao qual o EB se condicionou para desenvolver a sua DMT, considerando, em todas as situações, os preceitos doutrinários emanados por aquele Ministério, relacionando-os, sempre que necessário, à atuação conjunta com outras forças singulares.

No âmbito interno, principalmente a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve uma crescente sinalização para a necessidade de evolução doutrinária nos aspectos relacionados às ações subsidiárias e às operações de Garantia da Lei e da Ordem, estas, basicamente em razão da mudança na articulação de responsabilidades quanto aos órgãos de segurança pública. Nesse aspecto, foi inevitável o desequilíbrio na capacitação desses órgãos entre os Estados, que conjugadas com os interesses políticos quando de eventual emprego, comprometiam a desejada eficácia das operações, exigindo em muitas ocasiões a intervenção das Forças Armadas. Nesse contexto, podem ser citadas, entre outras, a participação nos grandes eventos realizado (Copa do Mundo de 2014) e previstos (olimpíadas e para olimpíadas, ambos em 2016), além das operações de pacificação no Rio de Janeiro, que tem se estendido no tempo, muito além do inicialmente tratado. É importante ressaltar que a doutrina de emprego da F Ter nesses tipos de operações vem evoluindo desde a década de sessenta do século passado, em decorrência de experiências próprias, bem como de estudos de casos ocorridos com forças de outros países, além das lições aprendidas nas operações de manutenção da paz no Haiti, onde o EB está há mais de dez anos, e que são fontes infindáveis de substâncias para a evolução doutrinária.

Externamente, o aspecto a destacar foi a denominada "globalização" iniciada no século passado, com vistas à congregação máxima de países em um movimento relacionado à área econômica, mas que se estendeu por outras expressões do poder. No campo militar, a consequência mais concreta foi o fortalecimento e/ou a criação de blocos regionais de países para a defesa comum. Nesse diapasão, o bloco melhor organizado e poderoso (por ser liderado pelos Estados Unidos da América) e constantemente empregado em variadas regiões do mundo e diferentes situações de conflito é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que também tem sido fonte considerável de informações doutrinárias.

Em síntese, os conflitos que permearam várias regiões do planeta nas últimas décadas proporcionaram a evolução de conceitos e concepções doutrinários de uma forma intensa e rápida. A organização, a forma de atuar e os equipamentos e materiais de emprego militar das forças envolvidas apresentaram substanciais inovações em razão da necessidade de precisão e contundência sobre os alvos e exigência de rápidas respostas às oscilações de uma situação de combate. Observou-se a importância de utilização de



equipamentos e materiais de emprego militar de elevada tecnologia, recursos humanos plenamente capacitados, apoio logístico eficiente e atuante, intensa atividade de Inteligência e operações especiais, além de relevar a presença cada vez maior de outros fatores na área de conflito, como, por exemplo, a população e a mídia. Para o EB, tais informações acrescidas às já existentes em seu banco doutrinário reforçaram e direcionaram os estudos para a necessidade de mudança da "Era Industrial" para o novo paradigma da "Era do Conhecimento".

Para facilitar o entendimento, a Era do Conhecimento pressupõe fatores a serem considerados nos conflitos, entre eles:

- o combate em áreas humanizadas, que implica diretamente na forma de combater, no armamento e equipamento a utilizar e nos procedimentos em relação à população da área conflitada;

- a importância da informação, impondo a realização de operações especializadas para se obter a superioridade de informações sobre a força oponente. Paralelamente, buscando a comunicação efetiva para o convencimento positivo da opinião pública, sopesando, em todas as circunstâncias, a presença e atuação aproximada da mídia e os meios que permitem a divulgação quase que imediata dos acontecimentos;

- o caráter difuso das ameaças, acarretando incertezas quanto à situação vigente e à identificação do inimigo;

- a atuação em ambiente interagências, com a presença de novos atores, inclusive não estatais;

- o emprego de equipamentos e armamentos com tecnologias novas e avançadas agregadas, tanto pelas forças amigas, quanto pelas oponentes; e

- o componente cibernético, utilizando a tecnologia da informação, como vetor de

combate decisivo no Espaço de Batalha.

Assim, para posicionar e orientar a indispensável adequação do EB ao panorama global da Era do Conhecimento, foi elaborada a "Concepção de Transformação do Exército Brasileiro 2013-2022". Este documento basilar direciona o processo de transformação, enunciando conceitos, concepções e metas inovadores na busca da capacitação futura do Exército do Século XXI. Nesse mister, avulta a evolução na forma de combater, de equipar e de organizar a F Ter, que conduzirá a uma nova DMT. Para tal, dispõe sobre as condições conversoras necessárias para se obter uma Força com novas capacidades e competências, integrada por pessoal treinado e motivado, apta para a utilização de armamentos e equipamentos com alta tecnologia e amparada em uma doutrina própria, vigorosa, evolutiva e condizente com as inevitabilidades de emprego tático e operacional futuras. O SIPLEx pormenoriza, por meio dos documentos que a compõem, a política, a estratégia e o planejamento para concretizar a almejada transformação do EB.

Nesse mesmo ano, implementou-se o lançamento das "Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre". Ressaltam-se, nesse documento, as características desejadas da F Ter, simbolizadas pelo acrônimo FAMES (Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade), bem como os fatores determinantes para se obter a requerida capacidade, representados pelo acrônimo DOAMEPI (Doutrina, Organização e/ou processos, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura). É essencial, também, a compreensão do conceito de "Operações no Amplo Espectro"



a partir da sua caracterização operativa de combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente.

Por outro lado, a nova edição, de 2012, das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), aperfeiçoou o caráter finalístico e matricial do sistema, norteando a sua organização e funcionamento às necessidades da atividade-fim da Força, envolvendo para esse mister todos os escalões e OM subordinadas. Em suplemento, foram elaboradas as Instruções Reguladoras para a Gestão do Conhecimento Doutrinário (GCD) (EB20-IR-003), cujo foco é explicitar as providências para gerir as fontes de conhecimento doutrinário não previstas no SIDOMT, mas com potencial de fornecer informações passíveis de aproveitamento no desenvolvimento da Doutrina.

Com os fundamentos indispensáveis emanados, o EME, exercendo a sua prerrogativa de Órgão Central do SIDOMT, ativou o sistema para a elaboração das publicações padronizadas pertinentes, implantação dos conceitos e concepções formulados, realização das experimentações e pesquisas doutrinárias necessárias, o desenvolvimento e/ou a aquisição dos materiais de emprego militar (MEM) requeridos, implementação das concepções no preparo da Força, além de acionar o setor de ensino para a inclusão em sua grade curricular das inovações pretendidas.

Os resultados, apesar do pouco tempo de implantação, são alvissareiros. O processo de transformação do EB é uma realidade e segue em caminhada segura, com a participação efetiva dos órgãos e comandos, rumo à consolidação da nova DMT prevista para 2022.

CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

É comum referir-se à DMT como a "personalidade" ou então "o pensamento" da Força, e para aqueles mais emotivos "o coração" que faz pulsar e funcionar a estrutura militar. Sob qualquer dessas percepções, fica evidenciada a necessidade de a doutrina ser extremamente flexível, evoluindo com constância na busca de concepções modernas e efetivas, sob pena de depreciar a operacionalidade e, como consequência, distanciar-se da pretendida nova DMT.

Por sua vez, o EME aprimorou as pesquisas, a formulação e o desenvolvimento de uma doutrina de preparo e emprego da Força Terrestre condizente com a realidade brasileira, beneficiando-se das experiências militares dos demais países do mundo sem lhe copiar os modelos.

Vários fatores e acontecimentos estimularam o incremento desse apregoado dinamismo da DMT, requerendo concepções e providências criativas para a sua evolução. Podem ser citados, entre outros:

- os recentes conflitos, manifestações populares, atentados terroristas e outros entreveros em variadas partes do mundo e que acarretaram a intervenção de forças nacionais ou internacionais, apresentando inovadores métodos e procedimentos de emprego operacional e tático, além da necessidade de adequação às novas condicionantes presentes na área de conflito (mídia, população etc);

- a criação do Ministério da Defesa (MD) e a sua paulatina e efetiva influência na doutrina, principalmente a relacionada à atuação conjunta das Forças Armadas;

- o crescente emprego da F Ter em situações características de segurança pública, desvirtuando e banalizando a destinação constitucional das Forças Armadas; e

- a célere evolução da tecnologia,

imprimindo velocidade e amplitude de veiculação de informações, o que possibilita a participação plena e simultânea de todos os atores imagináveis de imediato e simultaneamente.

Nesse mister, o EME, respaldado em uma concepção estratégica para o EB sólida e bem definida, vem conduzindo o processo de transformação com critério e determinação, racionalizando a estrutura organizacional e o efetivo, articulando com discernimento as organizações militares (OM) pelo território nacional e adotando, entre outras providências, procedimentos de centralização seletiva dos apoios e a previsão de módulos operativos para complementarem a força empregada.

No aspecto operativo, novos conceitos e concepções foram e continuam a ser elaborados e difundidos por meio dos manuais de campanha, complementados pelos manuais de ensino e cadernos de instrução. Materiais de Emprego Militar (MEM) foram e estão sendo desenvolvidos e/ou adquiridos e, gradativamente, entregues às OM para experimentação doutrinária e posterior adoção definitiva. Segue-se um trabalho intenso para reformular os quadros orgânicos (QO) das OM, adequando-os às exigências das novas concepções e à modernidade dos MEM. Nesse contexto, avultam a influência dos Sistemas de Ensino, Ciência e Tecnologia e Instrução Militar na consecução das metas idealizadas.

A fusão da DMT com a área operacional da F Ter tende a consubstanciar a dobradinha "como fazer - fazer" em um único órgão de direção, com o intuito de agilizar o processo doutrinário e a decorrente execução, na busca para obter as metas estratégicas e operacionais estipuladas.

Por outro lado, é evidente que o prosseguimento do ritmo de transformação do EB prentendido na concepção até 2012 depende, em parcela significativa, de aporte de recursos financeiros pelo Governo. Paralelamente, acrescente-se o imperioso empenho para implementação de uma gestão eficiente dos recursos disponibilizados e da execução criteriosa das ações previstas.

A trajetória para a consolidação da transformação desejada é longa, trabalhosa, envolve a todos, mas decerto proporcionará a cada patamar de conquista sentimentos efusivos de realização. Percebe-se a participação entusiasmada dos órgãos e comandos do EB o que tem assegurada uma caminhada resoluta em busca do objetivo de consolidar a nova DMT, a doutrina da Era do Conhecimento.

REFERÊNCIAS:

- Constituição da República Federativa do Brasil-1988.
- Doutrina Militar de Defesa – Ministério da Defesa – 2007.
- Estratégia Nacional de Defesa – Ministério da Defesa – 2008.
- Concepção de Transformação do Exército 2013-2022 (Port nº 1253-Cmt Ex, de 5 DEZ 13).
- Bases para a Transfor**mação da Doutrina Militar Terrestre (Port nº 197-EME, de 26 SET 13)**
- Sistemática de Planejamento do Exército-2014 (SIPLEx-2014) (Port nº 306-EME, de 22 DEZ 14).
- Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 3ª Edição (Port nº 989-Cmt Ex, de 27 NOV 12).
- História do Estado-Maior do Exército – Trabalho de Pesquisa realizado sob coordenação do Cel Art Paulo da Mota Banha – BIBLIEx – 1984.
- História do Estado-Maior do Exército 1984-1996 – Trabalho de Pesquisa realizado sob a coordenação do Cel Inf Valmir Fonseca Azevedo Pereira – EME – 1996.
- História Militar Brasileira – volumes I e II – Universidade do Sul de Santa Catarina – Educação Superior a Distância – 2009.

PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO NAS OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

Major Rob Taylor

Quando escreveu este artigo, o Major Taylor, do Exército dos Estados Unidos, servia como observador-controlador no Centro Nacional de Adestramento (National Training Center - NTC) em Fort Irwin, Califórnia. Logo depois, frequentou cursos de francês e português e foi enviado para servir na região da África Sub-Sahariana, como Foreign Area Officer. No seu retorno, tornou-se instrutor do Command and General Staff College (CGSC), em Fort Leavenworth Kansas, estabelecimento de ensino equivalente à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.



É comum que as unidades que vão ao Centro Nacional de Adestramento (*National Training Center - NTC*) do Exército dos Estados Unidos da América (Ex EUA) localizado em *Fort Irwin*, na Califórnia, cheguem mal preparadas para integrar o apoio da aviação às suas operações. Os comandantes dessas unidades são plenamente capazes de compreender os cinco parágrafos da ordem de operações e os utilizam durante o *briefing* de missão, mas é comum vê-los negligenciar esse formato quando transmitem suas ordens aos aviadores do Exército que vão apoiá-los. Isso faz com que os *briefing*s às unidades de aviação sejam incompletos e mal estruturados, o que deixa os pilotos sem ter a visão do cenário operativo comum e dos efeitos de suas ações sobre as operações do grande comando que apoiarão.

Os comandantes terrestres conhecem as vantagens que o apoio aéreo pode proporcionar durante o combate aproximado, mas deixam de incluir os fundamentos da coordenação com as unidades aéreas no adestramento de suas unidades. Muitos até mesmo admitiriam desconhecer o significado da expressão "integração nas operações aeromóveis". A consequência mais comum dessa falta de familiaridade é que combatentes terrestres e tripulações das aeronaves combatem juntos, porém mal integrados, comprometendo a coordenação da missão e, portanto, atingindo resultados que ficam abaixo do ideal.

Como um importante multiplicador de força, a Aviação do Exército (Av Ex) pode fornecer aos comandantes da tropa de solo um significativo acréscimo no poder de combate – se empregada adequadamente. Os comandantes dos elementos de manobra empregam a integração nas operações aeromóveis para sincronizar as ações do apoio aéreo com a manobra que conceberam, bem como para transmitir os dados da missão aos elementos de aviação que os apoiam. Como qualquer outro elemento de apoio, os tripulantes da Av Ex também precisam de detalhes específicos para poderem agir de acordo com a intenção do comandante terrestre. Uma observação colhida no *NTC* aponta para a tendência de comandantes das tropas de solo chegarem para o adestramento sem estarem familiarizados com os fundamentos da integração nas operações aeromóveis, estando, portanto, despreparados para coordenar as ações com as tripulações da Av Ex para as missões de combate que executarão. O propósito deste artigo é enfatizar a necessidade de realizar essa familiarização, destacando sua simplicidade de execução.

OBSERVAÇÕES

A falta de integração dos meios aéreos à manobra terrestre se inicia já na fase de planejamento e perdura por toda a execução da missão. Os comandantes das tropas terrestres normalmente se esquecem de que os aviadores precisam dos mesmos dados de planejamento que são transmitidos aos seus próprios elementos orgânicos. Aí estão incluídos o enunciado da missão, o conceito da manobra, a intenção do comandante, as medidas de coordenação e controle, as ordens aos elementos subordinados e a finalidade.

Mas, ao contrário, a tendência é de que comandantes terrestres transmitam apenas uma visão geral da manobra durante o *briefing* da missão, ao invés de fornecerem-lhes todas as informações essenciais. Devido a essa falta de integração, as tripulações acabam executando missões sem detalhes fundamentais, tais como: objetivos específicos de reconhecimento, limites e localidades de interesse e o quadro horário para a execução da missão. Isso reduz a capacidade de influência da Av Ex sobre o esquema de manobra terrestre e pode causar confusão – e até fratricídio – no caso de medidas de coordenação conflitantes, sobretudo em áreas urbanas. É relativamente fácil maximizar os efeitos do apoio aéreo à manobra terrestre, bastando conduzir um planejamento apropriado da integração nas operações aeromóveis antes e durante a missão.

Os comandantes terrestres conhecem as vantagens que o apoio aéreo pode proporcionar durante o combate aproximado, mas deixam de incluir os fundamentos da coordenação com as unidades aéreas no adestramento de suas unidades.

Observações colhidas durante vários rodízios de tropas em adestramento no NTC relatam muitos exemplos de *briefings* de integração nas operações aeromóveis realizados sem as técnicas adequadas. Em um dos casos, após ter transmitido a ordem de operações à sua companhia, o comandante postou-se no centro do terreno reduzido cuidadosamente preparado e, dirigindo-se às tripulações que o apoiavam, repassou o conceito da missão de modo abreviado, sem incluir sua intenção e o esquema de manobra para a seção de helicópteros de ataque. Ele então prosseguiu, perguntando aos pilotos sobre suas capacidades, sem prover-lhes o enunciado da missão, a finalidade e as ordens específicas (tarefas a cumprir). Infelizmente, esse estilo de *briefing* está muito mais próximo da regra do que da exceção.

Em outra missão de adestramento, o comandante da unidade realizou seu *briefing* com o chefe dos mecânicos de voo – ao invés dos pilotos. Ainda assim, ele só disse que desejava um reconhecimento aéreo de seu itinerário para o objetivo e a proteção de sua tropa pelas aeronaves, até o final da missão. Deixou de fornecer às tripulações seu esquema de manobra, os objetivos de reconhecimento, o quadro-horário, as tarefas específicas, a finalidade e até o próprio enunciado da missão. Consequentemente, a tripulação ficou sem a necessária consciência situacional quanto aos detalhes cruciais da missão. Foi somente quando o comandante do elemento de Av Ex alertou o comandante da tropa terrestre sobre a necessidade de maiores detalhes, que um *briefing* mais completo foi transmitido.

Há, por outro lado, alguns comandantes terrestres que não têm dificuldades para integrar a Av Ex às suas manobras. Durante esses mesmos rodízios, foram observados alguns bons exemplos. Em um caso que merece destaque, o comandante da tropa terrestre proporcionou um "pacote" às tripulações

em apoio que incluiu uma cópia do calco da manobra e um *briefing* completo sobre seu plano de operações. Ele detalhou seu conceito de operação e o apoio que necessitava da Av Ex, com as tarefas e a finalidade específicas, bem como seu plano para o resgate de pessoal. Concluiu a transmissão de ordens solicitando que o comandante do elemento de Av Ex repetisse todo o *briefing* para ele (*brief back*) para certificar-se de que tinha compreendido sua intenção.

Em geral, a falta de coordenação com os elementos de Av Ex em apoio indica que a maioria dos comandantes terrestres não está familiarizada com os procedimentos de integração nas operações aeromóveis e que, portanto, não realiza esse adestramento em suas sedes. Familiarizá-los, equivale a aumentar significativamente sua capacidade operativa.

Fundamentos

Os procedimentos padronizados de integração das operações aeromóveis permitem que os comandantes dos elementos terrestres transmitam sua intenção ao elemento de Av Ex em apoio. O primeiro desses procedimentos é a transmissão do conceito da operação, prosseguindo com a plena integração da Av Ex em todo o processo de planejamento, para que haja adequada sincronização. A fim de aumentar o poder de combate da tropa terrestre, o elemento de Av Ex deve entender completamente seu esquema de manobra e o que o comandante quer da Av Ex.

> "O planejamento é o meio pelo qual o comandante visualiza o resultado que deseja obter, descreve como vai fazer para alcançá-lo e transmite aos seus subordinados a sua visão, intenção e decisões, concentrando-se nos resultados que espera conquistar."
>
> (ADRP 5-0, O Processo de Operações).

O melhor método para transmitir o planejamento aos pilotos ainda é conduzir um *briefing* no padrão da ordem de operações, com todos os seus parágrafos, na forma de um *briefing* de missão aérea. O elemento de Av Ex em apoio deve ser tratado como qualquer outro elemento de manobra. Observadores que atuaram no Centro Conjunto de Aprestamento e Adestramento (*Joint Readiness Training Center, JRTC*) do Ex EUA, localizado em Fort Polk, na Luisiana, notaram que as unidades terrestres que trataram a Av Ex como se fosse um dos seus próprios pelotões de manobra eram as que melhor se saíam na integração nas operações aeromóveis. Mas, para isso, os comandantes das tropas de solo devem incluir os aviadores no processo de planejamento, fornecendo-lhes todos os detalhes da missão, incluindo a intenção e o conceito de emprego dos elementos terrestres e dos de Av Ex; suas tarefas e finalidades; os esquemas de manobra e as medidas de controle; o planejamento de comunicações; e o estado final desejado.

Antes de qualquer operação, a força-tarefa (FT) de Av Ex, juntamente com o elemento de Av Ex alocado ao Grande Comando ou à Grande Unidade e com a FT terrestre, deve definir as necessidades mínimas de informações para o planejamento, a fim de distribuir os recursos de Av Ex entre as missões específicas. Entre as necessidades mais comuns, estão o quadro-horário; os esquemas gráficos do conceito da operação e do objetivo; fotos e vídeos; prováveis zonas de embarque e de desembarque (ZPH); lista de alvos; áreas de fogo proibido/restrito; e o planejamento de comando e controle (C2). Também é necessário que os pilotos sejam informados acerca das medidas de coordenação para identificação de posições amigas, inimigas e de alvos; quem detém a autoridade para ordenar a abertura de fogo; as regras de engajamento específicas para as aeronaves; o plano de resgate de pessoal; e se há qualquer tipo de restrição ao voo (medidas de coordenação de uso do espaço aéreo).

Quanto mais informações tiverem sobre a missão, melhor será o apoio que os aviadores prestarão. Outra vantagem de uma adequada integração nas operações aeromóveis, é que o tráfico de mensagens-rádio será reduzido ao mínimo, uma vez que

os pilotos terão todos os dados necessários à sua missão, antes de decolar para cumpri-la. Os pedidos de missão aérea e as técnicas de *briefing* pré-missão atendem melhor a esse propósito. As necessidades mínimas de informações variarão, de acordo com o tipo de missão solicitada. Por exemplo: um pelotão de helicópteros de ataque conduzindo um apoio imediato a tropas em contato necessita de menos informações do que tripulações de helicópteros de manobra que estejam planejando um assalto aeromóvel.

O melhor método para coordenar as missões que recebam apoio da Av Ex é realizar um *briefing* sobre a ordem de operações, cobrindo todos os seus parágrafos, cuja preparação incluiu os pilotos das aeronaves recebidas em apoio. Mesmo quando o pouco tempo disponível não permita realizar um planejamento detalhado (como, por exemplo, nos pedidos de ataque em combate aproximado, recebidos por rádio), o *briefing* ainda deve incluir tanta informação quanto possível, para que os pilotos maximizem os efeitos de seu apoio. O mnemônico MTC3ER (MTGCRD, em inglês) resume os detalhes mínimos e essenciais necessários para que os aviadores possam executar o apoio às unidades terrestres: missão; tarefa(s) e finalidade; medidas de coordenação e controle; comunicações; ensaios; e o plano para recuperação de aeronaves abatidas. A figura 1 apresenta um esquema com os elementos essenciais para a condução dos *briefing*s de integração nas operações aeromóveis, para as missões com planejamento deliberado e para as missões imediatas.

Esse mnemônico permite que os comandantes de tropas terrestres transmitam os dados por rádio:

- Missão: fornecer o enunciado de missão;
- Tarefa e finalidade: especificar qual(is) tarefa(s) – e sua finalidade – cabe(m) ao elemento de Av Ex;
- Medidas de coordenação e controle: detalhar todas as medidas de coordenação e

Deliberada	Imediatas
Solo-Ar: - Sequência da Ordem de Operações, com todos os detalhes da missão e os ensaios - Integração plena, durante todo o planejamento e coordenação,antes da missão **Das tripulações para a tropa de solo:** - Sequência da Ordem de Operações, com todos os detalhes da missão e os ensaios - Integração plena, durante todo o planejamento e coordenação,antes da missão	**Solo-Ar:** 1. Atualização da situação 2.MTC3ER 3. Localização de tropas amigas, inimigas e alvos, com descrição e identificação visual 4. Localização das ZPH e áreas de embarque/desembarque, para o caso de contingências **Das tripulações para a tropa de solo:** Quantidade e tipo de aeronaves, tempo disponível na área da missão, Armto e munição disponível, capacidade para transporte de feridos, identificação visual das Anv

Elementos Essenciaisnos Briefings de Coordenação das OpAmv

controle pertinentes à missão. Se necessário, utilizar pontos de referência no solo, como edifícios, árvores, etc., para fornecer um cenário operativo comum aos tripulantes;

- Comunicações: transmitir todos os dados possíveis referentes às comunicações, incluindo as frequências do comandante da tropa terrestre e todos os elementos de apoio necessários;

- Ensaio: pode ser difícil quando atendendo a pedidos de apoio aéreo imediato. Nesses casos – e sempre que possível – os pilotos cotejam as ordens recebidas. Se houver mais tempo disponível, pode ser desenvolvido um ensaio de missão mais elaborado;

- Plano de Recuperação de Aeronaves Abatidas: preparar o plano para recuperar helicópteros e tripulações abatidos e pessoal extraviado.

Os comandantes das tropas de solo podem fornecer um enunciado de missão adequado aos pilotos, mesmo que muitos deles não estejam familiarizados com os pormenores operacionais das missões específicas de Av Ex. Basta que deixem claro o estado final desejado com relação a esse apoio. Para isso, a melhor solução é empregar os termos mais simples possível, como, por exemplo: "Destrua o alvo tal em tal lugar". Uma vez que os aviadores tenham captado a intenção, poderão executar a tarefa adequadamente, contribuindo para o cumprimento da missão.

O ensaio é essencial para verificar se o comandante terrestre e a unidade de Av Ex estejam se entendendo. Ambos podem utilizar uma variedade de modalidades de ensaio, desde um simples *brief back* (*briefing* de volta) verbal, por rádio, até um ensaio completo, passo-a-passo, empregando um terreno reduzido, para assegurar que todos entenderam a missão e seus papéis para que ela seja cumprida. A realização de ensaio é considerada crítica para a integração nas operações aeromóveis, pois pode identificar pontos conflitantes no entendimento da missão, por parte dos elementos terrestres ou aéreos.

Unidades do Exército dos EUA têm produzido significativas quantidades de documentação destacando técnicas e lições aprendidas sobre a integração nas operações aeromóveis, incluindo várias publicações do Centro de Lições Aprendidas e a Caderneta do Combatente da 3ª Divisão de Infantaria, por exemplo. Estas apresentam técnicas valiosas, disponíveis para as unidades utilizarem no seu adestramento. Um exemplo é o memento da figura 2, com a matriz de transferência de alvo encontrado na Publicação 04-16 do Centro de Lições Aprendidas, "Cerco e Varredura" (*Cordon and Search*), de julho de 2004, páginas 111-112. Esse cartão serve como um *checklist* para a coordenação com elementos de Av Ex, fornecendo fundamentos eficazes para a integração nas operações aeromóveis.

Os comandantes terrestres conhecem as vantagens que o apoio aéreo pode proporcionar durante o combate aproximado, mas deixam de incluir os fundamentos da coordenação com as unidades aéreas no adestramento de suas unidades.

Ele inclui itens essenciais, com base na importância que têm. O procedimento de contato inicial, por exemplo, cria as condições para que a integração seja bem sucedida, alertando o comandante terrestre sobre o indicativo-rádio do elemento aéreo, o número total de aeronaves, a munição disponível, e tempo de voo disponível. A partir dele, o comandante terrestre passa a atualizar as tripulações nos itens que sejam aplicáveis à missão, como o mostrado. O memento pode ser utilizado tanto como um *checklist* para o planejamento, quanto como uma ferramenta rápida para selecionar a melhor forma de apoio de Av Ex, coordenação de fogos e outras técnicas, como mostrado na figura 2. No que

Memento para Integração das Operações aeromóveis

Generalidades

-O tempo de permanência dos meios da AvEx no local de apoio é sempre limitado – use-o com eficiência.
- Organize os meios de acordo com cada missão, integrando a AvEx como elemento de manobra.
- Planeje a utilização dos meios aéreos na execução de todas as tarefas.
- Atribua missão e finalidade específicas.
- Os sistemas de armas podem causar efeitos colaterais.
- Os sistemas de armas não podem diferenciar amigos de inimigos, por si só.
- O planejamento não pode ser dependente da AvEx.

Missões da AvEx

- Proteção (segurança de área, vigilância, assalto aeromóvel)
- Ataque (planejado, de oportunidade, de preparação, decisivo, combate aéreo aproximado).
- Reconhecimento (eixo, área, zona)
- Defesa

Tarefas táticas da AvEx:

- Destruir
- Neutralizar
- Retardar
- Bloquear
- Derrotar

Emprego

- Fogo direto
- Rec (eixo, zona, área)
- Observação
- Proteção

Medidas de Coordenação

- Ataque aeromóvel e/ou posições de espera
- Apoio de fogo aéreo
- Postos de observação aéreos

Comunicações

Comunicações
- Utilizar a rede de comando
- Manter a ligação com o Elm responsável pela Coordenação do Espaço aéreo
- Assegurar-se de ter estabelecidos meios de comunicação primários, alternativos, de contingência e de emergência
- Algumas Anv podem ser selecionadas para monitorar outras frequências: fogos, Inteligência, pelotões específicos, etc.)
- Utilize linguagem simples e direta
- Realize ensaios com as tripulações, se possível

Briefing de chegada

Aeronaves:
- Quantidade e tipos de Anv
- Indicativos de chamada
- Armamento embarcado
- Localização atual e tempo estimado para chegada
- Tempo disponível na área do objetivo
- Tarefa(s) e finalidade
- Medidas de coordenação

Tropa Apoiada:
- Unidades terrestres e indicativos de chamada
- Localização e descrição do(s) alvo(s)
- Localização e identificação visual das Unidades amigas
- Apoio de fogo (coordenação controle)
- Descrição das possíveis ameaças (não limitar-se aos sistemas AAe do Ini)
- Proposta para Rlz de Ataque aeromóvel e direção provável de ataque.
- Medidas de coordenação para evitar o fratricídio

Coordenação de fogos

- Estabeleça comunicações com as Anv
- Certifique-se de que as tripulações conhecem a(s) tarefa(s) e a finalidade
- Conheça a localização de todas as unidades subordinadas
- Transmita as informações no briefing de chegada
- Assegure-se de que as regras de engajamento se aplicam a cada caso

Técnicas de Balizamento

Dia:
- painéis
- fumígenos
- espelho sinalizador
- designador laser
- munição traçante

Noite:
- luz estroboscópica infravermelha (IV)
- spotlights (comum ou IV)
- apontador laser IV
- designador laser
- painel de combate-munição traçante

Conheça a localização de sua unidade!

Capacidades das Aeronaves

AH64 A/D: Instr. óticos: FLIR; câmera diurna (aumento 128X); gravador. Armto: 30mm (alcance 4Km); foguetes 2,75 (50m a 7,5 Km); Hellfire(500m a 8 Km). Configuração mais comum: 300 tiros/30mm, 4 a 8 Hellfire, 20 a 38 foguetes, total de voo= 2,5 a 3,5 horas.
OH58D: Instr. óticos: FLIR; câmera diurna; gravador. Armto: .50 (alcance 2Km); foguetes 2,75; Hellfire(eventual). Configuração mais comum: 400 tiros/.50 +7 foguetes; total de voo= 2,5 horas.

tange à transmissão das informações, os comandantes do elemento de Av Ex e da tropa terrestre devem ser proativos, ou seja, utilizar o método "empurrar/puxar" (push/pull). Qualquer elemento que obtenha informações que interesse a outro deve "empurrá-la" para o interessado. Como exemplo, os tripulantes informam os comandantes dos comboios terrestres tão logo detectem atividade do inimigo ou obstáculos ao longo de sua rota, enquanto os comandantes dos comboios enviam relatos sobre armamento antiaéreo às tripulações, assim que identificam a ameaça. Da mesma forma, caso qualquer um dos elementos precise de uma informação específica, seu comandante deve "puxá-la", ou seja, deve solicitá-la à fonte apropriada, até que a receba. Uma atualização contínua da situação pode ser construída com essa troca de informações.

Uma vez desdobrados em um teatro de operações, será raro que as tropas possam conduzir uma coordenação face a face com as tripulações, antes de cada missão. Na melhor hipótese, receberão um oficial de ligação da unidade aérea que os apoia, para o planejamento da missão. A situação mais comum, no entanto, é aquela na qual os elementos terrestres solicitam apoio de Av Ex por "pedidos de apoio aéreo" e informam os detalhes da missão às unidades aéreas por meio das brigadas a que estão subordinados.

As unidades enviam esses pedidos por meio do oficial de operações (S3) do batalhão, diretamente ao estado-maior da brigada, para aprovação e transmissão de ordens, sendo a coordenação necessária realizada por meio do elemento de ligação com a divisão e com a brigada de aviação. Quando o pedido é aprovado, as unidades envolvidas complementam a coordenação como necessário. Os sistemas colaborativos de planejamento disponíveis no Posto de Comando do Futuro (CPOF, na sigla em inglês) atendem bem a essa necessidade. Outra forma de fazer ajustes ao plano é empregar oficiais de ligação, para que realizem a coordenação pessoalmente.

Em seus pedidos de apoio aéreo, as unidades terrestres devem transmitir todas as informações que puderem, sobre a missão. Isso inclui o enunciado, a tarefa e sua finalidade, as medidas de coordenação e controle, as instruções para a exploração das comunicações (IECOM), o tempo destinado aos ensaios, os planos de recuperação de aeronaves e de pessoal, a intenção e o conceito de manobra do comandante terrestre, bem como uma cópia da ordem de operações. Com isso, evita-se a perda de tempo valioso durante a execução da missão, tentando esclarecer detalhes por rádio. Este último será usado apenas para os ajustes, se necessários.

É comum que os elementos terrestres e de Av Ex tenham problemas de comunicações, durante a execução da missão. Os comandantes terrestres podem comunicar-se melhor com as tripulações se os integrarem plenamente à manobra e se ambos empregarem terminologia comum. As chances de sucesso no emprego das comunicações advêm de uma IECOM bem feita, que estabeleça meios e frequências primárias, alternativas, de contingência e de emergência, assegurando redundância para o caso de falhas.



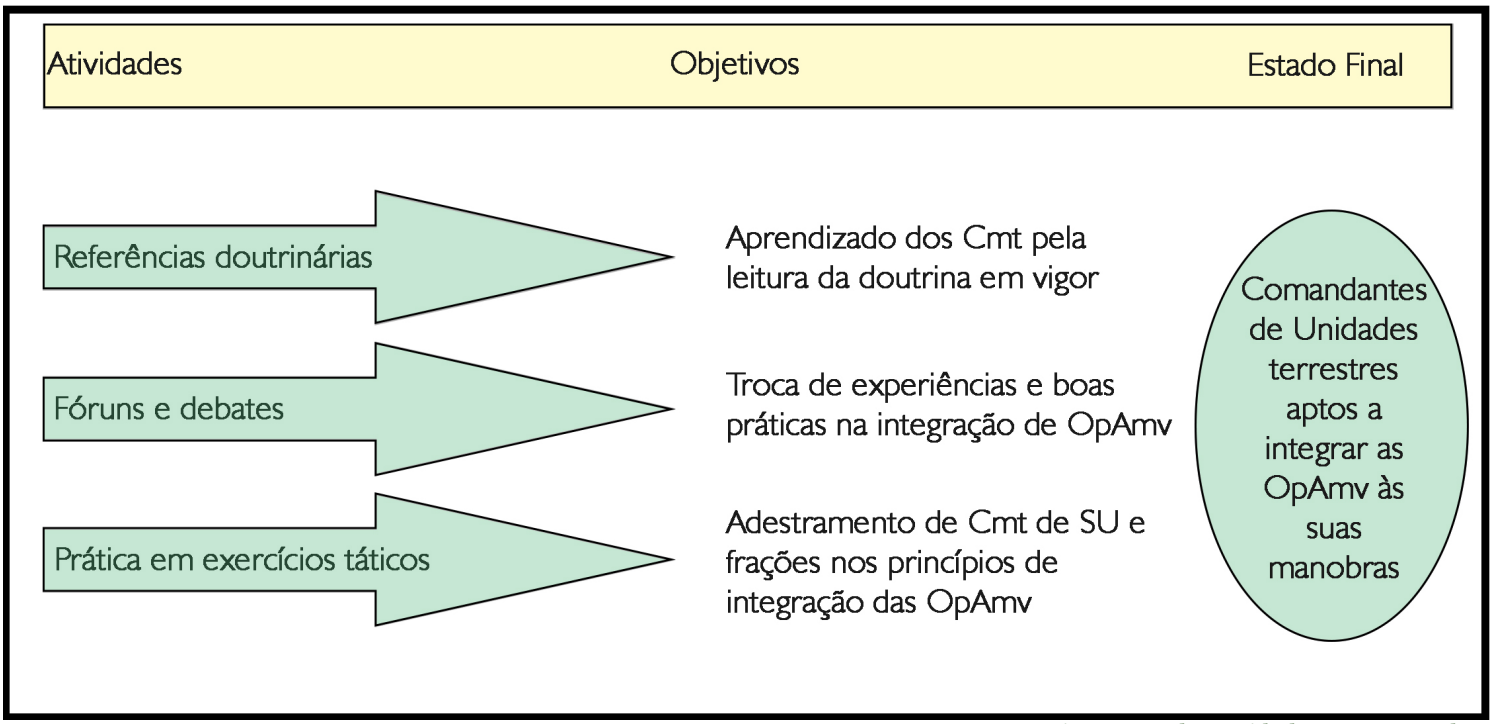
Assalto aeromóvel com aeronaves argentinas e brasileiras no corte do Rio Santa Maria

Adestrando-se para a integração nas operações aeromóveis

"Na preparação para o combate aproximado, as tarefas básicas devem ser concluídas no adestramento na sede [da unidade]". FM 3-04.126

O momento de treinar a tropa nos procedimentos de integração nas operações aeromóveis não é no dia do conflito. Ao contrário, eles devem ser parte do adestramento normal das unidades, antes de seu emprego. Tal adestramento acabará por produzir frutos, na medida em que familiarizar os comandantes das unidades a lidar com os elementos de aviação em missões reais. A figura 3 mostra o desenvolvimento do adestramento na sede e seus objetivos.

As unidades podem adestrar alguns de seus oficiais na sequência completa das ações, do planejamento à execução e à análise pós-ação. Os comandantes terrestres irão melhorar sua compreensão acerca das capacidades da Av Ex ao familiarizarem-se com os manuais de aviação e as publicações do Centro de Lições Aprendidas que tratam da integração nas operações aeromóveis, bem como com os procedimentos operacionais padrão e o memento da unidade aérea que os apoia. Instruções teóricas podem ser usadas para familiarizar o pessoal das unidades terrestres e de Av Ex sobre procedimentos para a integração nas operações aeromóveis, dando destaque aos dados essenciais para uma coordenação bem sucedida. Tópicos importantes incluem a estrutura e o conteúdo do briefing da missão e as capacidades dos helicópteros do Exército. Como uma base de familiarização, os comandantes de unidades devem usar os procedimentos operacionais padrão de sua unidade e um memento semelhante ao mostrado na figura 2, para assegurar-se de terem incluído todas as informações essenciais durante as instruções.



Treinamento das Unidades em suas sedes.



Obuseiros sendo helitransportados na região de Saicã, Rio Grande do Sul.

Quando os oficiais selecionados tiverem a correta compreensão do processo de integração nas operações aeromóveis, este poderá ser incluído no adestramento normal da unidade, nas diversas situações e missões treinadas. "Pistas de integração nas operações aeromóveis" também podem ser utilizadas, de modo a obrigar os comandantes a empregar as técnicas de integração nos pedidos de apoio aéreo imediato. Os benefícios do apoio de Av Ex poderão ser maximizados se o adestramento da tropa atingir os escalões mais baixos, do mesmo modo como fazemos com o treinamento de pedido de apoio de fogo indireto. Até os sargentos do pelotão devem aproveitar as oportunidades que têm com os soldados para esse fim. Os resultados do desenvolvimento dessa competência já têm sido vistos no teatro de operações. Há relatos de pilotos estadunidenses que serviram no Afeganistão que descreveram suas experiências com soldados incorporados que foram capazes de direcionar aeronaves em missões de ataque de combate aproximado e em assaltos aeromóveis e até mesmo em solicitar ataques das aeronaves de apoio aéreo aproximado da Força Aérea. Não há duvida de que as unidades podem melhorar suas técnicas para integração nas operações aeromóveis, incluindo-o no seu adestramento.

CONCLUSÃO

É bem provável que as unidades não disponham de tempo para coordenar com a Av Ex face a face, na zona de combate. Assim, os comandantes terrestres terão que pedir missões de apoio aéreo e acabarão tendo que conduzir a integração nas operações aeromóveis por rádio, tão logos as aeronaves cheguem ao local. Se tiverem sido treinados nos elementos essenciais e se familiarizado com as unidades aéreas do Exército antes de irem para a missão real, esses comandantes estarão aptos a aumentar o poder de combate de suas unidades com as capacidades dos elementos da Av Ex recebidos para o combate aproximado

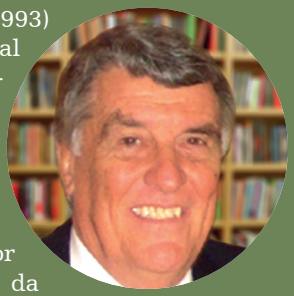


Aeronaves argentinas e brasileiras em operações combinadas (Operação Guarani/2014).

UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL

Brigadeiro Delano Teixeira Menezes

O Brigadeiro Delano é o Diretor do Campus Brasília da Escola Superior de Guerra (ESG). Graduado pela Academia da Força Aérea em 1969, é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2007), especialista em Política e Estratégia pela ESG (1993) e Política e Estratégia Aeroespacial pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Foi professor no Curso de Especialização em Relações Internacionais da Faculdade Católica de Fortaleza. É membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Foi Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da ESG. Autor do livro O Militar e o Diplomata – Órfãos da Política, e Como Pensam os Militares – A Construção Social da Subjetividade dos Militares (delanotm@esg.br).



Desde a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, vêm acontecendo transformações positivas nas relações entre as três Forças e entre os militares, o Poder Político e a sociedade. No âmbito das Forças, as interações têm acontecido nos setores mais evidentes e de mais fácil sistematização, entre eles, os sistemas logísticos e de operações.

A logística militar como um todo está vivendo um período de integração, começando pelo processo de catalogação, pressionado pela ordenação da Base Industrial de Defesa em que a identificação racional de componentes é indispensável.

Na área de emprego das forças militares, as questões da interoperacionalidade têm sido tratadas com objetividade diante das demandas do emprego moderno das Forças Armadas, onde a ação conjunta se mostra inexoravelmente mais eficiente e econômica.

A crescente participação do Poder Político nas questões militares tem gradativamente se mostrado mais eficaz nas formulações de políticas que amparam a eficiência do emprego das Forças Armadas, tornando mais transparente a obtenção de recursos e, principalmente, elevando ao mais alto nível político os aspectos militares da Defesa Nacional, expondo para a sociedade a situação e as reais necessidades da defesa do país.

Não tememos afirmar que a criação do MD elevou para o nível político, como deve ser, um assunto que antes ficava encapsulado na esfera militar. Esse fato obrigou a busca de conhecimento para melhorar a percepção estratégica do emprego de forças militares na defesa da soberania e dos interesses nacionais. Essa nova demanda atraiu a sociedade para o debate e, como não poderia deixar de ser, o meio acadêmico passou a interessar-se pelo tema com maior profundidade.

Cada vez mais têm surgido universidades pelo Brasil afora que oferecem cursos vocacionados ao tema defesa. Em 2005 foi criada a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), entidade que congrega pesquisadores do mundo acadêmico que se dedicam ao estudo e à pesquisa nessa área e que promove encontros para o debate e a divulgação de interessantes trabalhos acadêmicos voltados para a defesa nacional.

Essa nova dinâmica da defesa nacional e dos assuntos militares, surgida após a criação do MD, fez com que surgissem, dentro do próprio MD, demandas por conhecimentos diversificados. Tais conhecimentos estão dispersos, mas são indispensáveis à

formulação de políticas que sintonizem a defesa nacional com as ações do país em um cenário internacional dinâmico, com as possibilidades do país e com a sociedade.

A vontade de cobrir essa lacuna fez com que diversas iniciativas fossem ganhando forma. Uma delas foi a expansão da Escola Superior de Guerra (ESG) para a Capital do país, prevista na Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em dezembro de 2008, sem afetar as atividades já desenvolvidas na ESG do Rio de Janeiro. O *campus* de Brasília abrigará o comando e a administração central da Escola e se propõe a intensificar as relações com a alta administração do governo federal e com o meio acadêmico de Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar a formação de recursos humanos em assuntos de defesa. O núcleo do *campus* de Brasília, que atua provisoriamente em instalações do MD, já está na quinta versão dos cursos que oferece com grande aceitação pelos funcionários dos órgãos da administração federal, da justiça, do meio acadêmico e outras entidades públicas e privadas com sede em Brasília.

Ao mesmo tempo em que o *campus* de Brasília busca maior aproximação com o segmento civil da esfera pública e privada e com as universidades, o *campus* do Rio de Janeiro está vocacionado aos estudos de defesa no âmbito militar, vocação esta determinada pela proximidade com as Escolas de Altos Estudos das três Forças Singulares, sem, no entanto, desmobilizar os cursos tradicionais voltados para a área civil que lá existem desde sua fundação.



Aula Magna proferida pelo Ministro de Estado da Defesa, Jaques wagner, para os cursos de Alto Estudos.

A outra iniciativa foi a criação do Instituto de Estudo de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC) no *campus* do Rio de Janeiro da ESG, o qual, numa ação integradora, busca consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas realizando estudos em sintonia com as Escolas e os Estados-Maiores, na busca de doutrina que contribua para a perfeita interoperacionalidade da Expressão Militar do Poder Nacional.

Neste mesmo rol, foi criado o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), vinculado diretamente ao Ministro da Defesa, com o propósito de buscar maior intimidade com o meio acadêmico civil para identificar as interpretações que os intelectuais e a sociedade dão às questões da defesa e da segurança nacional, sem nenhuma "contaminação" do pensamento dos militares.

Além disso, na estrutura atual da ESG, existe, há muito em funcionamento, o Centro de Estudos Estratégicos e o Centro de Atividades Externas e de Extensão, cuja natureza das atuações pode ser identificada pela própria designação. Talvez falte ainda ser criado um instituto que se dedique à pesquisa e à sistematização de conhecimentos na área da indústria de defesa.

Estão aí, portanto, os componentes constitutivos de uma Universidade de Defesa Nacional, se considerarmos que a universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo de um campo do conhecimento humano.

Como mencionado, a Defesa e a Segurança Nacionais estão na iminência de serem reconhecidas como área multidisciplinar do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, ou, pelo menos, estão na pauta de discussão destes órgãos certificadores.

Portanto, parece ser este o momento adequado para o debate, no âmbito do MD, sobre a criação da Universidade de Defesa Nacional, que integraria esses componentes em um conjunto coerente de ações sob a coordenação de um reitor. Além das vantagens de uma administração centralizada dos recursos para o ensino e pesquisa, o produto final oferecido teria melhor correlação com as diversas áreas disciplinares que compõem a defesa nacional.

... tornando mais transparente a obtenção de recursos e, principalmente, elevando ao mais alto nível político os aspectos militares da Defesa Nacional, expondo para a sociedade a situação e as reais necessidades da defesa do país.

Na agenda de debates sobre esse tema é importante levar em consideração o mandato do reitor da universidade. O modelo atual para o comando da ESG, com previsão de rotatividade de dois anos (que nem sempre é concretizada), não tem se mostrado o mais adequado para uma instituição de ensino. Essa prática de alta rotatividade tem obstaculizado a continuidade de projetos de longo prazo. Além disso, tem feito com que o Corpo Docente permaneça em renitente estado letárgico, fazendo com que projetos de modernização acadêmica sejam descontinuados ou avancem muito lentamente.

Com a criação da Universidade de Defesa Nacional, a função de reitor poderia ser um cargo comissionado a ser exercido, pelo período de quatro anos, por um oficial-general do último posto que, ao assumi-lo, passaria para a reserva e seria reconvocado, permanecendo uniformizado, e seria mantido o revezamento entre as Forças para cada período. O seu estafe continuaria composto

por um oficial-general do primeiro posto da ativa de cada força e um representante do Ministério das Relações Exteriores como seus assistentes.

Nessa estrutura, cada *campus* da ESG teria um diretor que poderia ser um oficial-general de qualquer uma das Forças, da ativa ou da reserva, considerado o perfil de cada um em função da vocação de cada *campus*. Os Institutos e o Centro de Estudos Estratégico estariam ligados diretamente ao Reitor.

Com esta proposta, o MD daria mais um passo importante no seu papel de consolidar práticas estruturantes, amparando um campo do conhecimento que ganha força na sociedade e que é a sua área de domínio.



Civis e militares do curso de Alto Estudos de Política e Estratégia

A OBSERVAÇÃO AÉREA EM PROL DAS OPERAÇÕES MILITARES NAS FRONTEIRAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Cap Inf Arthur Nunes e Silva

O Capitão de Infantaria Arthur serve no 3º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Barcelos - AM, unidade na qual foi classificado ao concluir o curso de aperfeiçoamento de oficiais em 2014. Foi declarado aspirante-a-oficial na Academia Militar das Agulhas Negras em 2005. Possui os cursos de observador aéreo e de paraquedista militar. Serviu no 57º Batalhão de Infantaria Motorizado, no 1º Batalhão de Polícia do Exército, na 1ª Companhia de Polícia do Exército, no 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista, todos sediados no Rio de Janeiro-RJ. Possui experiência na Amazônia quando serviu no Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga-AM, onde comandou o pelotão especial de fronteira sediado em Palmeiras do Javari (arthur-rio@ibest.com.br, cad_arthur@hotmail.com).



A Região Amazônica é uma vasta área de vegetação abundante e de difícil acesso, onde os deslocamentos são dificultados pelas grandes distâncias, pela falta de vias de penetração terrestres e pela escassez dos meios.

Devido a essas e outras características, pode-se dizer que, embora o Exército Brasileiro (EB) se faça presente com seus pelotões especiais de fronteira (PEF), existe uma grande possibilidade de ilícitos e demais crimes transnacionais em toda a faixa lindeira, bem como uma enorme dificuldade estatal em coibi-los.

Aproveitando-se das dificuldades logísticas regionais enfrentadas pelas forças de segurança, indivíduos mal intencionados e até mesmo traficantes têm encontrado brechas em nossas fronteiras para pôr em prática atividades criminosas, explorando nossa limitada mobilidade, burlando nossas fiscalizações e fazendo chegar aos grandes centros urbanos uma enorme quantidade de produtos ilegais.

A prática de delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira terrestre é um tema muito abordado atualmente. Crimes como narcotráfico, biopirataria, exploração de turismo ilegal, contrabando, descaminho e danos ambientais expõem a fragilidade de nossas fronteiras, comprometem a reputação do País no cenário mundial e põem em situação incômoda a nossa soberania.

As fronteiras brasileiras, especialmente com a Colômbia, Bolívia, Peru e Paraguai, são as portas de entrada de produtos ilícitos vindos desses países da América do Sul, causando problemas internos e repercutindo na imagem brasileira no exterior, pois dentre esses delitos encontra-se o tráfico de drogas, parte das quais segue para várias partes do Mundo, especialmente para a Europa e para os Estados Unidos da América.

Nesse contexto, o emprego da observação aérea na faixa de fronteira avulta de importância, por levantar as informações necessárias, que serão processadas pela inteligência para melhor assessorar os comandantes militares em suas decisões.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

A Doutrina Gama refere-se ao emprego do Exército na Amazônia e prevê duas estratégias. Quando o oponente possuir poder militar semelhante ou inferior ao nosso,

procurar-se-á a rápida decisão do conflito, com o emprego de força regular, em combate convencional, privilegiando a estratégia da ofensiva. No caso de agressão por poder militar incontestavelmente superior, serão empregadas ações não convencionais, privilegiando a estratégia da resistência. (BRASIL, 2002, p. 76).

Como concepção doutrinária coerente com a realidade brasileira, as operações militares são desenvolvidas no amplo espectro, em que, além das operações ofensivas contra um agressor e das operações defensivas diante de ameaças do espaço geográfico brasileiro, também são realizadas ações subsidiárias em apoio ao desenvolvimento nacional, operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e pela proteção de estruturas estratégicas nacionais. (ARAÚJO, 2013, p. 25).

A observação aérea pode ser empregada satisfatoriamente nesse cenário.

A OBSERVAÇÃO AÉREA

Atualmente, a atividade de observação aérea é realizada com o apoio dos meios aéreos disponíveis, sejam da Aviação do Exército, da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira (FAB) ou mesmo civis.

De acordo com o plano de disciplinas do curso de observação aérea da Escola de Instrução Especializada (EsIE), as disciplinas ministradas são as seguintes: aeronaves, planejamento de missões de observação aérea, obtenção de imagens, métodos e técnicas de observação aérea, observação aérea do tiro de artilharia e de morteiro pesado, sistemas de aeronaves remotamente pilotados (SARP), operações convencionais e GLO.

O objetivo geral do curso consiste em habilitar os oficiais a ocupar os cargos e a desempenhar as funções de observador aéreo, tripulante orgânico de aeronave de ligação e observação, assessor de estado-maior



Reconhecimento de uma pista de pouso clandestina.

no planejamento e execução de operações aeromóveis e oficial de ligação terrestre, capacitando-o a:

- empregar métodos e técnicas de observação aérea;
- conduzir o tiro de artilharia e morteiro pesado;
- auxiliar os oficiais do estado-maior das unidades aéreas na orientação e no planejamento;
- empregar os equipamentos e instrumentos da aeronave para a navegação e cumprimento de missões de observação aérea;
- atualizar cartas topográficas;
- interpretar informações meteorológicas.

Por meio da imagem gerada pelo seu próprio reconhecimento ou, até mesmo, apenas com um relatório, o observador aéreo pode avaliar diversos aspectos importantes, como disposição de tropas, armamentos, blindados, peças de artilharia, aviação e outros aspectos predominantes de determinada região. Levantamentos geográficos de área (LGA) podem ser feitos em tempo de paz ou de guerra, montando assim um banco de dados necessário para a área de operações no que tange ao combate convencional ou não-convencional.

Um aspecto interessante a ser considerado na política de distribuição de pessoal, é que existem apenas duas vagas no quadro de cargos previstos (QCP) para serem ocupadas por observadores aéreos, sendo ambas destinadas a cargos de instrutor do curso de observador aéreo, na EsIE. Essa situação gera uma dificuldade no desenvolvimento da atividade e a difusão de suas possibilidades.

O objetivo geral do curso consiste em habilitar os oficiais a ocupar os cargos e a desempenhar as funções de observador aéreo, tripulante orgânico de aeronave de ligação e observação, assessor de estado-maior no planejamento e execução de operações aeromóveis e oficial de ligação terrestre.

Atualmente existem apenas cinco oficiais possuidores do curso de observação aérea na área do Comando Militar da Amazônia (CMA), efetivo muito inferior à metade do existente no Comando Militar do Leste (CML), embora a área territorial sob responsabilidade do CMA seja muito maior do que a do CML, possuindo extensas fronteiras em linha seca e em regiões de selva de difícil acesso.

AS OPERAÇÕES MILITARES NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Os sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) são componentes essenciais para ampliar o alcance e a eficácia das operações terrestres, pois possibilitam a força terrestre (F Ter) antecipar-se às mudanças nas condicionantes de um ambiente operativo que se mantêm em constante evolução. Ademais, permitem aos comandantes obter vantagens significativas sobre o oponente, sendo a principal delas a superioridade das informações. Os observadores aéreos podem participar da operação dos SARP a partir da estação de solo.

Em agosto de 2001, foi realizada uma operação conjunta, na região de Vila Bittencourt/AM, junto à fronteira com a Colômbia, onde está sediado o 4º PEF. A FAB, por meio do 1º/10º Grupo de Aviação Esquadrão Hórus, primeira organização militar (OM) de SARP do Brasil), obteve resultados excelentes com essa aeronave. O equipamento Hermes 450 conseguiu detectar posições e movimentações suspeitas na fronteira, obtendo imagens bastante nítidas, mesmo a grande altitude, o que garantiu o sigilo da operação por ser um equipamento silencioso. Todavia, os

SARP ainda estão sendo desenvolvidos pela F Ter e sua escassez aumenta a importância do emprego dos observadores aéreos para produzirem resultados mais eficientes nas diversas operações desenvolvidas pelo EB na área de fronteira da Região Amazônica.

Na Operação TIMBÓ III, realizada no período de 11 a 22 de julho de 2005, foram utilizados observadores aéreos para responder aos pedidos de inteligência do CMA. Nessa operação, três equipes de observadores aéreos foram empregadas em apoio à 17ª Brigada Infantaria de Selva, a partir de Porto Velho, Tabatinga e Cruzeiro do Sul, respectivamente, recebendo vários pedidos do oficial de inteligência da brigada. Foram cumpridas missões de reconhecimento de itinerário, reconhecimento de fronteira, levantamento geográfico de área, controle de coluna, busca de garimpo irregular, desmatamento irregular, movimentação de veículos e pedestres, barcos e verificação de postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE), locais para possível estabelecimento de PBCE, ligações de comando, dentre outras. Foram utilizadas as aeronaves HA-1 Esquilo e C-98 *Caravan*. Os relatórios de missões de observação aérea (RMOA) foram entregues ao oficial de inteligência da brigada, a quem os observadores aéreos estavam subordinados.

Na fronteira da Região Amazônica, o observador aéreo pode ser empregado em diversos tipos de missões, tais como: vigilância aérea, reconhecimento aéreo, reconhecimento de contato, inspeção de camuflagem, controle de patrulhas ou tropa, busca de informe, identificação de alvos, disseminação de propaganda, fotografia aérea, levantamento geográfico de área, condução do tiro de artilharia e busca de alvos, dentre outros.



Operação da estação de solo do SARP Hermes 450.

AS OPERAÇÕES DE COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS NO CMA

Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 117/2004, que dispõe sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cabe ao Exército atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações, de aeronaves e prisões em flagrante delito.

Cabe ressaltar que a Amazônia merece uma atenção especial por parte das Forças Armadas, em face dos vários problemas existentes, que influenciam diretamente a soberania nacional, tais como a possibilidade de incursão em território nacional de grupos armados de guerrilheiros de organizações terroristas estrangeiras e a tensão entre países vizinhos, o que dificulta o avanço de acordos cooperativos.

O principal objetivo dessas operações é a coleta de informações de inteligência e o adestramento das tropas, embora nas operações realizadas até então haja apreensão de drogas, armas, contrabando e ação contra outros ilícitos pelas forças participantes.

Um fato constatado pelas polícias é que o crime organizado diminui ou até mesmo suspende suas atividades durante as operações militares.

O OBSERVADOR AÉREO NAS OPERAÇÕES DE COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS NO CMA

O observador aéreo pode contribuir no planejamento e na execução das operações para que a missão seja melhor cumprida. A observação aérea, se comparada com outros meios de reconhecimento aéreo, é o menos oneroso, porém percebe-se que essa atividade não vem sendo utilizada plenamente no processo decisório do comandante militar. A atividade de observação aérea em



Planejamento de uma missão de observação aérea.

operações militares só será eficaz se obedecer preponderantemente aos princípios da integração e da prioridade de emprego.

O princípio da integração busca integrar entre si, de maneira ágil, eficiente e oportuna, a estrutura aeronáutica (civil e militar) disponível, os elementos especializados distribuídos nas OM do EB e as necessidades de missões de observação aérea.

O princípio da prioridade de emprego refere-se à obrigatoriedade imposta ao comandante militar em estudar qual o tipo de reconhecimento aéreo é necessário à obtenção dos dados desejados, devendo sempre que possível priorizar o emprego da observação aérea, pois essa atividade certamente atenderá ao princípio da atividade de inteligência militar da oportunidade, bem como apresentará menores custos operacionais.

Embora seja vantajosa a utilização prioritária da observação aérea, nota-se que raramente esta atividade é utilizada em apoio às operações.

Há um pensamento reinante nos militares do EB de que qualquer militar que embarcar em uma aeronave ou um piloto podem executar uma missão de observação, obtendo o mesmo desempenho que um observador aéreo. A atividade de observação aérea não se resume a embarcar em uma aeronave e olhar para baixo, o que poderia ser feito por qualquer ser humano normal. As técnicas ensinadas durante o curso de observação aérea possibilitam que o especialista desempenhe sua atividade de forma eficaz, produtiva e ordenada.

A expressão "observação" deve ser compreendida como a observação técnica que produz conhecimento militar de forma organizada, passível de ser difundido e entendido pela tropa terrestre, ao mesmo tempo em que atualiza a situação para o escalão superior, permitindo que este manobre com oportunidade os seus meios.

Um capitão observador aéreo relatou que a operação de segurança integrada que participou em Brasília, como observador aéreo, exigiu um elevado grau de coordenação, sobrecarregando a tripulação. Afirmou que um dos pilotos ficou incumbido de realizar a fonia com o controle de tráfego aéreo local e com outras aeronaves (missão que exige dedicação exclusiva, devido ao grande volume de tráfego aéreo em áreas urbanas); o outro ficou com a pilotagem (extremamente delicada, levando-se em consideração fios de alta tensão, antenas, edificações, pipas, pássaros, balões) e com a fonia com o centro de operações; o mecânico ficou totalmente voltado para a operação do equipamento *Forward Looking Infra-Red* (FLIR) [1] e outras atividades tais como a verificação de parâmetros e o controle do tempo de voo. Foi verificado pelo observador aéreo que não sobrou ninguém para realizar uma observação efetiva. Relatou ainda que o campo visual do FLIR é limitado, que muitas vezes a conexão com a estação de terra foi perdida e que o mecânico não possui a experiência de um oficial de carreira, sendo limitada a sua capacidade de identificação e interpretação de atividade ou objetivo de interesse. Ressaltou que isso não era apenas uma opinião, mas uma constatação da prática, em uma operação real.

O observador aéreo, se comparado com um observador terrestre, tem um maior campo de visão, o que torna mais precisa a comparação da carta com o terreno, permitindo uma melhor determinação da localização, sem falar que pode obter informes em maior número e com menor esforço, uma vez que pode aprofundar o plano de observação muito além do terrestre.

Em contrapartida, as condições meteorológicas adversas podem limitar o emprego do observador aéreo. Em condições de visibilidade reduzida, a coleta de informações, por meio da observação visual, fica bastante prejudicada, sem falar que os instrumentos eletrônicos ou fotográficos

podem também ser prejudicados, ou ainda, quando ocorrem condições mais severas, o voo normalmente não é realizado.

A defesa antiaérea é outro fator que pode dificultar o acesso da aeronave a alguma região a ser observada, sendo necessária a supressão do tiro antiaéreo inimigo e a obtenção da superioridade aérea local, no período em que a missão de observação aérea for realizada.

A fadiga da tripulação pode causar uma alteração no ânimo, tendo consequências ruins para o rendimento e para a segurança de voo, por isso é recomendado um esforço de, no máximo, seis horas.

A ação de dissuasão, implementada pelo emprego de aeronaves, não deve acontecer isoladamente, devendo sempre ocorrer vinculada a uma missão de observação aérea (MOA), seja de controle de tropa, seja de lançamento de panfletos ou outro tipo qualquer. Isto é, a atividade de voo deve sempre produzir conhecimento em proveito da tropa empregada, do contrário, ficaria caracterizado o subemprego do meio aéreo, permanecendo apenas como fator dissuasório.

A expressão "observação" deve ser compreendida como a observação técnica que produz conhecimento militar de forma organizada, passível de ser difundido e entendido pela tropa terrestre, ao mesmo tempo em que atualiza a situação para o escalão superior.

Trazendo para a realidade do EB, a presença do observador aéreo nas operações realizadas nos PEF evitaria o desgaste da tropa, muitas vezes desnecessário.

MEIOS AÉREOS DISPONÍVEIS PARA OBSERVAÇÃO

Não é qualquer aeronave que é apta às missões de observação aérea, para as quais são necessários os seguintes requisitos:

- possibilitar ampla visibilidade ao observador;
- ter boa autonomia de voo (mínimo de três horas);
- voar, com segurança, em velocidade reduzida;
- pousar e decolar em pistas reduzidas e/ou improvisadas;
- realizar voo rasante, para obter fotografia aérea tática;
- realizar manobra de evasão (maneabilidade); e
- possuir janelas ou portas, ao alcance do observador aéreo, com possibilidade de serem abertas durante o voo, para o lançamento de mensagem, panfletos ou pequenos objetos.

Além disso, a capacidade tática das aeronaves sofre influência de alguns fatores, como as condições climáticas e meteorológicas, as atividades inimigas, o terreno, o consumo de combustível, a fadiga da tripulação e a habilidade da equipe, dentre outros.

Além disso, o barulho produzido pelas aeronaves pode indicar ao inimigo as intenções do voo, necessitando-se de medidas de contrainteligência e um plano de dissimulação para minimizar tal efeito. A vulnerabilidade à defesa antiaérea e aos aviões de caça inimigos deve ser levada em conta no planejamento das operações.

O T-25 Universal é utilizado em inúmeras unidades aéreas e bases como aeronave padrão para adestramento dos pilotos e no apoio de atividades de observação aérea.

O C-98 Caravan é utilizado desde 1987 em tarefas de apoio humanitário, incluindo a evacuação aeromédica. Opera com sucesso na Região Amazônica, onde vem obtendo grande destaque pela sua robustez e simplicidade.

O T-27 Tucano é utilizado com sucesso desde 1996, embora possua asa baixa, fato que

prejudica um pouco a observação, porém isso é compensado por uma elevada mobilidade e grande autonomia de voo.

De acordo com a situação tática, para flexibilizar o emprego das aeronaves, a observação aérea pode ser feita a bordo de aeronaves civis contratadas em aeródromos locais. Isso é particularmente válido nas operações desenvolvidas no amplo espectro e para preservar o sigilo da missão de observação.

Comparados aos aviões (aeronaves de asa fixa), os helicópteros (aeronaves de asas rotativas) possuem duas consideráveis vantagens: a manobrabilidade e a capacidade de pairar sobre um objetivo.

O HA-1 Esquilo/Fennec é uma aeronave de pequeno porte ágil, rápida, versátil, com considerável autonomia de voo (três horas) e destaca-se por sua versatilidade, potência e simplicidade de manutenção.

O HM-1 Pantera tem como missão primordial o transporte de tropa em operações aeromóveis. Em face de suas características, pode ser empregado também em missões secundárias, tais como reconhecimento, apoio à guerra eletrônica, busca e salvamento, evacuação aérea e transporte de carga. Realiza voos precisos, inclusive por instrumentos, praticado em situações de baixa ou nenhuma visibilidade.

Existem ainda outros helicópteros no EB (*Cougar, Black Hawk, Jaguar)*, além dos pertencentes à FAB e à Marinha.



A missão de observação pode ser conduzida a partir de aeronaves civis.

CONCLUSÃO

O observador aéreo, quando bem utilizado, pode contribuir muito para o sucesso das operações militares na faixa de fronteira, pois é o elemento especializado que sabe o que procurar e obtém informações que servem de base para o planejamento das operações. Pode ser empregado nas missões de vigilância, reconhecimento, controle aéreo, buscas, inspeções e LGA.

Atualmente, nossas fronteiras ainda não estão satisfatoriamente guarnecidas para coibir eficazmente ilícitos transfronteiriços. O observador aéreo pode agregar valor às tropas de fronteira, utilizando o meio aéreo, o que contribuiria para inibir a prática de crimes.

A atuação do observador aéreo nas operações de combate a ilícitos na fronteira da Região Amazônica, além de produzir um relatório com maior riqueza de detalhes, contribui para evitar o emprego desnecessário de tropa, minimizando as baixas e reduzindo sua fadiga, pois o ambiente de selva desgasta excessivamente o combatente.

O emprego do observador aéreo em apoio às operações de combate aos ilícitos transfronteiriços na área do CMA é viável por haver meios aéreos e militares possuidores do curso de especialização em observação aérea, disponíveis na região, para o cumprimento das missões. O observador aéreo pode contribuir no planejamento e na execução das operações para que a missão seja melhor cumprida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mário Lúcio Alves de. Operações no Amplo Espectro: Novo Paradigma do Espaço de Batalha. Doutrina Militar Terrestre em Revista – janeiro a março/2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. Escola de Instrução Especializada. Plano de Disciplina do Curso de Observação Aérea. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Manual de Campanha EB20-MC-10.214 Vetores Aéreos da Força Terrestre, 1ª Edição, 2014.

_____. Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999.

CAMPOS, Marcio Bessa. O Emprego operacional atualizado da Observação Aérea em operações militares, com ênfase nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO). Dissertação de Mestrado em Operações Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES, Douglas Machado. Inteligência Militar – A Observação Aérea nas atividades de Inteligência Militar no contexto da Segurança Integrada. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Operações Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2005.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Geografia política sul-americana e percepções das agências de defesa. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, 2008.

SANTOS, Anderson Marinho Machado dos. O emprego das aeronaves brasileiras na Observação Aérea. Dissertação de Mestrado em Operações Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2010.
SILVA, Fábio Carlos José da. As possibilidades de emprego do observador aéreo nas operações de combate aos ilícitos transfronteiriços na área do comando militar do Oeste. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Instrução Especializada, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Especialização em Observação Aérea. Rio de Janeiro, 2009.

ZUQUELLO, Fábio José Scott. Proposta de distribuição de observadores aéreos no Exército Brasileiro, face às peculiaridades de cada Comando Militar de Área. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

NOTA

[1] Equipamento FLIR (do inglês Forward Looking Infra-Red - algo como "infravermelho olhando para a frente" - ou sensor de visão frontal infravermelha, é um dispositivo que detecta a radiação infravermelha emitida por objetos "quentes" (ou seja, que emitem ondas de radiação infravermelha. Usam portanto a energia térmica emitida para formar, com a ajuda de um processador digital, imagens tridimensionais dos objetos observados, criando uma espécie de "retrato térmico" dos mesmos em tempo real, podendo ser usados para ajudar a pilotos e motoristas dirigir seus veículos na escuridão da noite ou na névoa ou ainda detectar objetos providos de calor contra um fundo frio, quando é impossível a percepção visual dos mesmos, como em noites completamente escuras ou locais cobertos pela fumaça, possuindo óbvias aplicações militares. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/FLIR

OPERAÇÕES DE APOIO À INFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA, EXPERIÊNCIAS COLHIDAS

Tenente Coronel Jorge Luís da Silva Pimentel

O Tenente-Coronel de Cavalaria Pimentel é Adjunto da Seção de Operações de Infomação do Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém-PA, onde atua na implantação da célula de Operações de Apoio à Informação (OAI). Foi declarado aspirante-a-oficial de Cavalaria na Academia Militar em 1992. Mestre em Operações Militares, realizou os Cursos Básico e Avançado de Operações de Apoio à Informação no Centro de Instrução de Operações Especiais e no Centro de Estudos de Pessoal. De 2009 a 2010, cooperou na implantação do Núcleo de OAI do Comando Militar da Amazônia (CMA) e foi Chefe da Subseção de OAI do Centro de Operações do CMA, de 2010 a 2012. Recentemente, operou o sistema de Apoio à Informação nas Operações Ágata 8 e Curare Oriental do CMN (jorge_pimentel@uol.com.br).



As Operações de Apoio à Informação (OAI) são procedimentos técnico-especializados, executados de forma sistemática para apoiar a conquista de objetivos políticos ou militares. As OAI são desenvolvidas antes, durante e após o emprego da força, visando a motivar públicos-alvo amigos, neutros ou hostis para obter comportamentos desejáveis.

A Constituição Federal estabelece que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, destinam-se à Defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. No contexto amazônico, isso se traduz por criar condições para que o Estado Brasileiro atue na região, proporcionando identidade (no sentido *latu*) e cidadania aos habitantes locais, buscando soluções para diversos problemas, principalmente, os da faixa de fronteira.

O histórico da presença militar brasileira, hoje percebida ou materializada pela Estratégia da Presença, constitui-se na sólida base que viabiliza a ação do Exército na defesa da Pátria. Na Amazônia, Estratégia da Presença e Defesa da Pátria mesclam-se.

No entanto, a simples presença não garante a conscientização da nacionalidade brasileira em locais muito remotos, como algumas localidades da faixa de fronteira. Para isso, é necessária a integração de ações e produtos planejados e desenvolvidos para a consecução dos objetivos psicológicos específicos, a fim de incutir na população dessas áreas lindeiras conceitos de brasilidade, que são a essência da garantia da soberania nacional.

Serão apresentadas algumas experiências colhidas durante OAI na Amazônia, destacando-se as ações do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN) no arco fronteiriço brasileiro da Região Norte, com ênfase na interação e na busca do apoio da comunidade local ao trabalho da Força Terrestre (F Ter).

AS OPERAÇÕES DE APOIO À INFORMAÇÃO

A visibilidade das ações do CMA e do CMN, ao evidenciar as características do "Braço Forte e da Mão Amiga", reforça a credibilidade do Exército na área de responsabilidade desses dois Comandos Militares de Área (C Mil A). Isso possibilita o aumento da percepção de segurança e constitui-se na materialização da dissuasão como opção estratégica, o que se concretiza

de forma mais marcante no entorno dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), por meio das atitudes de seus integrantes, suas instalações, instruções, equipamentos e tecnologias agregadas.

Esses dois C Mil A, com base no arcabouço jurídico atual, desenvolvem ações preventivas e repressivas na fronteira. As ações repressivas inserem-se em operações como Ágata e Curare, além de outras executadas por tropas dos PEF, das suas organizações militares (OM) enquadrantes e de outras forças, como as Forças Especiais. Essas operações, atualmente desenvolvidas no contexto de operações interagências, também incorporam a assistência humanitária, que sempre é uma necessidade premente na área.

As ações preventivas são normalmente executadas por meio de operações planejadas, como os reconhecimentos de fronteira, quando pequenas frações percorrem, de forma rotineira e mensalmente, suas áreas de responsabilidade, realizando atividades de inteligência e de reconhecimento direcionados para o campo psicossocial. Nessa etapa, são também levantados dados essenciais para operações mais complexas. Mesmo sendo planejadas, essas ações podem ser executas de forma inopinada.

Nos reconhecimentos de fronteira são realizados levantamentos de área para as OAI, oportunidade em que são identificados os principais grupos étnicos e/ou sociais, as línguas e/ou dialetos utilizados comumente pela população, os valores e as atitudes comuns, tais como crenças, temores, hábitos, símbolos com fortes significados emocionais e aspirações de grupos locais, religiões mais importantes e suas influências sobre a população, importância da família, principais veículos de comunicação existentes, seu público e grau de aceitação. O levantamento de área para as OAI é essencial para o planejador entender a dimensão humana da área de operações (A Op).

Particularmente na região amazônica, devido à baixa densidade demográfica, a presença, a postura, a atitude e o perfil do soldado constituem uma forte componente das OAI, de comunicação social e da ação de comando, conforme preconiza o manual de Operações de Informação (EB20-MC-10.213), uma vez que cada militar está em contato direto e estreito com a população, cujo apoio é o objetivo a ser perseguido permanentemente. Nos PEF, isso é uma realidade inalienável, haja vista os estreitos laços entre o pelotão e as comunidades vizinhas.

Na região amazônica, devido à baixa densidade demográfica, a presença, a postura, a atitude e o perfil do soldado constituem uma forte componente das OAI, uma vez que cada militar está em contato direto e estreito com a população, cujo apoio é o objetivo a ser perseguido permanentemente.

Para que se obtenha o apoio da população, as OAI na Amazônia são desenvolvidas por meio de campanhas gerais e específicas, elaboradas pela Subseção de Operações de Apoio à Informação do Centro de Coordenação de Operações do CMA (S Seç OAI/CCOp/CMA) e pela Subseção de Operações de Apoio à Informação da 8ª Seção do Comando Militar do Norte (S Seç OAI/E8/CMN), considerando as peculiaridades de cada universo social.

Assim, as campanhas gerais são desencadeadas dentro das atividades rotineiras das unidades e em todos os níveis, visando à conquista e à manutenção do apoio dos integrantes das comunidades que vivem nas áreas de atuação dessas OM. Essas campanhas são desenvolvidas por meio de

ações e atitudes da tropa, estabelecidas por uma cartilha de táticas, técnicas e procedimentos, cuja consulta obrigatória e permanente é de grande valia para as OM de fronteira. Esse documento, também chamado de Normas de Conduta para Emprego de Tropa, estabelece regras de engajamento nas operações, conduta, tratamento com os diversos públicos-alvo e procedimentos em comunidades indígenas.

No CMN, por exemplo, foi editada uma cartilha com procedimentos gerais para missões em comunidades indígenas da área, contendo também lições aprendidas pela experiência de antigos e atuais comandantes de OM e militares que operaram em locais semelhantes. Nessa cartilha, há referências, amparos legais para operações militares (Op Mil) em terras indígenas, preparação para entrada nessas terras, procedimentos durante o transcorrer da operação, procedimentos específicos, tratamento de assuntos sensíveis em reuniões e o que fazer ao término da missão. Tais recomendações visam à plena integração entre os índios e o pessoal militar, contribuindo para o apoio dessas comunidades às ações da tropa.

Da mesma forma que no CMA, porém numa etapa anterior, a S Seç de OAI está em processo de implantação no CMN, dentro da Célula de Operações de Informação ou 8ª Seção, conforme a Diretriz para o Sistema de OAI, do Estado-Maior do Exército, publicada no (BE nº 9, 28 Fev 2014, p.41), cujas atribuições e responsabilidades são:

- planejar, preparar, executar e avaliar continuamente as OAI na área sob a sua jurisdição, em conformidade com as orientações estabelecidas pelo Comando de Operações Terrestres (COTER);

- interagir com o Estado-Maior do Exército (EME) e Órgãos de Direção Setorial, seja por meio dos processos e rotinas ordinários ou por iniciativa, a fim de informar e/ou buscar o atendimento das necessidades relacionadas à estruturação e funcionamento do Sistema de Operações de Apoio à Informação do Exército em sua área de responsabilidade;

- prover os apoios logísticos e de comunicações às OM ou frações de OAI adjudicadas ao C Mil A, segundo as orientações emitidas pelo Comando Logístico, Departamento de Ciência e Tecnologia e COTER;

- propor ao EME a criação em caráter permanente de uma S Seç OAI, assim como de outras estruturas permanentes julgadas necessárias, considerando a imprescindível contrapartida de supressão ou compensação de cargos no âmbito do respectivo C Mil A; e

- ativar estruturas transitórias de OAI, segundo as orientações emitidas pelo COTER.

No CMA essa atividade vem sendo desenvolvida experimentalmente, desde 2008, por uma subseção com um oficial especialista. Portanto, há necessidade de sistematização para otimizar as atividades naquele C Mil A, que naturalmente atenderá, também, ao CMN.

Vale destacar que, para aperfeiçoar a implementação dessa capacidade no CMA, foi realizado um levantamento do pessoal especializado em OAI que servia na Guarnição de Manaus em 2008. Posteriormente, esses militares realizaram um estágio no 1º Batalhão de Operações de Apoio à Informação (1º BOAI) do Comando de Operações Especiais, visando à padronização de conhecimentos para o início das atividades do núcleo da S Seç.

Após a implantação desse núcleo, em 2009, os especialistas do CMA iniciaram seus primeiros trabalhos de apoio à Operação Curare, no planejamento, preparação e avaliação das campanhas. Em 2010, a situação evoluiu para o apoio a quatro operações, que tiveram seu planejamento executado e sua preparação, execução e avaliação orientadas por aquele C Mil A, estabelecendo objetivos, metas, possibilidades e limitações para o emprego de um Destacamento de Operações de Apoio à Informação (DOAI),

que é a estrutura inteiramente capacitada à proposição de campanhas de OAI do CMA.

No que concerne ao trabalho durante as operações, as atividades dos integrantes do núcleo começavam antes de a tropa entrar na A Op. A primeira atividade era a instrução e o treinamento de uma equipe de apoio, de valor grupo de combate (GC), recebida pela OM enquadrante. Em seguida, realizava-se uma pesquisa exploratória para levantamento dos dados e tomada da linha base, a fim de verificar, junto à população local, a aceitação da presença do Exército Brasileiro (EB). Finalmente, após o término da operação, depois que a tropa deixava o local, era aplicada outra pesquisa para avaliar, dentre outros elementos, a própria campanha de OAI.

Posteriormente, essas pesquisas eram tabuladas pelo DOAI na A Op e enviadas à sede para análise pelos psicólogos do batalhão para emissão de diagnóstico do público-alvo, expresso graficamente, para fins de comparação dos resultados.

É interessante destacar que, após o início das operações, eram realizados diversos contatos com a mídia local, jornais, rádios e televisão, para dar ampla divulgação das atividades que estavam acontecendo nas localidades. Para isso, eram fornecidas gravações de *spots* para emissoras de rádio e serviço de alto-falante, a fim de serem disseminados no período, bem como agendadas entrevistas e coletivas com a imprensa.

Também eram realizados contatos com a Secretaria de Educação e com a rede de ensino fundamental e médio, para coordenação de palestras persuasivas, versando sobre



Participação em programa da rádio local

a importância da união do povo brasileiro, o conceito de patriotismo, o significado da soberania para o País, a importância da preservação do meio ambiente e o papel constitucional das Forças Armadas.

Eram ainda efetuados contatos com organizações não-governamentais (ONG), tais como o Distrito Sanitário Especial Indígena, a



Realização de palestras persuasivas em escolas.

Casa de Apoio à Saúde do Índio e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), órgãos de segurança pública (OSP) e de fiscalização, igrejas e formadores de opinião

No que diz respeito aos meios de comunicação social, um dado curioso e importante a destacar é que em localidades como Clevelândia do Norte e Vila Brasil, no Estado do Amapá, Extrema, Vista Alegre do Abunã e Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, Santo Antônio do Içá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, entre outras, há grande dificuldade de se obter meios audiovisuais e materiais para divulgação institucional do EB.

A solução desse problema, por vezes, passa por iniciativas pouco conhecidas, como contratar, por meio de suprimento de fundos, carros de som, conhecidos como "carros da pamonha", para divulgar as campanhas, uma vez que nessas áreas da fronteira os meios regulares de contratação de serviços não conseguem efetivar todas as necessidades operacionais.

Desde 2010, com o trabalho do núcleo da S Seç OAI nas operações do CMA, foi possível realizar a integração com elementos de inteligência, por meio de levantamento de dados sobre as principais lideranças, pelo uso das mídias e das ações cívico-sociais (ACISO). Foi possível, também, conhecer as possibilidades e limitações da guerra eletrônica, vetor que, quando autorizado por ordem judicial, tem a capacidade de realizar a busca, interceptação e monitoramento do espectro eletromagnético, levantando as frequências de rádio ativas na área e de interesse para qualquer operação.



Entrivsta com moradores durante a operação Curare Oriental 2014.

Assim sendo, de posse dessas informações, a equipe de OAI tem condições de realizar metodicamente o seu trabalho, atingindo objetivos bem definidos, tais como, desestimular determinados grupos-alvo a realizarem atividades ilícitas na A Op. Essa é apenas uma das capacidades das OAI, quando for devidamente autorizada.

De maneira semelhante à implantação no CMA, as

atividades de OAI no CMN foram impulsionadas na Amazônia Oriental em 26 de junho de 2013. Pode-se verificá-las na Operação Ágata 8, na qual foi desenvolvido um levantamento de área para OAI, com uma pesquisa exploratória quantitativa para saber o nível de aceitação da presença do EB na região fronteiriça do Amapá.

Essa pesquisa revelou que a percepção da atividade do EB está ligada às ações de segurança. Ainda que essas ações levem prejuízos às atividades de garimpo, que são de grande amplitude socioeconômica, os dados revelaram um nível de aprovação e aceitabilidade muito elevado do EB por parte da população. Quanto à presença de militares na região, 94,50% dos entrevistados foram totalmente favoráveis, 2% favoráveis com restrição, 2% pouco favoráveis e 1,5% não favorável.

Considerando a imagem positiva da Instituição, o objetivo da campanha "aumentar a aceitação do EB na região" poderia ter sido modificado para "manter a alta aceitação do EB na região". Os índices de aceitação e confiabilidade são maximizados por meio da ampliação e/ou especialização das ACISO desencadeadas nos locais mais carentes. Quanto às áreas que mais necessitam de assistência, 46,99% dos entrevistados responderam ser a saúde, 26,51% a educação, 22,29 a segurança, 2,41 todas as áreas e 1,81% o saneamento básico.



Divulgação por meio de um carro de som.

Outro aspecto relevante é a necessidade de instrução da tropa, de modo a prevenir possíveis excessos no trato com a população local, evitando-se que ações isoladas repercutam negativamente na imagem da Instituição. A conduta errada ou mesmo equivocada de um indivíduo pode trazer consequências muito danosas, principalmente em uma localidade pequena.

Aparentemente, há boa aceitação da presença do EB no Oiapoque, ainda que a economia dependa muito do garimpo não autorizado praticado na região. Mesmo que prejudiquem certas atividades irregulares, as operações militares são de curta duração. Assim, os prejuízos são temporários. Quanto à possibilidade de a presença dos militares trazer algum prejuízo para a cidade, 92% dos entrevistados responderam que não, 3% que sim e 5% não souberam opinar.

Cabe ressaltar que a sólida percepção positiva, provavelmente, é resultado da importância econômica individual do militar no microuniverso familiar, considerando-se que um soldado dobra a renda familiar e do longo período de existência da OM no município.

Nas operações futuras, pode-se pensar em um objeto de pesquisa que avalie operações de longa duração, que realmente provoque prejuízos em larga escala às atividades de garimpo e, consequentemente, em todas as outras que se beneficiam delas. Muito provavelmente, o resultado será um menor grau de aceitação da população às ações do EB na área.

Além do levantamento da área para OAI e da pesquisa, durante a Ágata 8 foram realizadas palestras nas escolas municipais Duque de Caxias, em Clevelândia do Norte, e Castelo Branco, no Oiapoque,

e foi estabelecido o contato pessoal cerrado com a população por ocasião das ACISO. Tudo isso, contribuiu com a criação de um banco de dados para eventualmente subsidiar e apoiar o emprego do 1º BOAI em operações futuras no CMN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As OAI são fundamentais para se obter e manter o apoio da população. Na Amazônia, constituem-se em importante atividade no contexto geral das operações militares, cujo objetivo final é contribuir para a manutenção da soberania brasileira na região. Na faixa de fronteira do CMN, as OAI contribuem para mitigar os efeitos colaterais nas comunidades locais.

Pode-se afirmar, também, que a criação da S Seç OAI/E8/CMN complementa as atividades de OAI na Amazônia Oriental, seja por retirar esse encargo da S Seç OAI/COp/CMA, que não tem mais essa área sob sua responsabilidade, seja indicando o melhor caminho a seguir quando da análise do fator de decisão "considerações civis".

Os trabalhos realizados experimentalmente na Operação Ágata 8 apontaram o elevado nível de aceitação da presença do Exército Brasileiro e enfatizaram o valor dos costumes tradicionais, dentre os quais a manutenção de atitudes respeitosas para com todos os habitantes da fronteira.

Como importantes lições aprendidas, no que se refere às OAI na Amazônia, pode-se destacar:

- a necessidade fundamental de realização de pesquisas exploratórias, por meio de equipes de militares especialmente treinadas;

- a aproximação com os órgãos de mídia locais, é imprescindível para viabilizar a divulgação de informações e campanhas;

- o contato com os órgãos de educação deve ser buscado, a fim de possibilitar a realização de palestras junto às escolas da área;

- ligações cerradas devem ser estabelecidas com os OSP e fiscalização, ONG, igrejas e formadores de opinião, a fim de angariar maior apoio e cooperação da população; e

- a instrução da tropa é de suma importância para evitar condutas que possam provocar incidentes durante as operações.

Os trabalhos realizados experimentalmente na Operação Ágata 8 pela S Seç OAI/E8/CMN no Oiapoque, nos distritos de Clevelândia do Norte, Ilha Bela e Vila Brasil, apontaram o elevado nível de aceitação da presença do EB. Esses trabalhos também indicaram novas possibilidades de atuação da tropa e enfatizaram o valor dos costumes tradicionais, dentre os quais a manutenção de atitudes respeitosas para com todos os habitantes da fronteira, sob a pena de potencializar efeitos colaterais indesejáveis.

Na mesma senda, fica patente a necessidade da evolução da S Seç OAI/E8/CMN pelo mesmo caminho utilizado pela S Seç OAI/COp/CMA, ou seja, a necessidade de prospecção de especialistas para o cumprimento, de forma contínua, das tarefas de planejamento, preparação, execução e avaliação das OAI na área do CMN. Isso certamente é uma lição de grande valor, que proporcionará a racionalização de tempo e recursos financeiros.

Por fim, ficou evidente que as experiências e as ações de OAI do CMA e do CMN, no arco fronteiriço brasileiro na Amazônia, contribuem para a interação e a conquista do apoio das comunidades ao trabalho do Exército Brasileiro.

ORIENTAÇÕES AO AUTOR

A Doutrina Militar Terrestre em Revista é uma publicação do Estado-Maior do Exército, editada nas versões digital e impressa, com tiragem limitada. O portal do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), www.cdoutex.eb.mil.br, é a principal forma de acesso à revista.

A publicação foi concebida para oferecer um fórum de debates que favoreça o livre fluxo de ideias sobre temas de interesse militar, sobretudo no que diz respeito à evolução da Doutrina Militar Terrestre (DMT). A publicação prioriza os debates em torno de conceitos e experiências inovadoras na condução de operações militares, de modo a apoiar a evolução da doutrina do Exército e, consequentemente, de seus sistemas de educação, instrução e adestramento.

O C Dout Ex está convencido de que a divulgação de artigos com pontos de vista antagônicos sobre um mesmo tema contribui para o enriquecimento do debate de ideias, cujos efeitos positivos refletir-se-ão na produção doutrinária da Força Terrestre (F Ter). O C Dout Ex não só deseja incentivar a produção de trabalhos inovadores, mas também espera receber textos de autores que contestem ou apresentem sua discordância.

A aprovação, seleção e publicação de um artigo dá ao C Dout Ex o direito de reproduzi-lo e utilizá-lo para fins profissionais, escolares e acadêmicos. Por ser uma publicação oficial, o autor faz a cessão de seus direitos autorais ao Exército.

São de interesse da Revista textos que discutam a política e a estratégia de Defesa Nacional; conhecimentos sobre os níveis tático, operacional e estratégico da guerra; organização e doutrina; logística; sistemas de armas e equipamentos; conceitos e concepções adotados por forças militares estrangeiras; liderança e administração; e história militar – na realidade, qualquer assunto relevante e de interesse atual que possam ter efeitos sobre a concepção estratégica e a doutrina da F Ter. Os artigos que apresentem soluções adotadas por forças militares estrangeiras devem destacar os aspectos de interesse para o EB. A Revista prioriza artigos originais, que ainda não tenham sido publicados em outros periódicos nem estejam previstos para tal.

O artigo deve ser entregue no editor de texto Microsoft Word, contendo de cinco a doze páginas, sem considerar notas, referências e ilustrações, utilizando fonte HumstSlab712 BT, tamanho 12 e espaçamento simples entre as linhas e parágrafos.

A equipe editorial revisará os artigos, sugerindo alterações aos autores, para que sejam ajustados aos padrões gramaticais aceitos e ao estilo específico da publicação.

Ao final do texto, acrescente um breve extrato de seu currículo, destacando a formação acadêmica e os cargos e funções civis ou militares que reforcem sua credibilidade. Inclua o seu e-mail para facilitar o contato com os leitores.

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.

- *E-mail*: carneiroha@hotmail.com ou portal.cdoutex@gmail.com
- Telefones: (61) 3415-5239 e (61) 3415-6804
- RITEX: 860-5239 ou 860-6804

PARTICIPE! PUBLIQUE SEU ARTIGO!

Portal de Doutrina do Exército

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO

Procurar... IR

PÁGINA PRINCIPAL | FÓRUM DE DISCUSSÃO | MAPA DO SITE | FALE CONOSCO

Principal

- INSTITUCIONAL
- PRODUTOS
- REVISTA
- APRESENTAÇÕES
- NOTÍCIAS
- SOBRE OS FÓRUNS
- LINKS
- CONTATOS
- ACESSE O AMBIENTE

Total de Acessos

116063

UM DOS PORTAIS MAIS ACESSADOS NO EXÉRXITO

1ª FASE
FÓRUM DE DEBATES
3 DE JUN A 31 DE JUL

2ª FASE
PRESENCIAL EM BRASÍLIA/DF
A DEFINIR

SEMINÁRIO SOBRE
DOUTRINA
DO SISTEMA DE ENGENHARIA

Para cadastro **clique aqui**

NOTÍCIAS


INTERCÂMBIO BRASIL-RÚSSIA


MAPLE RESOLVE 2015


PALESTRA NA EASA


INTERCÂMBIO USA


OPERAÇÃO HERMANDAD


PASSAGEM DE SUBCHEFIA

AGUARDEM! EM BREVE, NOVA VERSÃO DO PORTAL DE DOUTRINA!

Estado-Maior do Exército - Centro de Doutrina do Exército - QGEx - Bloco A - 1º Andar - SMU - Brasília DF - CEP 70.630-901
Portal homologado pelo BI nº 148 do EME, de 3 de agosto de 2012.
Para melhor visualização do Portal, recomenda-se utilizar o Mozilla Firefox em suas versões atuais.

www.cdoutex.eb.mil.br

Acesse, cadastre-se e navegue!

Conheça os novos manuais doutrinários.